

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**ELEMENTOS DECISIVOS NA CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO E
PRÁTICA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**

CURITIBA

2007

DAIANE CARNELOS RESENDE

**ELEMENTOS DECISIVOS NA CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO E AÇÃO
POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de
Oliveira.**

CURITIBA

2007

“A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer, e toda a experiência histórica o confirma, que não se teria jamais atingido o possível se não houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe, e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que permaneça capaz de dizer ‘a despeito de tudo’, aquele e só aquele tem a vocação da política”.

Max Weber – Ciência e Política: duas vocações (1967)

AGRADECIMENTOS

A “Deus”, por me dar saúde, por disponibilizar as oportunidades que tive durante a minha vida até o presente, por me conceder meus poucos, mas grandes amigos.

Ao meu pai, Paulo, um ser humano de coração infinito.

À minha mãe, Dalva, uma mulher que exala generosidade e amor, um grande exemplo de mãe e ser humano, de quem herdei a vocação da docência.

Ao meu irmão, Paulinho, que, com suas “loucuras”, me leva para seu mundo “mágico”.

À minha irmã Roberta, que, por minha influência, hoje é minha colega do Mestrado em Sociologia, também trabalhando com trajetória política local. Nossas discussões foram de tamanha importância para a conclusão desta pesquisa.

Ao meu companheiro, Demétrio, que compartilha comigo a vida de casal e a profissão de professor. Pela compreensão que sempre tem tido comigo. Por me incentivar nos momentos em que pensei não ser capaz. Por fim, agradeço por me ajudar sempre que possível no Mestrado. Te amo.

Agradeço a compreensão e apoio do meu sogro, Luiz Carlos, minha da sogra, Ilze, e também das minhas cunhadas, Juliana e Heloisa.

Ao professor Doutor Ricardo Costa de Oliveira, meu orientador, grande referência intelectual no Paraná. Obrigada.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais da UFPR por suas memoráveis contribuições e ensinamentos.

Aos professores Doutores Tarcisa e Demian, que fizeram parte da minha banca de qualificação e defesa e que muito contribuíram com suas sugestões.

Aos meus amigos Erick, Rodrigo, Luís Afonso, Tia Dada, M^a Bueno e Vânia pela ajuda concedida ao longo da vida e do Mestrado.

Aos meus colegas da rede pública de ensino, pela paciência nos momentos de muita tensão. Aos colegas da Isulpar–Paranaguá, que tanto me incentivaram e contribuíram com suas idéias para o aprimoramento dessa dissertação.

Aos servidores do TRE-PR, Arquivo Público, IPARDES e Biblioteca Pública do Paraná pela paciência e auxílio às consultas.

Aos meus alunos, tanto da faculdade como da rede pública, por compartilhar comigo o sonho de uma sociedade mais justa.

Aos demais amigos, parentes, enfim, àquelas pessoas que de uma maneira ou outra torceram pelo meu sucesso.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	xi
ABSTRACT.....	xii
1 INTRODUÇÃO	1
2 PERSPECTIVAS TEÓRICO-HISTÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA.....	6
2.1 INSTRUMENTOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA.....	6
2.1.1 <i>Habitus</i> , campo e capitais simbólicos.....	7
2.1.2 Liderança, autoridade e poder político	12
2.1.3 Estado, poder e ação política de Requião	15
2.2 CENÁRIO HISTÓRICO POLÍTICO	21
2.2.1 Uma teoria da Democracia.....	21
2.2.2 Contexto histórico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro na esfera paranaense	25
3 TRAÇOS DECISIVOS PARA A FORMAÇÃO DA POSIÇÃO E AÇÃO POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.....	35
3.1 TRAÇOS GENEALÓGICOS DAS FAMÍLIAS MELLO E SILVA, E REQUIÃO	35
3.2 TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE ROBERTO REQUIÃO	42
3.3 DISCURSO E IMAGEM DE ROBERTO REQUIÃO	44

3.3.1 Discurso do Intelectual Orgânico	51
3.3.2 “Opção preferencial pelos pobres”	56
4 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	58
4.1 DEPUTADO ESTADUAL – 1982.....	60
4.2 PREFEITO (1986-1989).....	60
4.3 SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO PARANÁ (1989-1990)	64
4.4 PRIMEIRO GOVERNO DE ROBERTO REQUIÃO (1991-1994)	66
4.4.1 Políticas Sociais	68
4.4.2 Política de Segurança Pública	71
4.4.3 Políticas Culturais e Educacionais.....	72
4.4.4 O Judiciário	75
4.5 SENADOR DA REPÚBLICA (1994-2002).....	78
4.6 SEGUNDO GOVERNO (2003-2006).....	80
4.6.1 Políticas Sociais	83
4.6.2 Políticas de Segurança Pública.....	85
4.6.3 Políticas Culturais e Educacionais.....	86
4.6.4 Os Bingos	87
4.6.5 O Movimento dos Sem Terra (MST).....	88
4.6.6 Transgênicos e Pedágios	89

4.7 TERCEIRO MANDATO NO GOVERNO DO PARANÁ.....	90
4.8 REDES SOCIAIS	92
4.8.1 Secretariado nas administrações políticas de Requião	94
5 POLÍTICAS PÚBLICAS E ANÁLISE DE UM PERFIL ECONÔMICO.....	102
5.1 TRAÇOS DO FEDERALISMO NO BRASIL	102
5.2 CONTEXTO TEÓRICO SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E DESIGUALDADES SOCIAIS	106
5.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAL-DEMOCRATAS NAS POLÍTICAS REQUIANISTAS	110
5.3.1 Contextualização e elementos da política econômica social-democrata	110
5.3.2 Políticas requianistas e o <i>welfare state</i> paranense	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE	133
ANEXOS	137

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - PARTIDOS EXISTENTES ATÉ 1965 E NÚMERO DE REPRESENTANTES, NÚMERO DE FILIAÇÕES À ARENA E AO MDB (PARLAMENTARES ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA)	26
QUADRO 2 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO, POR CANDIDATO E PARTIDO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, NO PARANÁ, 1982	28
QUADRO 3 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO PARANÁ, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, POR CANDIDATO MAIS VOTADO – 1986/1998.....	31
QUADRO 4 -PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO DE 1990	6766
QUADRO 5 - ELEIÇÕES PARA SEGUNDO TURNO DE NOVEMBRO DE 1990.....	67
QUADRO 6 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O SENADO DE 1994.....	78
QUADRO 7 – PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002	8181
QUADRO 8 - RESULTADOS DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002.....	81
QUADRO 9 – PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006	91
QUADRO 10 – SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006	91
QUADRO 11 – INTEGRANTES DO GRUPO POLÍTICO DA PREFEITURA EM 1986 E SEUS CARGOS NO SEGUNDO GOVERNO.....	96
QUADRO 12 – TITULARES NO PODER EXECUTIVO (1991-1994)	97
QUADRO 13 – TITULARES NO PODER EXECUTIVO (2003-2006)	98
QUADRO 14 – GRUPO POLÍTICO NO INÍCIO DAS GESTÕES DE REQUIÃO NO EXECUTIVO.....	100
QUADRO 15 – AGENDA NEOLIBERAL E SOCIAL-DEMOCRATA	114

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSOMA – Associação dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CC – Casa Civil
CEDCA – Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente
CIC – Cidade Industrial de Curitiba
CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COHAB – Companhia de Habitação Popular
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná
COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEAP – Departamento de Arquivo Público
DECOM – Departamento de Construção e Obras de Manutenção do Estado
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN – Departamento de Trânsito
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FREI – Fundação Rural de Educação e Integração
IAM – Instituto de Administração Municipal
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IASP - Instituto de Ação Social do Paraná
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIC – Oficinas Integradas de Cultura

PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
POVO – Policiamento Ostensivo Volante
PP – Partido Popular
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PROCON – Procuradoria de Defesa do Consumidor
PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental do Paraná
PROVOPAR – Programa de Voluntariado Paranaense
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PS – Partido Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia
PSDN – Partido Social Democrata Nacional
PSL – Partido Social Liberal
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SECS – Secretaria de Estado da Comunicação Social
SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SEED – Secretária de Estado da Educação
SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda
SEPL – Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SESA – Secretária de Estado da Saúde
SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SUDERHS – Superintendência de Desenvolvimento e Recursos Hídricos
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná
TVE - TV Educativa
UDN – União Democrática Nacional
URBS – Urbanização de Curitiba

RESUMO

Este trabalho analisa, do ponto de vista sociológico e político, os elementos preponderantes na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva. Dentre esses traços elementares serão ressaltados alguns traços genealógicos do político em questão na construção do *habitus* e do acúmulo de capitais simbólicos, principalmente os que versão o campo político do mesmo. Outro fator indispensável que será trabalhado é o contexto histórico no qual Requião foi inserido na política paranaense e ainda a identidade e fidelidade que Roberto Requião mantém com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), consistindo num caso atípico na política, pela longa permanência no partido. Serão trabalhados alguns fragmentos relacionando a imagem que Requião tenta legitimar através de seus discursos e sua conflituosa relação com a mídia. No que versa a sua trajetória política salientaremos o início de sua carreira política, em 1982, como Deputado Estadual, perpassando, na seqüência, pela Prefeitura de Curitiba, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná, Primeiro Governo, Senado Federal, Segundo Governo e finalmente o Terceiro Governo no qual Roberto Requião entra para a história do Paraná como o primeiro governador a exercer três mandatos frente ao Executivo. Serão ressaltados aspectos mais gerais do grupo político que acompanha Requião em seus pleitos formando uma rede social de interdependência. E por último intenta-se esboçar um perfil econômico requianista, baseado na descentralização e na estatização do estado em detrimento do neoliberalismo, sugerindo traços da social - democracia, ressaltando algumas políticas públicas de cunho social implementadas por Requião em seus mandatos, para constatar um modelo econômico distinto de ação e gestão política.

Palavras-chave: Roberto Requião, *Habitus* e Capitais Simbólicos, Política Paranaense e Políticas Sociais.

ABSTRACT

This study analyses, from a sociological and political point of view, the predominant elements in the construction of Roberto Requião de Mello e Silva's position and political action. Among these elementary traces, some of his genealogical features will be pointed out in the construction of the *habitus* and in the accumulation of symbolic capitals, mainly those which are central to his political field. Another essential aspect that will be discussed is the historical context in which Requião was introduced in Paraná's politics and his identification and faithfulness to the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB), consisting in an unusual case in politics for his long permanence in the party. Some fragments related to the image that Requião tries to legitimate through his speeches and his conflicts with the media will also be discussed. I will emphasize the beginning of his political career, in 1982, as State Deputy, reaching, after that, the Prefecture of Curitiba, Paraná's Secretary of Urban Development, his first mandate as Governor, Federal Senator, second and then third mandate as Governor, the first Governor who stayed three times at the head of the State's Executive Power. The more general aspects of the political group that accompanies Requião will be stressed. Finally, an outline of the economic profile of Requião is presented, based on the decentralization and statization of State instead of neo-liberalism, and suggesting traces of social democracy, stressing some social public policies implemented by Requião, in order to detect a distinct pattern of action and public management.

Key-words: Roberto Requião; *Habitus* and Symbolic Capitals; Paraná's Politics and Social Policies.

1 INTRODUÇÃO

No estudo da política paranaense, uma das vertentes que tem sido explorada a partir da década de 90 é o estudo da trajetória política de seus personagens mais proeminentes. Ney Braga (KUNHAVALIK, 1999), Jaime Lerner (DÓRIA, 2001) e Paulo Pimentel (CORDEIRO, 2005) já foram objetos de investigação, contribuindo para a construção de uma identidade política local. Apesar dos avanços recentes nessa tradição, é possível detectar algumas lacunas, representadas pela falta de estudo de certas personalidades. Na lista de políticos ainda não abordados destaca-se Roberto Requião de Mello e Silva.

O estudo da política local é de derradeira importância para a construção da identidade política paranaense, sobretudo, para o melhor esclarecimento da população a respeito da ação política dos representantes políticos locais. Roberto Requião de Mello e Silva alcançou projeção notória no cenário político local e nacional difundindo a sua imagem de político preocupado com questões sociais, detentor de um estilo “autêntico” e “inovador” de governar.

O presente trabalho abordará particularmente a trajetória do ator político Roberto Requião no período de 1982/2006, atendo-se aos elementos decisivos na construção da ação que legitimaram a sua ação e prática política, salientando, sobretudo, o desígnio de tentar uma singela reconstrução da trajetória social e política do “homem político” em questão, enfatizando algumas de suas principais políticas públicas implementadas em seus pleitos, sem o intento de realizar uma análise mais pontual delas.

O foco central deste estudo busca realizar um levantamento dos traços elementares da posição e prática política de Requião, dentre esses elementos destacaremos a importância da instituição ‘família’ na construção do *habitus* e da “vocação” do político em questão. Também será esboçada a relação do mesmo com o PMDB; busca-se, além disso, analisar a coerência e permanência de seus discursos políticos, como também o grupo político que o acompanha em seus pleitos e o perfil

econômico implementado em algumas de suas políticas públicas, com o intuito de estimular novos trabalhos sobre esse personagem político.

Originária da Bahia, a família Requião destacou-se, no Paraná, no ramo comercial; Euclides Requião foi o primeiro desse nome na região. Já os Mello e Silva, também de origem nordestina, tiveram pequena notoriedade no campo da política local, tendo um maior destaque no campo intelectual. A começar por Justiniano de Mello e Silva, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Córdoba, primeiro da família no Paraná. Exerceu alguns mandatos frente à Assembléia Legislativa; em seguida, veio seu filho, o Coronel Wallace de Mello e Silva, que foi camarista em Curitiba e também desempenhou a função de deputado estadual. E, logo após, surgiu seu neto Wallace Thadeu de Mello e Silva, que recebeu a indicação para prefeito da capital, sendo exonerado meses depois e, posteriormente, disputando a eleição para a prefeitura de Curitiba, perdendo para Ney Braga.

A disputa de Wallace Thadeu, para a prefeitura da capital, mexeu muito com o menino Roberto Requião, que a partir desse episódio revelou precocemente uma inclinação para a política, proferindo um discurso a carro aberto em favor da candidatura do pai. Roberto Requião foi acumulando capitais na esfera política, cultural e econômica, através de seu bisavô, avô e, principalmente, de seu pai, seu grande inspirador.

Roberto Requião de Mello e Silva entrou efetivamente para a política paranaense com 41 anos como deputado estadual, no conturbado período de redemocratização, e se manteve numa seqüência ininterrupta de êxitos eleitorais. Foi participante e líder ativo de várias manifestações, principalmente no regime militar, preconizando, essencialmente, a liberdade de expressão, criticando duramente tal sistema, utilizando *slogans* considerados subversivos pelos militares (“Democracia, Deus e a liberdade”; “Ditadura Militar e Escravização” como sendo a nova ordem das coisas). Foi fichado no DOPS por possuir comportamento “extremista”, sendo nocivo para a manutenção da “ordem”.

Em 1982, foi eleito Deputado Estadual; em 1985, Prefeito de Curitiba; e no

ano de 1990 ganhou as eleições para o Governo do Estado do Paraná. Em 1994, elegeu-se Senador da República, e no ano de 2003 retornou ao cargo de Governador. Em 2006, foi eleito Governador pela terceira vez, numa das eleições mais disputadas da história do Paraná.

Com o político Roberto Requião, o Paraná conheceu um caráter inovador no campo da ação política. Esta ação priorizava, sobretudo, políticas públicas em benefício das classes desprovidas de recursos. A sua postura crítica-contestadora inaugura um estilo “autêntico” de governar, chamando para si as responsabilidades do Estado.

Este trabalho foi realizado utilizando-se o aparato metodológico da pesquisa teórico-bibliográfica, com referencial teórico produzido por autores que abordam a temática em questão, ou seja, a trajetória política paranaense, com o intuito de recolher informações e ampliar os conhecimentos prévios acerca do problema que se pretende abordar. De acordo com Almeida Jr. (1988, p.110), citado por Lima (2004, p.38), “pesquisa bibliográfica é a atividade de localização de fontes diversas de informação escrita e orientada pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema”. Através da pesquisa bibliográfica objetivou-se reunir elementos fundamentais para se tentar traçar um perfil do ator político Roberto Requião.

O método utilizado será o qualitativo, o qual, de acordo com as observações de SCHWANDT (2006), busca preservar os detalhes e fenômenos das relações sociais, além de ser uma metodologia que compreende a busca do conhecimento do próprio campo social. Dessa perspectiva, a abordagem da identificação empática que busca a compreensão da ação, ou ainda, “a consciência ou intenção subjetiva do ator”, para entender seu significado de forma racional também será importante para a realização desta pesquisa, já que se pretende encontrar os elementos determinantes de uma trajetória política e sua respectiva lógica.

Ainda do ponto de vista da ação compreensiva, MINAYO (2002) ressalta que a sociologia compreensiva dá privilégios à compreensão e à inteligibilidade como

propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que o significado e a intencionalidade os separam dos fenômenos naturais. A autora retoma Weber, concluindo que a sociologia requer uma abordagem diferente das ciências da natureza, e isso se consegue através de uma pesquisa empírica com a finalidade de fornecer dados que dêem conta das formulações teóricas. Tais dados derivam de algum modo da vida dos atores sociais; esses atores dão significados a seus ambientes sociais de forma extremamente variada; eles podem descrever, explicar e justificar suas ações, que são sempre motivadas por causas tradicionais, sentimentos afetivos ou não racionais. (p.51)

Na operacionalização de trabalho, foram levantados dados referentes à ação e à posição de Roberto Requião no espaço político, bem como à situação do campo político local, dentro de um período de grandes transformações na estrutura do Estado Nacional. Para tanto, fez-se necessário uma pesquisa empírica no Arquivo Público, Secretarias de Governo e outras fontes primárias, como jornais e revistas, dado a escassez de bibliografia científica em torno desse político. As informações serão organizadas segundo o referencial teórico escolhido, ou seja, através das diversas camadas que edificaram a carreira política do “homem político em questão”.

Neste trabalho, em primeiro lugar, serão abordados alguns instrumentos teóricos para a compreensão de uma trajetória política extraídos de Pierre Bourdieu, tais como *habitus*, campo e capitais simbólicos. Também serão expostos um breve contexto teórico sobre liderança, autoridade e poder político na concepção de Duverger, Lasswell, Poulantzas e Weber. O contexto histórico político utilizar-se-á da teoria de Dahl e O'Donnell. No que versa o contexto histórico do PMDB, tanto no âmbito nacional como regional, serão utilizados Heller, Brehol e Bega, aludindo-se ao período conturbado que assolou o país e à inserção do MDB e depois do PMDB no âmbito da política nacional, e sendo enfatizada a importância do partido para o Paraná pós-ditadura. No terceiro capítulo, serão explanados fundamentos teóricos necessários para a análise das questões histórico-sociais da família de Roberto Requião de Mello e Silva, com o intento de verificar se o apreço pela política e pelo campo intelectual já

fazia parte do *habitus* das famílias Requião e Mello e Silva. Para realizar tal análise, serão utilizados os bourdieusianos com o intuito de se fazer uma breve reconstituição da trajetória e campos em questão. Esta parte constará dos instrumentos necessários para a compreensão de uma trajetória política, buscando-se salientar o campo social e político no qual Requião se insere. Posteriormente, apresentar-se-ão os traços genealógicos das famílias Mello e Silva e Requião, seguido de uma pequena biografia do político. Para finalizar esse capítulo, aludiremos fragmentos para trabalhar com o discurso e a imagem construída através deste, enaltecendo os clichês do “intelectual orgânico”, e a “opção preferencial pelos pobres”.

O quarto capítulo refere-se às gestões políticas de Requião, sem o intento de elaborar um estudo exaustivo destas, o que certamente demandaria um maior tempo de pesquisa. Busca-se enfatizar os principais programas e projetos de seus pleitos, com o intuito de mostrar que não há muita diferença de um mandato para outro, permanecendo características direcionadas a atender as necessidades das classes menos favorecidas. Pretende-se, ainda, destacar a importância de alguns programas sociais que se tornaram referência em suas gestões. O grupo político que acompanha Requião em seus mandatos será caracterizado, destacando-se os secretários das gestões frente à prefeitura, primeiro governo e segundo governo.

Para concluir esta análise, o último capítulo constará de uma breve contextualização do federalismo no Brasil, descentralização do Estado, e tratamento das desigualdades sociais. Em seguida, far-se-á um esboço da teoria social democrata, seguido por uma caracterização das políticas e do posicionamento requianistas, dados os paradigmas anteriormente descritos.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICO-HISTÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

Roberto Requião de Mello e Silva: político paranaense que desde quando entrou para a vida pública no Paraná vem obtendo grande destaque no cenário político local e nacional. Este capítulo está dividido em seções, e, para estabelecer parâmetros de interpretação de sua trajetória, a primeira seção tratará dos conceitos que serviram como instrumentos para uma breve reconstrução de trajetória política, como campo político, *habitus*, capitais, liderança, autoridade, poder e ação política. Na segunda seção far-se-á uma pequena contextualização da democracia, palco da inserção do objeto de estudo na política. Dando continuidade à seção anterior, será abordada a inserção de Requião no campo da política e a construção de uma identidade partidária local.

2.1 INSTRUMENTOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

Para BOURDIEU (1996), uma trajetória pode ser entendida como “a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (p.292). Nessa perspectiva, os eventos biográficos e seus respectivos sentidos podem ser compreendidos dentro de um contexto no espaço social, ou seja, dentro de uma estrutura de distribuição dos diversos capitais (econômico, político, cultural, entre outros) que legitimam uma ação em um determinado campo.

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*: cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos, que representam a história de uma vida. (BOURDIEU,

1996, p.292).

Formas de pensar e agir serão legitimadas somente se considerada a experiência ou estrutura do agente. Nessa ótica, e considerando a relação de causalidade dos eventos, as análises de configuração serviriam como instrumentos para a explicação satisfatória dos fatos ou as opções ideológicas.

Aproximando-se da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, que será abordada novamente, no livro ‘Intelectuais à brasileira’, de Sérgio MICELI (2001) no qual traça o percurso de uma categoria de escritores atuantes em períodos específicos da história brasileira¹

Através desse recurso metodológico, o autor elege as determinações positivas e negativas das trajetórias de cada sujeito, principalmente, ao buscar compreender os mecanismos responsáveis pela ascensão social e a conversão no campo cultural de cada um deles. Esses fatores se tornam importantes na medida em que favorecem a compreensão dos rumos que a vida de cada um dos sujeitos tomou, servindo como recursos teórico-metodológicos para analisar biografias.

2.1.1 *Habitus*, campo e capitais simbólicos

A filosofia da ação de Bourdieu sugere uma teoria da prática ou do modo de engendramento das práticas, que é definida pelo autor como uma ciência da dialética da interioridade e da exterioridade, ou seja, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. Essa concepção se encontra na origem do conceito de *habitus*. Sendo assim:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (...) produzem *habitus*,

¹ Nessa sociologia da vida intelectual, ao analisar a trajetória social de cada sujeito, o autor constrói quadros com características pertinentes dos letrados, tomando como fontes memórias e biografias. Em seus quadros, ele apresenta vários indicadores que ajudam a compreender os triunfos, os *handicaps* e as carreiras dos biografados, como: nome completo; data e lugar de nascimento; profissão dos pais; dilapidação social dos pais, ou seja, o patrimônio familiar; estigmas; gestão do capital de relações sociais, ou seja, as relações de parentesco; posição na fátia e carreira dos irmãos; curso superior; carreira; e tipo de produção.

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 2003, p. 53)

O *habitus* é um sistema de disposições duráveis e transferíveis que constituem a estrutura da vida social. Ao integrar todas as experiências passadas, ele pode ser entendido como um sistema de esquemas de produção de práticas que funciona também como uma matriz de percepções, apreciações e ações, tornando possível a realização de tarefas diferenciadas. Entretanto, segundo BOURDIEU (2004a, p. 21-22), o *habitus* é o “(...) princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, [e] de práticas”.

A maioria dos estudos sociológicos que versam sobre trajetórias sociais são entendidos através dos espaços sociais, campos sociais e da posse de grandezas de determinados capitais simbólicos, condicionando o *habitus* e o posicionamento de cada ator social:

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como ‘escolhas’ da ‘vocação’, e muitas vezes consideradas efeitos da ‘tomada de consciência’, não é outra coisa senão o *habitus*, sistemas de disposições inconscientes, e constitui o produto de interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (p.201-202).

Ao tentar compreender as implicações da noção de *habitus*, Pierre Bourdieu tentou analisar as relações entre estes e os campos sociais. O campo é uma rede de relações objetivas entre posições sociais definidas objetivamente em sua existência e que fornecem determinações que elas repõem aos seus ocupantes, agentes ou

instituições por sua situação social atual e potencial e por sua posição relativa em relação a outras posições. Visto assim, o campo é um espaço estruturado a partir de posições de poder e disputas simbólicas, no qual pode ser constatada a existência de leis genéricas. Visto isso, o campo pode ser entendido como um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira “natural”, em suas práticas.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2003)

Tendo cada campo sua própria estrutura, ou seja, seus próprios critérios de avaliação da realidade, o campo político pode ser tido como o lugar onde se geram as disputas simbólicas entre os agentes nele envolvidos, produtos políticos, ou programas, nos quais os ‘consumidores’, ou cidadãos comuns, exteriorizam suas escolhas (idem, 2003).

Nessa mesma lógica, as práticas sociais são definidas pelo autor como “(...) o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social que funciona, nesse aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem” (BOURDIEU, 2003, p. 38). Por conseguinte, as práticas são resultantes, por intermédio do *habitus*, da relação dialética entre uma estrutura e uma conjuntura, entendidas como as condições de atualização deste *habitus*, sendo este um estado particular da estrutura.

Bourdieu compreende que os atores sociais estão inseridos especialmente em determinados campos sociais. A posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico etc.) e o *habitus* de cada ator social condicionam seu posicionamento espacial. Para Bourdieu, o que determina a posição espacial no campo social são as posses de capital econômico e de capital cultural. Os sujeitos ocuparão espaços mais próximos quanto mais similares forem a quantidade e a espécie de capitais que detiverem. Em contrapartida, os agentes estarão mais distantes no campo social quanto mais díspar for o volume e os tipos capitais. Assim, pode-se dizer que a riqueza econômica (capital econômico) e a cultura acumulada (capital cultural) geram internalizações de disposições (*habitus*) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos homens:

De maneira mais geral, o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*); ou, em outros termos, ao sistemas de separações diferenciais, que definem diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes, isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (1994, p 21)

Quanto, especificamente, ao campo político, Bourdieu procura identificar os vários capitais necessários à produção de sentidos e valores:

O capital político, que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos (residências, veículos, hospitais, escolas etc.). Observa-se essa patrimonialização de recursos coletivos quando, como é o caso nos países escandinavos, uma “elite” social-democrata está no poder há várias gerações: vemos então que o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos dos sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas. (1994, p 31)

Sabemos da grande importância que a instituição ‘família’ assume no processo de socialização do sujeito. De acordo com Bourdieu, o sujeito, por meio do *habitus*, interioriza as estruturas objetivas, ou seja, as normas e os valores sociais, assim como os sistemas de classificação e os sistemas de pensamento. Dessa forma, Roberto Requião, filho de uma família tradicional e que se interessava e participava da política paranaense, definiu a sua posição social, ou seja, foi socializado, internalizando o *habitus* da classe social da qual é pertencente. E Bourdieu segue dizendo:

Esse privilégio é, no concreto, uma das principais condições de acumulação e de transmissão de privilégios, econômicos, culturais, simbólicos. De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (1994, p 131)

Os conceitos de *habitus* e campo elaborados por Bourdieu servem como categorias de análise fundamental. O *habitus*, ao se apresentar ao mesmo tempo como individual e social, refere-se não só ao elemento individual, mas também a um grupo ou a uma classe social². Assim, a história da vida de um indivíduo pode ser vista como uma variante do *habitus* de seu grupo ou de sua classe, na medida em que seu estilo individual aparece como um desvio codificado em relação ao estilo de sua época e de sua classe ou grupo social. Do mesmo modo, ao servir como suporte da noção de

² É de fundamental importância salientar que no pensamento de Bourdieu as classes sociais, no sentido marxista, não existem. “O que existe é um espaço social, um espaço de diferença, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer.” (BOURDIEU, 2004a, p. 26-27). Portanto, o ponto de vista marxista não consegue dar conta de mecanismos mais sutis de divisão e reprodução social, nem de determinadas relações entre grupos diferentes, pois para o autor é possível “(...) negar a existência das classes sem negar o essencial do que os defensores da noção acreditam afirmar através dela, isto é, a diferenciação social, que pode gerar antagonismos individuais e, às vezes, enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social.” (BOURDIEU, 2004a, p. 49)

habitus, o conceito de campo se constitui em outra ferramenta conceitual importante para os estudos sociológicos sobre trajetórias.

Com relação à literatura nacional, MIGUEL (2003) aplica as noções bourdieusianas de campo e capital político ao caso brasileiro. Em primeiro lugar, o autor discrimina o capital delegado, que consiste no capital próprio do campo político, isto é, a notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos no Poder Público e de militância política. Depois, o capital heróico, que seria definido como características carismáticas (no sentido weberiano) do agente político. Por último, há também o capital convertido. Este seria a popularidade adquirida em outros campos que é então deslocada para o campo político. Com isso, pode-se estabelecer duas trajetórias “ideais” na política: uma que envolveria mais o capital delegado, na qual o indivíduo ascende seguindo a hierarquia dos cargos, e outra na qual o político converte sua popularidade para concorrer a cargos eletivos, podendo, assim, queimar etapas.

Partindo dos conceitos da teoria de Pierre Bourdieu, pretende-se elaborar uma pequena análise sociológica da trajetória de Roberto Requião de Mello e Silva, aliada às perspectivas de poder e liderança expostas nas seções seguintes.

2.1.2 Liderança, autoridade e poder político

A atuação de Roberto Requião, neste trabalho, requer uma maior atenção, sobretudo, aos conceitos de liderança, autoridade e contexto político e, em particular, à atuação do ator nos contextos sócio-políticos nacional e local. Para tanto, torna-se necessário explicitar o conceito de contexto-conjunto social elaborado por DUVERGER, que seria:

Composto por homens que mantêm relações num mesmo domínio (no caso, o domínio das atividades políticas) e relações em geral mais numerosas e mais estreitas do que as desenvolvidas nesse domínio, com homens pertencentes a outro conjunto. Além disso, as relações desenvolvidas no interior do conjunto são estruturadas e constituídas em sistema. (...) Por fim, o conjunto de homens assim caracterizado

corresponde a um conjunto cultural que determina os estatutos, os papéis e os comportamentos dos seus membros. (DUVERGER, 1983, P.27).³

O conceito de liderança está inserido num contexto específico de interações, refletindo a situação desse contexto. Assim sendo, as situações enfrentadas por Roberto Requião desde a sua estréia no cenário político se destacam dentre os fatores explicativos do seu papel como ator político.

O estudo do caso de Roberto Requião guarda semelhança, do ponto de vista metodológico, com a abordagem teórica de Duverger, a que parte das interações do ator político como modo de estudar o sistema de interações. Deve-se ressaltar, porém, que neste trabalho não há a intenção de realizar qualquer tentativa de investigação da personalidade pessoal do objeto em questão, para não correr o risco de incidir numa espécie de psicologismo.

Todo o trabalho está elencado no sentido do enfoque sociológico, ou seja, com o intuito de realizar estudo de fenômenos sociais, mais especificamente da realidade política, levando-se em conta o ator e suas interações, as quais estão inseridas num sistema político e de reprodução de poder.

Na esfera da autoridade pela via da competição eleitoral convém analisar Roberto Requião como ator político, desde sua estréia na esfera política inserida no contexto de democratização. Há líderes que são investidos como autoridade, como detentores ou titulares do poder político (caso do político em questão). No processo de interações próprias da esfera política e da disputa pelo poder, o ator empenha-se em obter o consentimento dos eleitores. Conseguindo isso, por delegação expressa e já legitimada para a função de governante, ou seja, uma autoridade, o ator passa a exercer as tarefas de legislar, comandar e governar.

O exercício do poder político difere, assim, da analogia de líder e liderados, e vai além da definição de poder político enquanto exercido na sociedade plena,

³ Livro 'Sociologia política: elementos de ciência política'.

conforme salienta Maurice Duverger. Nessa avaliação, o poder político se caracteriza, em si mesmo, por seu estilo global, no sentido de que é responsável pelas funções de organizar jurídica e politicamente a sociedade, de mantê-la e protegê-la de outras coletividades. Esse caráter globalizante do exercício do poder político estabelece, conseqüentemente, uma oposição “aos poderes relativos a cada um dos setores particulares nos quais se manifesta a coletividade.” (DUVERGER, 1983, p.158). Permanece proeminente que o poder político implica a conotação poder-coletividade, como tal, e não poder-indivíduos, que a compõem.

Duverger assinala que o “líder é obedecido devido ao seu prestígio, e não devido a um poder que a coletividade lhe reconhece oficialmente” (DUVERGER, 1983, p. 153). O autor destaca um aspecto saliente da interação entre líder e grupo (comunidade ou liderados), que na verdade nada mais é do que a obediência destes, em decorrência de imposição e comando, os quais voluntariamente aderem ao ator social. Entretanto, as ações desse ator são marcadas pela centralidade e proeminência, sem que os liderados também deixem de desempenhar um papel ativo, conforme será analisada a concepção de liderança de Requião.

O conceito de liderança não demanda que se leve em consideração tão somente os traços subjetivos do líder. Segundo PETRACCA (1997) ⁴, a liderança fora debatida de modo a restringir esse fenômeno ao líder reduzido como um “herói carismático”, sendo mais lógico considerar a liderança como um papel que se desenvolve numa conjuntura específica de interações e reflete em si mesma a situação desse contexto. A liderança não só “manifesta determinadas motivações do líder” como também “exige atributos peculiares de personalidade e habilidade, além de recursos específicos”. Esclarece Petracca que tais recursos, motivações e habilidades são “variáveis do papel, relacionadas com o contexto, formando um conjunto que também se relaciona com as expectativas dos liderados, seus recursos, suas aspirações, suas atitudes” (PETRACCA, 1997, p. 713).

⁴ Ver Orazio Petracca, livro: Liderança. In: Bobbio – Dicionário de política.

CONWAY (1915), citado por PETRACCA (1997, p. 715), distingue três tipos de liderança: a) líderes que representam as multidões; b) que as interpretam; c) que as arrastam. Estão implícitas nos papéis desempenhados pelo líder, no âmago da relação de reciprocidade em causa, respectivamente, as condições e funções a seguir: a) a opinião das multidões sendo conhecida e definida, o líder se limita à expressá-la; b) encontrando-se obscuros e confusos os seus sentimentos e pensamentos, o líder se revela principalmente hábil na tarefa de formulá-los de modo claro e explícito; c) o líder se mostra competente para formular uma grande idéia, para congregar uma multidão, a fim de concretizá-la e, por fim, para pressionar essa multidão no sentido de concretizar a idéia concebida pelo próprio líder.

2.1.3 Estado, poder e ação política de Requião

A funcionalidade do Estado, antes limitada à punição dos corpos, pode ser compreendida pela organização das relações de produção e pela delimitação da reprodução das classes sociais, como também pela organicidade das relações ideológicas e da ideologia dominante.

Para POULANTZAS (1985), o grau de ideologização do discurso e das práticas materiais do Estado é variável e diversificado segundo as classes e frações de Estado e sobre as quais age. A “verdade” do Estado, freqüentemente observada como mascarada pelas massas, compreende uma complexidade infinitamente maior, destarte, as massas são desprovidas dos capitais necessários para a compreensão de seu discurso. “O Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção” (p.44). Visto isso, o autor discorre que:

Todo poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado nos aparelhos (e não somente nos aparelhos de Estado). Esses aparelhos não são simples apêndices do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente na luta de classes/aparelhos, é a luta (das

classes) que detém o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político-ideológica. (p.51)

Para ele, o Estado constitui uma política das classes dominantes. A organização não é responsabilidade de um único aparelho do Estado ou partidos políticos, mas, de diferentes graus, de um conjunto de seus aparelhos, incluindo os detentores do monopólio legítimo da repressão.

Definindo sua concepção estruturalista do Estado e dos modos de produção, Poulantzas passa a trabalhar com o conceito de “autonomia relativa”, já utilizado por Althusser. Tanto em sua esfera política como econômica, o Estado deve ser autônomo, pois é um Estado de classe independente da luta de classe. Este (o Estado) se ocupará em organizar a classe capitalista fracionada. Porém, a autonomia do Estado é “relativa”, pois em última instância a economia ainda determina a relação político-jurídica no Estado capitalista.

O autor irá enfatizar, portanto, o caráter funcional do Estado, deixando de lado o aspecto mais organizacional, aproximando-se, desse modo, a Althusser em “Aparelhos ideológicos do Estado”.

Assim, o Estado se define por sua função: manter a sociedade coesa, mediando a luta de classes no interior da sociedade. No Estado capitalista ocorre um fenômeno específico: a separação do produtor direto dos meios de produção (alterando os modos de produção feudal), gerando um tipo também específico de luta de classe. O Estado, desse modo, surge como elemento de coesão social. Tal coesão é realizada pelo Estado através de sua instância jurídica (ideológica), individualizando e personalizando os trabalhadores.

Os modos de produção capitalista definem a formação das classes. O Estado, por sua vez, redefine os trabalhadores e os capitalistas enquanto sujeitos individuais, apaziguando a luta de classe. Para tal, ele utiliza dois procedimentos jurídicos de legitimação: o “efeito de isolamento”, que isola o indivíduo, dizendo-lhe que ele é autônomo e independente socialmente; e o “efeito de representação”, que

reforça a idéia de isolamento, deixando o indivíduo crer que não pertence à classe alguma, porém o torna componente indissociável de um organismo coeso: a nação. Desse modo, faz-se o logro do capitalismo, o trabalhador é independente, pois não depende de outros trabalhadores, e ao mesmo tempo dependente, pois depende do capital.

Segundo POULANTZAS (1968), o poder em si não é uma quantidade ou coisa que se possua, nem uma qualidade ligada a uma essência de classe, a uma classe-sujeito, à classe dominante. O poder pode ser visto sob seu aspecto de recolhimento do campo da luta de classes, como objeto fundamental:

Por poder se deve entender a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma ou de determinadas classes sociais em conquistar seus interesses específicos. O poder referido às classes sociais é um conceito que designa o campo de sua luta, o das relações de forças e das relações de uma classe com uma outra: os interesses de classe designam o horizonte de ação de cada classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: o campo do poder é, portanto, estritamente relacional. O poder de uma classe (da classe dominante, por exemplo) significa de início seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta, ou seja, as relações desiguais de dominação, subordinação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, e que consistem desde então em relações de poder. O lugar de cada classe, portanto, seu poder, é determinado, ou seja, ao mesmo tempo designado e delimitado, pelo lugar das outras classes. O poder não é, portanto, uma qualidade imanente a uma classe em si no sentido de uma reunião de agentes, mas depende e provém de um sistema relacional de lugares materiais ocupados por tais ou quais agentes. (p.168 e 169)

Já as concepções teóricas sobre a temática do poder de Harold Lasswell (1946⁵) caracterizam o poder como elemento distintivo do aspecto político da sociedade e estabelece um elaborado método para o estudo dos fenômenos do poder no quadro da vida social em seu conjunto.

Com a ajuda de conceitos psicanalíticos, em especial os freudianos, Lasswell

⁵ No livro 'Poder e Personalidade'.

examinou as relações entre poder e personalidade, concluindo que a personalidade política está orientada, predominantemente, para a busca do poder, constituindo-se numa transferência racionalizada, em termos de interesse público, de impulsos privados reprimidos, para objetos públicos:

A definição breve de poder é “tomada de decisão”, definição que pretende distinguir as decisões de outros atos de escolha, tais como compra ou venda no mercado competitivo. A distinção é feita estipulando-se a natureza das perspectivas, que devem ser realizadas numa situação completa. Especificamos que uma decisão é o ponto culminante de uma situação na qual os participantes mantêm certas “expectativas” e “exigências”. A expectativa é a de que a escolha a ser feita será defendida contra qualquer desafiador (presente ou em perspectiva), infringindo-lhe privações extremas. A exigência é a de uma participação na escolha. (p.58)

Os conceitos lasswellianos tiveram fundamental importância na análise de aspectos neuróticos da personalidade sobre a participação na vida política, destacando suas diversas formas, como a de agitador e organizador, dando impulso às pesquisas posteriores sobre a personalidade autoritária e centralizadora, presente na maioria dos políticos. Ainda sobre a personalidade como componente da elite, LASSWELL (1965) profere:

O papel da personalidade na composição da elite é um tópico de grande interesse nesta era psicológica. São muitos os indícios de que a busca do poder, mais do que outros resultados do valor, deve ser compreendida através do exame das vicissitudes das primeiras experiências na família, ou em círculos íntimos, e que as predisposições que favorecem a fácil aquisição e o desempenho de determinados papéis devem ser igualmente organizadas. (p. 25 e 26)

Através desta explicitação que referencia a questão do poder, pode-se analisar que Requião se enquadra nesta concepção lasswelliana, sobretudo, no que diz respeito à busca pelo poder. Requião deixou sua marca na política paranaense por possuir uma personalidade contestadora e irreverente: “Com efeito, tomar partido,

lutar, apaixonar-se-ira *et studio* são características do homem político”. (WEBER, 1967, P.79) ⁶

Sua juventude foi marcada por alguns atos de irreverência, principalmente no período em que este era membro do movimento estudantil. Analisando o dossiê de Requião na extinta Delegacia de Ordem Política Social, é possível extrair alguns traços da sua personalidade marcante que predominam nos dias de hoje.

Neste dossiê, Requião é acusado como um ativo propagador de idéias extremistas. Em 1º de abril de 1964, ele compareceu armado com um revólver de brinquedo à reunião da UPE; segundo este documento, o objetivo era desmoralizar as autoridades se estas interviessem na reunião. Requião também foi expulso do Partido Progressista por frustrar os ideais democráticos do partido e fazia questão de dizer que era comunista, entre outros comportamentos considerados subversivos.

O político Requião preserva o perfil irreverente de sua juventude em seus mandatos, enfrentando o Judiciário, o Ministério Público, os policiais e até mesmo o PMDB para concretizar os seus intentos políticos, muitas vezes de caráter conflituoso. Também se pode salientar o perfil político de Requião um tanto quanto autoritário e centralizador, não permitindo ser contrariado e não sendo complacente com greves e abusos de funcionários públicos.

No que cerne ao aparato da política e ao poder, é importante ressaltar uma característica marcante de Requião, seu caráter por vezes centralizador de fazer política. Tal atributo é notado através de sua postura na ação política, chamando, muitas vezes, para si a responsabilidade das mais diversas questões, ocupando secretarias e intervindo em assuntos que antes eram deixados à competência do governo federal, como as questões dos bingos e dos transgênicos. “A honra do chefe político consiste justamente na responsabilidade pessoal exclusiva por tudo quanto faz, responsabilidade que ele não pode rejeitar nem delegar”. (WEBER, 1967, p.79)

Sobre sua personalidade política, podemos trazer à luz algumas elucidações

⁶ Livro: ‘Ciência e Política: duas vocações’

quanto a sua postura contestadora e, às vezes, aguerrida de agir. Há uma continuidade na qualidade de algumas de suas ações desde a juventude, sobretudo no período militar, no qual foi acusado de comunista e extremista (Ver anexo nº 01), por participar de várias manifestações e de alguns movimentos, mostrando toda a sua indignação sobre o sistema vigente. A respeito de sua personalidade, Requião declara:

Eu sou movido à indignação. Desenvolvi ao longo da minha vida uma teoria: o indivíduo que agir sistematicamente por impulso, que não adotar o caminho da reflexão, da consulta e da conciliação, em muito pouco tempo se transforma num canalha. Os impulsos revelam tua verdadeira natureza. Eles são colocados no momento em que as coisas mais legítimas, a informação mais correta que você tem, tua posição mais autêntica se manifesta sem interferências. Eu ajo por impulso. Mas, como sou um ser normal e cartesiano, meus impulsos são refletidos, são informados por uma ideologia, por uma filosofia, por uma ética amadurecida há muito tempo. Porque a reflexão, a conversa, é o domínio do reino das conveniências, e os impulsos surgem movidos pela indignação, são aquilo que você pode oferecer de mais legítimo a você mesmo e à sociedade. (CORREIO, 22/12/1991, p JV-06).

E retomando Weber, observamos algumas características do homem político, aquele que vive para a política, bem como a posição de Requião dentro deste campo:

Pode-se dizer que há três qualidades determinantes do homem político: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção. Paixão no sentido de “propósito a realizar”, isto é, devoção apaixonada a uma “causa”, ao deus ou ao demônio que a inspira... com efeito, a paixão apenas, por mais sincera que seja, não basta. Quando se põe, a serviço de uma causa, sem que o correspondente sentimento de responsabilidade se torne a estrela polar determinante da atividade, ela não transforma um homem em chefe político. Faz-se necessário, enfim, o senso de proporção, que é a qualidade psicológica fundamental do homem político. Quer isso dizer que ele deve possuir a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por consequência, manter à distância os homens e as coisas. A “ausência de distância”, como tal, é um dos pecados capitais do homem político. (p.106)

O homem político, ainda segundo Weber (p.107), “é movido pelo desejo do

poder, instintivamente inerente a este homem. O poder sem qualquer objetivo e privado de responsabilidade pode ser entendido como subversivo à vocação do político, ou ainda, apenas um pretexto para o enaltecimento de sua imagem. Esta vaidade, inimiga vulgar do homem político, preconiza o afastamento de si mesmo”.

2.2 CENÁRIO HISTÓRICO POLÍTICO

Nesta seção será esboçado um pequeno contexto teórico sobre Democracia utilizando as concepções de DAHL e O'DONNELL sobre teorias acerca do tema e suas tipologias. Posteriormente, será trabalhado um pequeno histórico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), referenciando o período de transição de um regime autoritário para um regime democrático. Também serão expostas as propostas do partido neste conturbado período, que se direcionava a uma democracia participativa, propícia para vencer as eleições subsequentes. Pretende-se estabelecer uma relação entre Roberto Requião e esse cenário, que consiste na sua estréia política, sobretudo, no que tange a sua identificação com o PMDB do Paraná, visto por alguns como um partido de “esquerda”, extremamente atrelado à imagem de Requião.

2.2.1 Uma teoria da Democracia

O presente capítulo corresponde à abordagem da atuação política de Roberto Requião na fase inicial do contexto democrático, portanto, torna-se imprescindível explicitar algo, ainda que brevemente, a respeito da conceituação de democracia. Atende-se, dessa forma, ao imperativo de definição dos termos. A brevidade aqui pretendida recomenda mencionar um autor que foi conciso ao focalizar a profusão de enfoques conceituais que tem por objeto a democracia: Robert Dahl. No tocante à contribuição de Dahl, impõe-se inicialmente recorrer à sua definição mínima de teoria da democracia: “Diz respeito a processos através dos quais cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre líderes” (DAHL, 1996, p.11). Na introdução da obra ‘Prefácio à Teoria Democrática’, o autor distingue, na especulação

do tema, dois modos básicos: o ético e o descritivo. Também opina que a existência de diferentes enfoques resulta de várias angulações existentes na teoria social. Propõe-se Dahl, entretanto, a considerar “alguns tipos representativos de teoria democrática”, na verdade correspondentes a três tipos ou formas de democracia: madsoniana, populista e poliárquica.

Para DAHL (1971), a característica essencial de um regime democrático é a contínua responsividade do governo para com as preferências de todos os cidadãos. Todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas de formular e expressar suas preferências e de ter suas preferências igualmente consideradas, independentemente da temática das mesmas. Essas são as condições necessárias à democracia que poderiam fornecer uma escala comparativa entre países menos e mais democráticos segundo aqueles que preenchem tais quesitos.

Além desses elementos, o mais importante da teoria de Dahl são as duas dimensões que operacionalizariam as diversidades da democratização. Não seria apenas a liberdade de contestação que garantiria a democracia em um determinado regime; a inclusividade, ou seja, o direito de participação em eleições e de concorrer a cargos públicos, seria o segundo eixo a ser considerado nesta análise.

Na origem desse sistema ortogonal, encontraríamos o caso de hegemonias fechadas, por exemplo, ditaduras. Se avançássemos no eixo y, aumentando o grau de liberalização, encontraríamos as oligarquias competitivas. Se, por outro lado, avançássemos no eixo x, aumentando a inclusividade, teríamos as hegemonias inclusivas. Na extremidade oposta à hegemonia fechada encontra-se a poliarquia, a qual representa um alto grau de inclusividade e contestação.

Segundo hipótese de Dahl, quando regimes hegemônicos e oligarquias competitivas se deslocam para a poliarquia, há um aumento das oportunidades de efetiva participação e contestação. Porém, tais transformações acarretam em maiores conflitos para os governantes, como também para a oposição. Dessa forma, o grau de liberalização do regime será determinado pela ponderação entre os custos de se reprimir ou aceitar a contestação, ou seja, os custos de tolerância. Em outras palavras,

a probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta na medida em que crescem os custos de sua eliminação.

O grau de inclusividade, ao contrário do grau de contestação, não é determinado por um sistema que pode variar a curto prazo. Ele seria, assim, um dado nesse modelo, pois estaria submetido a condições institucionais resultantes de processos históricos.

O'DONNELL (1996) acrescenta mais quatro atributos à formulação de Dahl: os representantes não devem ter os seus mandatos interrompidos antes de se completar o período estabelecido constitucionalmente; o segundo acréscimo é o de que as autoridades eleitas não devem estar sujeitas a restrições severas ou a vetos que sejam impostos por outros atores não-eleitos; o terceiro acréscimo é o de que deve haver um território indisputado que defina claramente o *demos* votante; por fim, que a expectativa generalizada de um processo eleitoral limpo e as liberdades que o acompanham tenham vigência por um futuro indefinido.

Na América Latina, seguindo os critérios, restaram três poliarquias – a Colômbia, a Costa Rica e a Venezuela. Países como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Nicarágua e Panamá se encaixam melhor na forma de democracia delegativa, apesar de elas serem institucionalizadas.

É importante lembrar que algumas democracias recém-instaladas, segundo CALDERÓN e LECHNER (1998), como alguns casos da América do Sul, são democracias no sentido em que cumprem algumas definições próprias, já definidas pela poliarquia, ou seja, democracias representativas. Entretanto, o autor chama a atenção para as características de uma democracia delegativa.

As democracias delegativas não são consolidadas ou institucionalizadas, mas podem ser duradouras. A profunda crise social e econômica que a maioria desses países herdou de seus antecessores autoritários multiplica poderosamente as conseqüências de certas concepções e práticas que conduziram na direção da democracia delegativa, ao invés da representativa.

Também cabe aqui dizer que a democracia delegativa é tão ou mais democrática que a representativa, embora menos liberal.

As democracias delegativas se fundamentam em uma premissa básica: quem ganha a eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente e, na medida em que as relações de poder existentes permitam, até o final do seu mandato. O presidente é a encarnação da nação, o principal fiador do interesse nacional, o qual cabe a ele definir. O que ele faz no governo não precisa guardar nenhuma semelhança com o que ele disse ou prometeu durante a campanha eleitoral, ele é autorizado a governar como achar conveniente.

Algumas características das democracias delegativas: são majoritárias, possuem uma constituição; não envolvem diretamente uma maioria, precisam ser criadas, existe aqui o segundo turno nas eleições; o cunho político é mais emocional; os eleitores são passivos, espectadores, delegam mais poder e confiança ao governante; as relações de poder são mais “informais”, ou seja, são muito pouco institucionalizadas.

Uma democracia não institucionalizada é caracterizada pela fraqueza e pela baixa densidade de suas instituições. Outras instituições, não formalizadas, mas fortemente atuantes, especialmente o clientelismo, o patrimonialismo e, certamente, a corrupção, formam o lugar daquelas, juntamente com vários padrões de acesso direto e altamente desagregados ao processo de tomada de decisão e implementação de políticas públicas.

Como as políticas públicas devem passar por uma série de poderes relativamente autônomos, a tomada de decisão numa democracia representativa é lenta e incremental. Em contraste, a democracia delegativa começa com um grau muito baixo de institucionalização e, na melhor das hipóteses, é indiferente em relação ao seu fortalecimento. A democracia delegativa representa para o presidente a vantagem de não ter praticamente nenhuma obrigatoriedade de prestar contas horizontalmente, entretanto, existe uma altíssima concentração sobre ele de responsabilidade pelos resultados.

2.2.2 Contexto histórico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro na esfera paranaense

Nesta seção, será traçada uma breve análise sobre o período histórico da ditadura militar, procurando-se explicitar a importância do MDB (atual PMDB) na luta contra a militarização e também a sua ascensão ao poder após a derrocada deste regime, a chamada “redemocratização” em vários estados, salientando principalmente o Paraná. Consideramos de extrema importância evidenciar esses fatos para contextualizar o período histórico no qual Roberto Requião foi inserido politicamente no Paraná como Deputado Estadual, no ano de 1982, e sua participação neste momento conturbado que o país atravessava. Utilizaremos, para tanto, HELLER (1988)⁷, BREPHOL (2001)⁸ e BEGA (1990)⁹ como aparato teórico-histórico.

Com o surgimento da ditadura militar no Brasil, em 1964, os governos estaduais sofreram profundas transformações. Suas lideranças políticas também foram afetadas, pois estavam cada vez mais condicionadas ao militarismo e ao governo central. Neste contexto histórico, fez-se prevalecer no perfil do administrador público a idéia de um analista, planejador e realizador. Subentendendo-se no campo da competência técnica, “tecnocracia”, e não no da política, é que ele buscava fundamentar sua legitimidade.

Os que defendiam o regime militar julgavam que a eficiência do Estado era determinada por critérios científicos e não pela vontade política popular, suprimindo-se, assim, o princípio de cidadania.

Este regime estava sendo questionado em vários sentidos, principalmente no que afere a política econômica. Desta maneira, alguns militares descontentes com a política externa se atrelavam a trabalhistas e liberais para formar uma oposição ao regime.

⁷ Livro: ‘Resistência Democrática: a repressão no Paraná’.

⁸ Livro: ‘Paraná: Política e Governo’.

⁹ Dissertação (mestrado em Sociologia) USP (1990): Participação Comunitária: Dimensões da Institucionalização.

Os militares, temerosos com o avanço dessa oposição e, principalmente, com a proximidade das eleições regionais de 1966, decretam o Ato Institucional nº. 2 no ano de 1965, que acabava com as eleições para o Executivo na esfera federal e estadual. Este ato anulou a existência dos antigos partidos políticos, mantendo-se somente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); este fato ficou conhecido historicamente por bipartidarismo.

A ARENA era a chamada frente da situação, pois apoiava o regime militar e era composta por alguns dissidentes da extinta UDN, da chamada ala conservadora do PSD e também de outros partidos de direita. Já o MDB, ao contrário da ARENA, era considerado como frente de oposição legal, composto de uns poucos militares descontentes, como já fora salientado acima, em sua maioria oriunda do PTB, e também da ala esquerdista do PSD, PS, PSP, sendo, portanto, uma oposição que se estabeleceu dentro do próprio regime.

Analisando os números de filiações na ARENA e no MDB, dos partidos existentes até 1965, destacou-se uma considerável vantagem favorecendo a frente da situação em relação à da oposição.

QUADRO 1 - PARTIDOS EXISTENTES ATÉ 1965 E NÚMERO DE REPRESENTANTES, NÚMERO DE FILIAÇÕES À ARENA E AO MDB (PARLAMENTARES ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA).

PARTIDOS EXISTENTES	NÚMERO DE REPRESENTANTES	NÚMERO DE FILIAÇÕES	
		ARENA	MDB
Partido Demócrata Cristão com aliança ou coligação	8	6	2
Partido Trabalhista Nacional - União Democrática Nacional	9	8	1
União Democrática Nacional	10	10	0
Partido Social Democrático	8	6	2
Partido Trabalhista Brasileiro	15	3	12
Partido Trabalhista Nacional	1	1	0
Partido Social Progressista	2	1	1
Partido Republicano	1	1	0
Total de filiações	54	36	18

FONTE: IPARDES

Tanto a ARENA quanto o MDB nasceram com grande dificuldade no que cerne à questão de identidade própria. Aquela nasce com o estigma de “governista”,

durante a vigência do militarismo, com discurso dirigido às classes médias, herdado da UDN, assim como a defesa de um anti-reformismo que repudiava o trabalhismo, principal questão abordada no período getulista. Já o MDB passou por crises, principalmente no início de sua formação, pois não havia formado uma identidade forte. O principal fator para o seu crescimento esteve arrolado em seus discursos voltados às massas, que se sentiam lesadas pela falta de democracia. Este aspecto, herdado do PTB de 1940 e 50, tinha como meta “amparar” o proletariado oprimido.

Com o desmantelamento do dito “milagre econômico”, a situação ficou trágica para a ARENA, pois nas eleições de 1974 o MDB venceu para o Senado e para a Câmara Federal, perdendo somente a eleição para a Assembléia Legislativa para a ARENA.

O MDB, aos poucos, conquistou a opinião pública, descontente com a política governamental da ditadura militar.

Para conter o avanço do MDB, é promulgada a Lei Falcão, proibindo a propaganda eleitoral nos meios de comunicação de massa. A ditadura também viu a necessidade de tomar outras medidas para que o MDB não obtivesse a maioria no Congresso nas eleições de 1980. Assim, no ano de 1979, o então presidente Figueiredo institui a Emenda Constitucional nº. 11, a qual torna obrigatória a palavra “partido” antes da sigla, com o intuito de coibir as coligações entre partidos.

Em 1979, decretou-se um conjunto de reformas, entre elas a que extinguiu o bipartidarismo e estabeleceu eleições diretas para governador, permitindo o pluripartidarismo. Com essa medida, são criados o PMDB (oriundo do antigo MDB), o PP, o PDS (antiga ARENA), o PDT (oriundo do PTB) e o PT, este surgindo com propostas mais delineadas, que iam além das questões reformistas.

O comportamento social eleitoral dividiu-se em favor do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do PDS (Partido Democrático Social).

No ano de 1978, Ney Braga retorna ao governo do Paraná e a ARENA vence as eleições para a Assembléia Legislativa e Câmara Federal, com uma pequena margem de diferença em relação ao MDB.

Apesar da ARENA elaborar leis que coíbiam a ascensão do PMDB, o comportamento eleitoral da população paranaense evidenciou-se em favor deste, com a vitória de José Richa para o governo do Estado em 1982, quando, enfim, os paranaenses puderam votar e escolher seu governador depois de uma interrupção de dezessete anos no processo democrático, no qual Paulo Pimentel havia sido o último governador eleito por voto popular, em 1965.

Segundo Heller, “nas eleições de 1982, a oposição, o PMDB principalmente, aumenta sua representação na Câmara Federal e faz dez governadores estaduais. No Paraná, nas eleições majoritárias, José Richa e Álvaro Dias são eleitos respectivamente governador e senador” (p 34).

QUADRO 2 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO, POR CANDIDATO E PARTIDO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, NO PARANÁ, 1982:

CANDIDATO	PARTIDO	ABSOLUTO	%
José Richa	PMDB	1716370	53,5
Saul Raiz	PDS	1218649	35,2
Hamilton Magalhães	PTB	30207	0,9
Edésio Passos	PT	12025	0,2
Edson As	PDT	6680	0,2
Branços		239907	7,5
Nulos		74536	2,3
Total		320834	100

FONTE: IPARDES

Com José Richa no governo, inicia-se o processo de “abertura”¹⁰ no Paraná, que só se consolidaria no ano de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República. Segundo CASTRO (2005 p. 107), Richa assumiu o governo estadual com uma agenda que refletia os “novos tempos, já que a recessão e o desemprego batiam forte no estado”.

De acordo com BEGA (1990 p.27), o discurso referenciado nas diretrizes de

¹⁰ Também chamada de auto-reforma, o termo foi empregado pela primeira vez por Ernesto Geisel (segundo presidente da ala civilista da ditadura). Ele se comprometeu a conduzir o Brasil à normalidade constitucional, sem que a ordem econômica sofresse mudanças. Como afirma Heller: “ceder em pontos secundários, preservando o fundamental, ou seja, manter o controle político e ceder em alguns pontos definidos pela oposição”.

governo de José Richa mostra a capacidade de síntese do grupo de intelectuais de vários setores, no sentido de unificar os anseios da população.

Os cidadãos estavam na espera por mais empregos e queriam maior participação no governo. Assim, em março de 1983, é criada a Secretaria Especial para Assuntos Comunitários (SEAC). Segundo BEGA (1990, p. 67), “a SEAC atuava, em 1983, em três vertentes: na questão do desemprego, nas emergências e na relação política com a sociedade, onde tentava materializar as diretrizes de democratização do poder e participação comunitária”.

A aprovação popular ao governo Richa fortaleceu o PMDB no âmbito eleitoral paranaense, pelas vitórias subseqüentes de Álvaro Dias como governador e por Roberto Requião frente à Prefeitura. Com as alianças consolidadas antes das eleições, o Executivo foi estruturado de maneira a satisfazer todas as bancadas internas do partido, o que descontentou os chamados peemedebistas históricos e autênticos, gerando conflitos internos.

O PMDB assumiu novas características. Em primeiro lugar há que se destacar a ênfase atribuída ao crescimento organizacional; em segundo, passou a prevalecer dentro do partido uma política de atração, que levou inúmeros militantes de outros partidos a se filiarem ao PMDB. As questões doutrinárias foram relegadas a um plano secundário, prevalecendo a preocupação com questões mais práticas e mais diretamente eleitorais. Essa disposição do PMDB em aceitar todos os que se dispusessem a entrar para o partido provocou uma grande evasão no PDS, partido tradicionalmente governista. (BREPOHL, 2001, p.64).

Após as eleições de 1982, o PMDB reinou absoluto no Paraná. Através dos comportamentos eleitorais da população paranaense depois da redemocratização, foi possível constatar que parte das escolhas feitas por ela levou em conta aspectos do partido, como as propagandas com acordos clientelísticos e a melhor organização partidária.

Os candidatos vencedores foram aqueles que realizaram discursos identificados com posições partidárias de centro-esquerda. Essa conduta tomada pela

população é explicável pelo fato da saturação do regime anterior, que suspendeu praticamente os direitos básicos dos cidadãos. Qualquer partido que assumisse uma postura diferenciada, devolvendo a cidadania “roubada”, iria obter êxito nas eleições seguintes. Segundo BEGA (1990), é necessário contextualizar as eleições de 1982, cujo caráter plebiscitário era visível. Assim sendo, a autora profere:

(...) tratava-se de romper com o regime autoritário, representado politicamente pelo PDS no poder, e, nesta circunstância, o PMDB aparecia como o único partido em condições objetivas de realizar esse enfrentamento. No seu ideário reformista, cabiam as grandes questões nacionais daquele momento: a luta pelo restabelecimento do estado de direito; o enfrentamento da concentração de renda e do arrocho salarial; a necessidade de romper com a centralização do poder através do estabelecimento de canais de representatividade e participação legítimos para a sociedade. Portanto, ao colocar como Diretrizes de Governo a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria nas condições de vida, o partido cataliza reivindicações e interesses dos mais variados setores da sociedade, com um caráter eminentemente poli-classista. (p. 16).

A vitória do PMDB no Paraná representou o alto índice de insatisfação dos eleitores com o regime militar. Dessa forma, o partido pôde elaborar uma plataforma política de acordo com os anseios da população, envolvendo garantias básicas de direitos e uma maior participação na esfera estadual. De acordo com BEGA (1990):

O discurso referenciado nas Diretrizes de Governo de José Richa mostra a capacidade de síntese desse grupo, no sentido de unificar os interesses da população. Os interesses populares eram claros. Pretendiam um espaço de participação, de reunião, de liberdade sindical, associativa e partidária. Estavam na ordem do dia questões essenciais como direito à moradia, à saúde, ao lazer e à educação. Isto é, discutia-se o direito a um patamar mínimo de vida como garantia da cidadania, num sentido eminentemente social: não apenas como força de trabalho, mas como beneficiário dessa produção coletiva. (p. 27).

As campanhas das “Diretas Já” mobilizaram o país. Em Curitiba, no de 1984, foi realizado o primeiro comício em prol das eleições diretas para presidente com a presença de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, como afirma Heller,

marcando um novo ciclo com a participação direta do povo na vida política no Brasil: “... a campanha das ‘diretas já’ em 1984 e a reunião do Colégio Eleitoral em 1985 marcaram o fim do regime militar. A transição democrática é o período histórico determinado pela ascensão de setores democráticos e progressistas à superestrutura do poder estatal, em acordo com setores e forças que já participavam de governos estaduais e municipais” (p 33).

QUADRO 3 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO PARANÁ, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, POR CANDIDATO MAIS VOTADO – 1986/1998.

Candidato	Partido/Coligação	1986		1990**		1994		1998	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Álvaro Dias*	PMDB/PND	2347795	57,1						
Alencar Furtado	PDT/PFL/PMB/PS	797292	19,4						
José Carlos Martinez	PRN/PFL/PSC/PDC			1129191	26				
Roberto Requião*	PMDB/PMN/PT do B			1073926	24				
José Richa	PSDB/PCB/PC do B			677714	15				
Henrique Pizzolato	PT/PSB			192264	4,4				
Jaime Lerner*	PDT/PTB/PFL/PV/PS DB					2070970	43,7		
Álvaro Dias	PPR/PMDB/PMN/PP					1455648	30,7		
Jaime Lerner*	PPB/PTB/PSL/PST/PTN/PSC/PL/PPS/PFL/PRN/PSB/PSD/PRP/PT do B							2031290	40
Roberto Requião	PDT/PT/PMDB/PCB/PAN/PV/PRTB/PSN/PMN/PC do B							1786149	36
Outros		176007	4,3	63808	1,5	249211	5,3	72974	1,4
Branco		608021	14,8	530669	12	690208	14,5	678968	14
Nulos		184782	4,5	725708	17	277667	5,9	466350	9,3
Total		4113897	100	4238091	100	4743804	100	5035686	100

FONTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

NOTAS:

(*) Candidato eleito

(**) Resultado do primeiro turno

A concepção de Requião nas questões partidárias pode ser compreendida na citação seguinte:

Eu acho que não existe partido. Partido é uma coisa por fazer, você fala em partido como quem fala numa igreja. A igreja resiste? Não sei. A igreja é iluminada pelo Espírito Santo; o partido é o produto da inteligência, da criatividade, do trabalho, da qualidade e da decência dos seus membros, que somos nós, de um partido ou de

outro. O partido é tão vulnerável quanto é a sociedade. O partido no Brasil, hoje, é um vir a ser. Não existe um partido estruturado.¹¹

Nesta passagem podemos salientar a autonomia dos partidos políticos com o advento da Constituição Federal Brasileira, a partir da qual eles foram dotados de autonomia e personalidade jurídica (registrando seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral), transformando-se praticamente numa “empresa privada”. No capítulo V, artigo 17 da Constituição se lê:

Art. 17: É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I – Caráter nacional; II - Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III – prestação de contas à justiça eleitoral; IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei;

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

Requião lançou seu nome na convenção do partido para as eleições de 1994 à Presidência da República, mas acabou perdendo para Orestes Quécia o direito de disputar estas eleições. Quanto a este fato, Requião profere:

Por imposição de consciência e pelo compromisso político-ideológico que tenho assumido ao longo de minha vida pública, coloquei meu nome à convenção nacional do meu partido, o PMDB, como aspirante à Presidência da República. Não se trata de uma manifestação de vontade pessoal ou de vaidade. Trata-se, sim, em primeiro lugar, de uma manifestação da minha crença em que o PMDB pode, e deve, retomar a sua história de coragem, resistência, firmeza e dignidade, e, em seguida, da expressão da

¹¹ Retirado do jornal ‘O Estado do Paraná’, 02/10/1988, p.08.

minha convicção de que devemos colocar todas as nossas potencialidades a serviço de um projeto de transformação profunda da sociedade brasileira.¹²

Com o passar dos anos, PMDB continuou relevante no cenário político paranaense, pelo fato da figura de Requião no partido, filiado nº 1 da sigla (Ver Anexo Nº 02). O político em questão, apesar de pertencer ao PMDB, expõe seus projetos e programas, na maioria das vezes, de acordo com seus ideais, independente do aval de seu partido:

Minhas credenciais, quem as fornece é o meu povo. Suas dores e desesperanças, seus anseios e sonhos. Minhas credenciais têm a marca das ruas, do salário mínimo, do desemprego, da falta de moradia e comida; a marca da marginalização de dois terços da população brasileira, dos benefícios mínimos do desenvolvimento que não têm acesso ao consumo básico. Essas são as minhas credenciais: de quem fez, e faz política, prioritariamente, identificado com as reivindicações e o clamor das ruas e dos campos. O ponto de partida das minhas candidaturas sempre foi a casa do meu povo. Foi sentado à sua mesa que fiz meu plano de governo. E, em coerência com esse compromisso, jamais busquei evitar ou tangenciar o contraditório. Tenho a convicção de que, sem o enfrentamento, jamais será possível cumprir um programa de governo justo, ético e a favor dos que efetivamente precisam do Estado.¹³

Apesar de alguns entraves com o PMDB, Requião almejava que o partido recuperasse as raízes do antigo “MDB velho de guerra” e do próprio PMDB da década de 80, no qual o interesse que prevalecia era o princípio basilar da Constituição de 1988, principado na dignidade da pessoa humana e no direito de liberdade de expressão, suprimidos no período militar. Na atualidade, os interesses do PMDB tomaram outros rumos, segundo Requião:

Eu acho que a estrutura partidária se desmoronou. Eu continuo me considerando um peemedebista no exílio porque eu acho que o PMDB no Brasil como estrutura

¹² Artigo de Roberto Requião: “Confrontar para transformar”.

¹³ Fragmentos extraídos do artigo elaborado por Roberto Requião: “Confrontar para transformar”.

partidária é o grande passo para a construção do partido. Ele não é ainda um partido, é uma federação de interesses. De uma forma mais sensível às injustiças, os desejos de mudanças ainda continuam no PMDB, mas os partidos em geral estão desmoralizados. Vocês não podem esquecer que eu quando fui candidato a governador tirei a sigla do PMDB do horário eleitoral da televisão, eu criei o MDT, para evitar a rejeição que o PMDB tinha no Estado. Agora isto não significa que a base do PMDB não tenha entrado com muita garra na campanha, mas a população de uma maneira geral e ampla não tem mais paciência com partido político.¹⁴

Apesar do próprio político não caracterizar o PMDB como um partido, cabe salientar que, embora sua identidade esteja fragmentada no âmbito nacional, na esfera paranaense, a identidade do partido está atrelada diretamente ao seu personagem principal, Roberto Requião.

¹⁴ Extraído do jornal 'Correio' datado de 22/12/1991, p J-V 04.

3 TRAÇOS DECISIVOS PARA A FORMAÇÃO DA POSIÇÃO E AÇÃO POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

“As famílias são corpos (corporate bodies) animados por uma espécie de conatus, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas.” (Pierre Bourdieu)

Este capítulo consta de três seções nas quais se pretende expor os traços decisivos para a posição e ação política de Requião. Na primeira seção esboçar-se-á uma breve genealogia da família Requião e Mello e Silva destacando os elementos estruturantes para a formação do político Roberto Requião, a construção do seu *habitus* e a acumulação de capitais simbólicos. Em seguida, será exposta uma pequena biografia de Requião, enfatizando os aspectos fundamentais para sua inserção no campo político. Para finalizar este capítulo, tratar-se-á de maneira breve sobre o discurso e a imagem do político, porém, tais aspectos, embora interessantes, são secundários para esta pesquisa.

3.1 TRAÇOS GENEALÓGICOS DAS FAMÍLIAS MELLO E SILVA, E REQUIÃO

Requião se identificou com a política, principalmente, pela influência que teve de seu pai, que, no entanto, não obteve muito destaque no cenário político paranaense, devido à existência de um grupo político tradicional que dominava e se alternava na política local. Aos doze anos, Requião já demonstrava seu apreço pela política, discursando em favor de seu pai, que era candidato à Prefeitura de Curitiba.

De acordo com OLIVEIRA (2001)¹⁵, o significado e a formação da classe dominante seguem determinados critérios: o primeiro seria a questão da materialidade,

¹⁵ Livro: O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná.

composta pela inserção econômica ocupada pelos sujeitos, fazendo com que estes assumam uma posição de comando da sociedade local; o outro diz respeito a indivíduos e grupos familiares que podem acumular capitais e entrar na classe dominante, mas que também podem ser afastados por um processo de decadência econômica e, conseqüentemente, social. Na esfera das continuidades, as relações sociais e políticas mais gerais desempenham um papel preponderante, ou seja, a gênese local e regional forma o lócus privilegiado da estruturação dessa classe dominante. Ainda sobre a classe dominante, o autor profere:

A fundamentação do conceito de classe dominante está ancorada na lógica da economia política compreendida na institucionalidade específica do modo de produção capitalista. Existem diversas possibilidades de conceituação de classe dominante. Este conceito antes de tudo revela a unidade de diferentes grupos proprietários (familiares ou não) que organizam os meios de produção e consomem rendas e heranças, comandam o processo produtivo e são politicamente dominadores e ideologicamente hegemônicos. (OLIVEIRA 2001, p.12).

Na reconstrução da realidade social e nas tomadas de posição fundamentais para a estruturação dos campos, a genealogia ocupa papel fundamental. No caso do Brasil, a instituição 'família' tem uma função ainda mais importante no que se refere à reprodução, em especial no campo político, fator que também tem espaço preponderante na obra de Bourdieu (1994):

A família é um princípio de construção da realidade social, também é preciso lembrar, contra a etnometodologia, que esse princípio de construção é ele próprio socialmente construído e que é comum a todos os agentes socializados de uma certa maneira. É um princípio comum de visão e de divisão, um *nomos*, que todos temos no espírito, porque ele nos foi inculcado por meio de um trabalho de socialização concretizado em um universo que era ele próprio realmente organizado de acordo com a divisão em famílias. Esse princípio de construção é um dos elementos constitutivos de nosso *habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva; uma lei tácita (*nomos*) da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social (e da palavra família em particular), fundamenta o senso comum (...) a família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é

a base de milhares de representações e de ações que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Esse é o círculo de reprodução da ordem social (p. 127-128).

Segundo OLIVEIRA (2001), as famílias Requião e Mello e Silva pertenciam à elite estatal nacional composta por bacharéis, médicos e engenheiros vindos para o Paraná provincial na segunda metade do século XIX, procedentes do Nordeste do Brasil.

A classe dominante paranaense se caracterizou por padrões de continuidade pelos quais a sua história e as suas memórias deveriam ser filtradas. (...) Sucessivas ondas demográficas ocupam o território paranaense e reconfiguram uma identidade que sempre deve ser reatualizada e renovada para incluir os últimos recém-chegados. No entanto, poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná. (...) A tradição política de continuidade do poder familiar no Paraná muitas vezes é vista como uma antitradição. Poucas regiões do Brasil apresentam elementos de continuidade no exercício do poder político por tão poucos grupos como no Paraná. (OLIVEIRA 2001, p. XXVIII).

Segundo LASSWELL (1965)¹⁶, as elites do poder existentes nas sociedades “civilizadas”¹⁷ diferem intensamente dos elementos da cúpula de poder das sociedades primitivas, já que estas eram constituídas de grupos caçadores, coletores ou de agricultores. Já as elites do poder da sociedade moderna refletem e reformulam as relações internas de todo corpo político organizado dentro de civilizações, interagindo a cada ameaça e oportunidade extra. O autor profere que a forma mais simples de conceitualização de elite seria dizer que ela é constituída pelos elementos que têm influência na sociedade. Para facilitar o estudo, o autor elaborou um modelo de oito níveis de elite num processo social.

¹⁶ Livro: As elites revolucionárias.

¹⁷ De acordo com Lasswell, foi a complexa divisão do trabalho que foi nomeada de sociedade civilizada, pois trouxe consigo muitas instituições novas, provocando a sua perpétua interação. Nesse sentido, há de se destacar a importância da alfabetização, que possibilitou o aumento cumulativo do capital social na forma de conhecimento; outro fator de extrema relevância foi a lei, na forma de prescrições deliberadamente codificadas para serem aplicadas em toda uma jurisdição territorial.

As observações seguintes relacionam-se explicitamente com as oito conseqüências e instituições a que damos valor: 1) as conseqüências do “poder” incluem decisões finais, como vencer ou perder uma eleição ou uma guerra; e as instituições relevantes são especializadas, como por exemplo, o Governo, o Direito e a Política. 2) As conseqüências do “esclarecimento” são o fornecimento e o recebimento de informações, como a difusão ou a leitura de livros; as instituições incluem meios de comunicação em massa e os organismos de pesquisa. 3) As conseqüências da “riqueza” são, por exemplo, o comércio, o empréstimo, as cessões; as instituições são unidades de produção e mercados. 4) As conseqüências do “bem-estar” envolvem diretamente segurança, saúde e conforto; as instituições incluem padrões especializados de assistência médica. 5) As conseqüências da “aptidão” são as demonstrações de excelência nas artes, ofícios e profissões; as instituições são as práticas da família e da amizade. 6) As conseqüências do “respeito” são a oferta e o recebimento de honras e considerações; as instituições relevantes incluem as práticas de discriminação e distinção. 7) As conseqüências da “retidão” são, por exemplo, as caracterizações mútuas de “virtuoso” ou “pecaminoso”, “eticamente certo” ou “imoral”; as instituições são as especializações eclesíásticas ou seculares, na formulação e aplicação dos padrões. (LASSWELL, 1965 p. 19)

Portanto, será feito um breve histórico das famílias Mello e Silva e Requião com a finalidade de verificar se o apreço de Requião pela política foi herdado de seus antepassados, assimilando parte do capital cultural e do capital político, no qual ele foi inserido. Parafraseando LASSWELL:

Uma teoria fundamental para o estudo da elite sustenta que os jovens introjetam a cultura na qual são criados, e muitas predisposições de uma elite são presumidamente explicadas nesse termo. A verdade, decerto, é que é mais comum supor do que demonstrar a importância da cultura. Sabemos que em várias circunstâncias a cultura que cerca os primeiros anos de vida do indivíduo é rejeitada, no todo ou em parte, especialmente se for considerada como uma desvantagem para o êxito na carreira política. (p.23).

Primeiramente, Justiniano de Mello e Silva¹⁸, seu bisavô que nasceu em 1853 na cidade de Divina Pastora no Estado de Sergipe e deu início à trajetória da família na política paranaense. Assumiu um cargo de extrema importância na esfera política

¹⁸ Filho de Felix Jose de Mello e Silva, advogado e secretário particular de Frei Caneca durante a Revolução Pernambucana de 1817. (CORRÊA, 2006, p.112)

nacional como um dos conselheiros de D. Pedro II.

Justiniano, bacharel em Direito, chegou ao Paraná em 1876, dentro da itinerância do Império, com o cargo de secretário da presidência de Lamenha Lins. Exercia as profissões de jornalista, polemista e também professor do Instituto Paranaense. Fundou o Colégio Paranaense ou Liceu Curitibano, atualmente o Colégio Estadual do Paraná e mantinha uma atividade intelectual muito considerável no Estado. Foi inspiração para vários poetas simbolistas paranaenses.¹⁹

Na esfera política, iniciou sua carreira como deputado estadual no período provincial 1854-1889, e em 1878-1879 foi substituto de Lourenço T. Ribas de Andrade no vigente governo de Jesuíno Marcondes. Três anos mais tarde, também exerceu a legislatura como deputado na esfera paranaense, no então governo de Carlos Augusto de Carvalho. (FERREIRA 1999, p.134).

Em 1890, Justiniano²⁰ participa da fundação do primeiro Partido dos Operários do Paraná, escrevendo o Manifesto de Legitimação do partido. Com sua tendência a defender as causas do proletariado, Justiniano foi dominado pelas elites paranaenses. Seguem abaixo fragmentos deste Manifesto, extraídos de um discurso proferido por Requião no Senado. (Ver Anexo nº 03).

Partido nascido das classes até ontem segregadas da comunhão política quer agora concorrer com sua atividade inteligente e, sobretudo, com a probidade pessoal e política para transformar as normas seguidas pelas minorias governantes e dar ao povo genuína representação de seus direitos e interesses. Não há a contestar que o primeiro dever dos homens que se propõem a intervir eficazmente na direção política do Estado é proceder à arregimentação e organização sistemática de suas forças e traçar os lineamentos de seu programa, que não deve ser puramente especulativo e abstrato, mas suscetível de realização imediata ou remota, e inspirar-se na possibilidade de ação individual e comum. Em cada cidade, vila ou paróquia cumpre aos mais dedicados de nossos companheiros convocar os membros da classe operária e eleger uma comissão diretora, segundo o plano que acharem mais conveniente e

¹⁹ Segundo Bega, Tese de Doutorado (Sociologia): Sonho e Invenção do Paraná: Geração simbolista e a construção de identidade regional. USP (2001).

²⁰ Foi autor das obras: O Direito Criminal, Leis da Educação, Educação pelos instintos, História da Revolução no Paraná (1894) e *Fetchismo e Idolatria*; Nova luz sobre o passado (1906). Foi fundador do jornal '25 de Março', *Orgam* do Partido Conservador, colaborador do Jornal 'O Sete de Março' e também orador do Clube dos Operários e Artistas. (Corrêa, 2006).

mais prático. Ora, nós que empreendemos a política do povo pelo povo, até este momento impraticada, senão desconhecida no Estado, teremos que vencer as mais árduas dificuldades, porque a maioria dos nossos conterrâneos ou está viciada pelos usos estabelecidos ou não chegou ainda à compreensão dos seus verdadeiros interesses, completamente separados daqueles que têm agora prevalecido no Governo. O partido criado deve, em todas as conjunturas, manter a sua autonomia e defender-se das velhas facções, e atrair pela seriedade e constância de seu procedimento a simpatia e mesmo o apoio da massa popular. (jornal 7 de março de 28/06/1890)

Na implantação da Primeira República (1889-1930), basicamente em 1896, assumiu o pleito de deputado. No vigorar do governo de José Pereira dos Santos, Justiniano²¹ também foi diretor de instrução pública.

A paixão pela política paranaense foi transmitida ao filho, Wallace de Mello e Silva, que começou como camarista em Curitiba, sendo ainda deputado estadual nos anos de 1914-1915, na vigência da Primeira República, durante o governo de Carlos Cavalcante de Albuquerque.

No ano de 1930, o chamado Período Revolucionário, o Coronel Wallace, como era conhecido, voltou a ocupar o posto de deputado estadual no governo de Mário Alves Monteiro Tourinho²².

Seu filho, Wallace Thadeu de Mello e Silva, pai de Roberto Requião, também deixou sua marca na política paranaense, e na memória de Requião:

Papai tinha uma visão de cidade avançadíssima para a sua época. Uma visão de cidade que ele suportava nos seus conhecimentos de urbanismo, vindos de cidades inglesas, francesas da época. Pensava no cinturão verde, em cidades divididas. Papai era um admirador do Agache, que fez o primeiro plano de Curitiba. Papai perdeu uma eleição em cima de muito idealismo. Perdeu uma eleição para grupos que tinham compromissos muito claros com os interesses estratificados de diversos setores da economia e da sociedade. De certa forma, eu fiquei devendo para ele essa eleição e esta cidade. A própria proposta de transporte coletivo de meu pai é a proposta que eu estou criando. E meu pai quando foi prefeito nomeado foi demitido porque resolveu criar uma empresa pública de transporte coletivo. Meu pai foi prefeito em 1951 e depois candidato em 1954-55, ele era petebista, mas seu petebismo tinha raízes marxistas, baseadas no Harold Laski, criador do Labor Party, o partido trabalhista

²¹ Faleceu em 1940, na cidade de Colatina, no Espírito Santo, e no ano de 2006 o Governo do Estado decretou o Tombamento da casa grande do Engenho de São Félix, onde Justiniano viveu a sua infância.

²² Livro: O Paraná e seus Municípios.

britânico. Então, era um petebismo impregnado de uma visão bastante progressista da sociedade. Ele não era um marxista, mas um petebista de raízes marxistas, como todo trabalhista britânico²³.

Ainda criança, Roberto Requião proferiu um discurso em cima de um carro em favor de seu pai que, no momento, disputava a prefeitura da capital paranaense com Ney Braga, o vencedor desta disputa. Todavia, vale ressaltar a manifestação precoce da vocação política em Requião e a sua vontade de dar continuidade à tradição familiar no contexto político paranaense.

Wallace, que exercia a profissão de médico psiquiatra, foi indicado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto para a prefeitura municipal de Curitiba em 17 de julho de 1951, e foi exonerado no dia 1º de Outubro de 1951 (KUNHAVALIK, 1995, p. 40)²⁴.

Foi realizada uma pequena trajetória da família Mello e Silva na sua visível importância nos âmbitos da política e demais conjunturas paranaenses. Cabe ressaltar o outro lado da família de Roberto Requião.

Luiz Antônio Requião, o primeiro desse sobrenome no Paraná, foi Coletor de Renda em Curitiba no século XIX e era originário da Bahia (NEGRÃO, 1950, p. 120)²⁵. Quando chega ao Paraná, casa-se com Gertrudes da Silva Lopes, filha de Cândido Lopes – fundador do jornal ‘Dezenove de Dezembro’. Desse enlace matrimonial resultou o nascimento de oito filhos, sendo cinco homens e três mulheres.

Dois desses filhos seriam de extrema importância para a cultura e comércio do Estado: Aníbal Requião, pioneiro na cinematografia no Paraná, e Euclides Requião, grande comerciante hoteleiro²⁶.

Euclides Requião, o avô materno de Roberto Requião, casa-se em 26 de dezembro de 1900 em Guarapuava com Christiana Keinert, filha de Carlos Henrique

²³ Extraído do jornal ‘O Estado do Paraná’, datado de 02/10/1988, p.07.

²⁴ Monografia: Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória Social e Política e sua gestão no governo do Paraná.

²⁵ Livro: Genealogia Paranaense, volume 6.

²⁶ Fragmento extraído do jornal ‘Gazeta do Povo’ de 09/05/1988 p.09.

Christiano Keinert e de sua mulher Luzia Soares de Abreu Keinert, ele da Alemanha e ela do Rio Grande do Sul. Deste casamento resultaram oito filhos, entre eles Lucy Requião, mãe do atual governador (NEGRÃO, 1950, p. 122).

Euclides era hoteleiro em Prudentópolis e depois em Curitiba, foi proprietário da Casa Vitrix e depois da Casa Nacional, a maior loja da cidade²⁷.

3.2 TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE ROBERTO REQUIÃO

Nesta seção exporemos alguns traços biográficos de Roberto Requião de Mello e Silva que servirão como instrumento para a construção da imagem do político, juntamente com a genealogia ilustrada anteriormente.

Nas palavras de Requião, “sou herdeiro da cultura clássica de uma geração que se preocupava com sociologia e história, em ter um conhecimento global do mundo e dos diferentes ramos da cultura”.²⁸

No caso biográfico de Requião, a herança, tanto cultural como material, já vinha de várias gerações de sua família, numa acumulação de capitais acelerada pela presença de vários bacharéis que estavam entre os primeiros no Estado do Paraná, construindo uma coleção de bens simbólicos determinantes na história paranaense:

O essencial é perceber que os bens possuídos, as opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem. As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e, sobretudo, as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos. (Bourdieu, 1994, p 22)

O conceito de *habitus* foi fundamental na busca por uma seqüência lógica da trajetória política de Requião, pela questão do seu estilo político e das suas escolhas

²⁷ Jornal ‘O Estado do Paraná’, 11/03/2001 p.03.

²⁸ Correios de Notícias, 08/07/1990 p.01.

posicionais relacionadas ao poder público e pela sua aparência aos olhos dos eleitores.

Citando Bourdieu:

Uma das funções da noção de habitus é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (...) Assim como as posições das quais são o produto, os habitus são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns. (...) Os habitus são princípios gerados de práticas distintas e distintivas, o que os operários comem e, sobretudo, a sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las. (1996, p 22)

Roberto Requião de Mello e Silva nasceu em Curitiba no dia 5 de março de 1941, no Hospital Victor Ferreira do Amaral. É o filho mais velho da união de Wallace Tadeu de Mello e Silva e Lucy Requião de Mello e Silva.²⁹

Iniciou sua vida estudantil no Colégio Belmiro César, onde foi alfabetizado pela professora Maria Augusta Juve. Prosseguiu seus estudos no Instituto de Educação do Paraná, Grupo Escolar '19 de Dezembro' e no Internato Paranaense, sendo estas escolas públicas e tradicionais de Curitiba. Seus estudos superiores foram realizados na Universidade Federal do Paraná, na qual obteve o título de bacharel em Direito, no ano de 1966, e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde concluiu o curso de Jornalismo no ano de 1964. Sua escolha profissional já dá indícios de pretensões futuras no campo político.

No período da graduação, Roberto Requião participou da militância estudantil como membro de centros acadêmicos e diretórios centrais estudantis. Também fundou o Teatro do Estudante Universitário em Curitiba, época do pós-64, e

²⁹ Desta união há outros filhos: Eduardo (psicanalista, atual superintendente do Porto de Paranaguá); Lúcia (formada em Direito e Jornalismo, trabalha atualmente no PROVOPAR); Wallace (formado em Psicologia); Maurício (formado em Psicologia, foi professor da UFPR e atualmente exerce o cargo de Secretário da Educação).

o grupo oficina com “Liberdade Liberdade”.³⁰

Na área de especialização, concluiu o curso de Planejamento Urbano pela Fundação Getúlio Vargas, obtendo a primeira colocação no curso.

Em sua juventude trabalhou na Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural no Projeto Ponto Quatro e liderou o movimento estudantil com ideais de esquerda. Casou-se com Maristela Quarenghi de Mello e Silva, com quem tem dois filhos biológicos, Maurício e Roberta; também tem um filho adotivo, Ricardo. Na década de 70 foi caixeiro da Loja Nacional e, por mais de dez anos, trabalhou como empresário do ramo de móveis.

Já no campo político, como deputado estadual pelo PMDB, em 1982, no governo de José Richa, obteve trinta e cinco mil votos. O seu estilo contestador e sua excelente retórica impressionavam as massas oprimidas pelo regime militar. Seu mandato foi marcado pela independência, pela denúncia da corrupção e pela defesa dos interesses populares, advogando em prol das Associações de Moradores e do Movimento Rural.

Eleceu-se prefeito de Curitiba em 1985, foi Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano no governo Álvaro Dias e eleito governador do Paraná em 1990, com 1.877.282 votos. Em 1994, concorreu a uma das vagas do Senado Federal, eleito com a maior e expressiva votação; em 1998, disputa as eleições para o governo do Estado e é derrotado por Jaime Lerner³¹. Em 2002, foi eleito governador do Paraná pela segunda vez, e no ano de 2006, Requião assume pela terceira vez o governo.

3.3 DISCURSO E IMAGEM DE ROBERTO REQUIÃO

Nesta seção serão aludidas breves concepções sobre os discursos proferidos por Roberto Requião, trabalhando-se com uma possível imagem que o político em questão tentar passar através de alguns clichês encontrados dentro de suas falas como:

³⁰ Jornal ‘O Estado do Paraná’, 11/03/01 p. 03.

³¹ Alcançou uma votação expressiva, com 1.786.115 votos, mas Jaime Lerner se elegeu ainda no primeiro turno, com 2.031.241 (52,21% dos votos válidos).

“MDB velho de Guerra”, “Sou o intelectual orgânico das classes populares”, “Me considero um existencialista sartreano de esquerda”; “Meu governo é de esquerda”, “Governo para os pobres”, entre outros. Também será feita uma pequena explanação da relação entre Requião e a mídia.

O discurso é entendido como a prática social de elaboração de textos e retórica, assim, todo discurso pode ser considerado como uma construção social, ou seja, ele não é individualizante, só deve ser analisado levando-se em conta seu contexto histórico-social. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, enfatizando a realidade do autor e do receptor, inseridos numa mesma sociedade.

A ordem de um discurso seria um conjunto de tipos de discursos, ou seja, como na concepção de Foucault, definido socialmente ou temporalmente, consistindo em discursos elaborados num mesmo contexto de uma comunidade ou instituição para vinculação interna ou externa e que interagem com outras ordens discursivas priorizando a intertextualidade. Portanto, sua finalidade para a análise está inserida na contextualização dos discursos, considerando estes como elementos enlencados em redes sociais e determinados socialmente por algumas regras que podem ser modificadas na medida em que há uma maior interação com outras teorias e outros paradigmas, influenciando o discurso do emissor.

A teoria da Ação Comunicativa, de HABERMAS, traz à luz uma reconstrução de pressupostos racionais, ocultos no uso da linguagem, entendida, objetiva reconstruir os pressupostos racionais, implícitos no uso da linguagem, segundo LUDWIG (2005), como “o lugar intranscendível de toda fundamentação”, ou seja, em todo ato de fala levando em consideração as (afirmações, promessas, ordens) direcionado à compreensão mútua, o emissor elabora uma pretensão de legitimidade, quer dizer, pretende que o dito por ele seja apropriado num sentido amplo. Assim, segundo HABERMAS, quando o emissor fala, diz alguma coisa para uma ou mais pessoas, pretendendo que aquilo que é dito seja validado, o que para o autor só ocorre se houver o consentimento potencial de todos aqueles que estão ouvindo. Sendo assim, se um dos ouvintes não acatar o que é transmitido no discurso, por não acreditar no

que é dito, ou por outro motivo qualquer, o conteúdo que é vinculado não poderá ser considerado como verdadeiro, pois não houve o consentimento de todos sobre o que foi transmitido.

Podemos salientar diferentes tipos de atos de fala. Nos atos de fala constatadores (afirmar, narrar, referir, explicar, prever, negar, impugnar, prometer) o emissor pretende que o seu enunciado seja verdadeiro; já nos atos de fala reguladores (como as ordens, as exigências, as advertências, as desculpas, as repressões, os conselhos), o que se pretende é o exigido, seja correto; por fim, nos atos de fala representativos (revelar, descobrir, admitir, ocultar, despistar, enganar, expressar etc.), pretende-se que o que se exprime seja sincero. Assim, todos os atos de fala compreendem a ação comunicativa, e em cada tipo de fala há um significado distinto que possui a pretensão da compreensão.

Nos atos de fala consensuais, sobre um assunto determinado, é relevante ressaltar quatro tipos de pretensões de legitimidade: a primeira trabalha com a fala vinculada de forma inteligível, para obter uma maior compreensão entre o emissor e o receptor; a segunda visa a veracidade do conteúdo vinculado; a terceira pretensão está relacionada à sinceridade das intenções do emissor, para que o receptor confie em sua fala; e a última intenção estabelece o bom senso do emissor para que este possa escolher uma postura adequada levando em consideração as normas e valores vigentes na sociedade. Segundo HABERMAS (1989), estas pretensões de legitimidade estão ligadas a cada ato de fala e podem ser contextualizadas quando a problemática se alicerça nas pretensões de verdade, correção ou inteligibilidade, ocorrendo a passagem da ação comunicativa para o discurso. Deste modo, o emissor passa a descrever uma história para o receptor, visando o estabelecimento de um consenso entre eles sobre dado tema.

Assim, a pretensão do receptor é validar a sua alocação, ou seja, fazer com que haja o assentimento de todos. Mas, se a pretensão não for correspondida por um dos ouvintes, haverá a chamada problemática na pretensão da verdade, ocorrendo, então, a passagem da ação comunicativa (pretensão inicial do emissor ao tentar

estabelecer um consenso) para o discurso. No discurso, o emissor tem que se utilizar de argumentos para justificar por que suas asserções são consideradas verdadeiras (discurso teórico), por que uma determinada ação ou norma de ação é correta (discurso prático) ou ainda para explicar algo que não foi compreendido pelo receptor (discurso explicativo). Deste modo, o discurso seria a argumentação; a problemática se encontra na pretensão de verdade, ou seja, a não aceitação de um dos receptores fará com que o emissor utilize uma argumentação mais convincente, o que segundo HABERMAS seria “dar razões para fundamentar que minhas asserções são verdadeiras”. Neste caso, o emissor estaria utilizando o discurso teórico. Se a problemática estivesse inserida na pretensão da correção, o discurso seria o prático.

De acordo com Habermas, as questões práticas podem ser decididas de forma racional: “é que a inegável diferença entre a lógica do discurso teórico e do discurso prático não são tais que expulsem o discurso prático do âmbito da racionalidade; que as questões práctico-morais podem ser decididas ‘por meio da razão’, por meio da força do melhor argumento; que o resultado do discurso prático pode ser um resultado ‘racionalmente motivado’, a expressão de uma ‘vontade racional’, um consenso justificado, garantido ou fundado; e que, em consequência, as questões práticas são suscetíveis de verdade num sentido amplo dessa palavra”. (ATIENZA, 2002). Quando Habermas alude às questões práticas, ele se refere àquelas das esferas da Política, da Moral e do Direito. Portanto, quis ele dizer que as questões de ordem prática também podem ser resolvidas racionalmente mediante a força do melhor argumento.

Segundo Habermas (1989), “é ideal uma situação de fala em que as comunicações não são impedidas por influxos (influência física ou moral) externos contingentes (eventuais) e por coações decorrentes da própria estrutura da comunicação”. E esta estrutura unicamente não gerará coações se todos os participantes do discurso possuírem uma oportunidade de fala proporcional aos demais. Sua teoria visa a integração social, dentre outras perspectivas secundárias, como fator preponderante da cidadania.

Feito uma breve exposição teórica sobre a construção e importância do discurso, enfatizando o discurso político, os parágrafos que se seguem tratarão de alguns elementos necessários para a construção da imagem, bem como a utilização desta para a permanência no cenário político.

Apesar da posição bastante sólida de Requião na política paranaense, sua imagem certamente vem se desgastando no decorrer de sua trajetória política, num processo que tem se intensificado por conflitos recentes com grandes empresas, setores patronais da sociedade, com o judiciário e principalmente com a mídia. Seu conflito com os meios de comunicação exerce um papel central nesse desgaste pelo seguinte motivo: a divulgação da informação em sociedades modernas é fundamental para a construção de representações, como é o caso da imagem de um político. Segundo MIGUEL (2002), a mídia interfere na estrutura da carreira política por influenciar na produção de capital político, e segue:

(...) os meios de comunicação geram novos “atalhos” na carreira, na medida em que os indivíduos com alta visibilidade midiática podem postular cargos mais elevados do que seria esperado em um desenvolvimento “normal” da carreira política. (...) A mídia não substitui nem torna obsoletas as formas anteriores de progresso na vida política. Antes, convive com elas, interfere em alguns aspectos e gera formas novas, concorrentes. A influência dos meios de comunicação de massa é diferente de acordo com os diferentes cargos e com a trajetória de cada agente. Afinal, a relação entre o campo da mídia e o campo da política está longe de ser de mão única. O campo político impõe resistências à interferência dos meios de comunicação e, ademais, também os influencia. A relação entre os dois campos, para o que se propôs o nome de “simbiose tensionada”, obedece a um modelo complexo, que as simplificações correntes em boa parte da análise política não permitem entender. (p. 03)

Já para ARENDT (1983) é na ação e no discurso que os homens indicam quem são, desvendando suas identidades pessoais e individuais, e assim apresentam-se ao mundo humano enquanto suas identidades físicas são divulgadas, sem qualquer atividade própria na adaptação singular do corpo e no som singular da voz. Assim:

Esta revelação de ‘quem’, em contraposição a ‘o que’ alguém - os dons, qualidades, talentos, e defeitos que alguém pode exhibir ou ocultar - está implícita em tudo o que

se diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é; geralmente, porém, não basta o propósito deliberado de fazer tal revelação, como se a pessoa possuísse e pudesse dispor desse ‘quem’ do mesmo modo como possui e pode dispor de suas qualidades. Pelo contrário é quase certo que, embora apareça de modo claro e inconfundível para os outros, o ‘quem’ permaneça invisível para a própria pessoa, à semelhança do *daimon*, na religião grega, que seguia atrás de cada homem durante toda a vida, olhando-lhe por cima do ombro, de sorte que só era visível para os que estavam à sua frente. (p. 192)

Assim sendo, a ação e o discurso incidiram entre os homens, no alcance em que eles são conduzidos, e mantém sua capacidade de divulgar o agente mesmo quando o seu conteúdo é unicamente “objetivo”, voltado para o mundo das coisas no qual os homens se movimentam, mundo este que se introduz entre eles e do qual procedem seus interesses peculiares, objetivos e mundanos:

Estes interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que interessa que está entre as pessoas e que, portanto, as relaciona e interliga. Quase sempre a ação e o discurso se referem a essa mediação, que varia de grupo para grupo, de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, refere-se a alguma realidade mundana e objetiva. (p. 195)

BOLONGHESI (2004), no artigo ‘O Paraná adora odiar Requião’³², busca ilustrar a relação do político com a mídia de maneira irônica, fornecendo, tanto para o político quanto para a população, um argumento conciso para o estigma do homem Requião, que, muitas vezes, tem sua imagem desatrelada dos seus feitos políticos e é “julgado” enquanto cidadão comum.

Um aspecto interessante do mundo midiático contemporâneo, ressaltado por BOURDIEU (1997), é que este meio possui o monopólio da divulgação da informação.

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros

³² Ver anexo nº 4 com a íntegra do artigo.

produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (é contra esse monopólio que nos chocamos quando, enquanto indivíduos ou enquanto membros de uma associação, de um agrupamento qualquer, queremos difundir amplamente uma informação). (p.65-66)

Cabe salientar ainda a pertinência de um político ter um bom relacionamento com a imprensa, neste caso referindo-se à imprensa hegemônica: “naturalmente que todo político de alguma importância tinha necessidade de contar com a imprensa e, conseqüentemente, necessitava cultivar relações no meio jornalístico (...) De qualquer modo, a carreira jornalística permanecerá como uma das vias mais importantes de atividade política profissional” (WEBER, p.81-83). Este instrumento, como observamos anteriormente, não foi aproveitado por Requião de maneira harmônica, e, de acordo com o comunicólogo BORDENAVE (1982), “a comunicação excita, ensina, vende, distrai, entusiasma, dá status, constrói mitos, destrói reputações (...) num paradoxo digno de sua infinita versatilidade – produz até incomunicação”.

Portanto, a ausência de distinção entre o homem cidadão e o homem político pode resultar no conflito de seu significante, ou seja, a representação, por vezes díspar, da filosofia da essência do eu e da aparência. E, como o significado é uma construção individual, todavia de influência coletiva, a mídia muito exerce o papel estruturante da formação desse significado.

A mídia, enquanto instrumento catalisador de informações, opera subversivamente a favor do continuísmo da mídia hegemônica, ou seja, reproduz não apenas fatos, mas um estereótipo movido pela mídia ortodoxa.

Outro componente do *status* do político é a aparição pública, muito comum entre os políticos e muito utilizada por Roberto Requião, que se “apoderou” de um canal televisivo para prestar contas. Conforme discorre BARREIRA (2006):

“Ser visto”³³ constitui o cotidiano de suas vidas nesse momento de construção de imagens e tentativas de pactos públicos de reconhecimento. Representar é também uma maneira de se apresentar, dotando a presença de uma visibilidade sintomática: o candidato como personagem de um drama. De fato, se é possível tomar o conceito de ritual de forma flexível, é válido afirmar que a própria vida pessoal dos postulantes ao cargo de representação política transmuta-se em rotina ritualizada. (p.4)

Porém, cabe ressaltar que o meio utilizado por Requião para sua “promoção” como político consiste nas mídias alternativas, não exercendo grande repercussão entre os eleitores. Visto que a construção de sua imagem por meio da grande mídia tende a preconizar o sensacionalismo, a imagem de Requião é, por vezes, alvo de grandes distorções.

Nas próximas sub-seções discutir-se-á alguns clichês do discurso do político Requião. O primeiro será o Requião enquanto “intelectual orgânico das classes populares”, e o segundo a sua “opção preferencial pelos pobres”.

3.3.1 Discurso do Intelectual Orgânico

Eu me pretendo intelectual orgânico das classes populares, das classes desligadas das decisões do grande capital: funcionários públicos, negros, mulheres, profissionais liberais, pequenos e médios empresários, trabalhadores do campo e da cidade, excluindo tão somente as classes ligadas à decisão do grande capital. Intelectual orgânico é aquela visão gramsciana: o operário sente e o intelectual pensa, mas, o operário sente e não consegue propor uma mudança, já o intelectual friamente pensa mas não consegue sentir o que o operário quer. Então, a mediação é o intelectual orgânico das classes populares, é o que consegue pensar e propor. Esse intelectual orgânico não significa exatamente o sujeito de graduação universitária. Ele não precisa de um título na mão, mas sim pensar em função dos interesses de sua categoria. Eu tento ser um numa visão mais ampla, um intelectual das transformações. (O Estado do Paraná, 02/10/1988, p. 07).

³³ Fazer parte do dia-a-dia cidadão passa a constituir uma tarefa obrigatória aos postulantes a cargos de representação, o que comprova serem os atos de campanha um elenco de ações orquestradas cujo objetivo é a conversão da popularidade em capital político.

GRAMSCI (1982) entende a política como um caso especial de mobilização cultural. O que norteia a problemática central da obra gramsciana é a relação entre os intelectuais que cumprem essa função com reconhecimento social e os que a sociedade não reconhece como intelectuais, pois seus meios de expressão cultural encontram-se pautados no “senso comum”. Portanto, todas as classes sociais que exercem postos nos âmbitos culturais e da administração pública são consideradas como intelectuais, pois estes constituem um grupo social autônomo e independente, isto é, cada grupo social possui a própria categoria especializada de intelectuais.

Conseqüentemente, podemos sintetizar algumas considerações sobre o conceito de intelectual, esse sendo considerado como instrumentalizador de suas ações nas relações que desenvolve na sociedade capitalista. Neste contexto de reprodução de capital, os intelectuais, diante de uma nova situação histórica, criam uma nova superestrutura ideológica para representá-los, surgindo assim os “novos intelectuais”, provenientes da nova situação e não de uma continuação antecedente da intelectualidade, ou seja, a história cria seus intelectuais, levando em consideração o período e as condições econômicas vigentes.

Assim sendo, os intelectuais devem direcionar suas atenções às mudanças de paradigmas culturais e, principalmente, estar atentos as suas funções no campo econômico, político e social, presentes na sociedade a qual se enquadram.

Gramsci, em seu livro “Os intelectuais e a organização da cultura”, destacou alguns tipos de intelectuais na Itália de seu tempo, dividindo-a em dois pólos geográficos. No Sul o desenvolvimento capitalista era praticamente inexistente; a dominação dos grandes proprietários de terra era vigente onde prevalecia o típico intelectual tradicional, do tipo advogado, que coloca o campesinato em contato com os donos das terras. O aparelho do Estado ficava incumbido das intermediações entre estas classes. Já no Norte, devido a este desenvolvimento desigual, a predominância era do intelectual moderno, um tipo de técnico industrial que fazia a ligação entre os operários e a classe capitalista.

Gramsci profere que os intelectuais que são elaborados por uma classe no

seu processo histórico devem levar em conta o lugar e função que ocupam no modo de produção: “o empresário capitalista cria para si o técnico da indústria, o cientista de economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc etc...” (1977, p. 1513).

Esse critério de seletividade de que se utiliza o aparato hegemônico não está constituído apenas no âmbito inerente aos organizadores da função econômica, mas também está direcionado em diferentes áreas das organizações culturais da sociedade civil e das instituições que dela fazem parte, estas com o papel de difundir valores, condicionando as massas populares, num sistema consensual e disciplinar, para que elas não prejudiquem a “ordem” vigente, replicando o sistema hegemônico.

Gramsci entende que para se organizar como classe, o proletariado necessita de intelectuais-dirigentes, conforme a citação: “certamente é importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais adiram ao título individual ao seu programa, à sua doutrina, se fundam ao proletariado e sintam-se parte integrante dele” (1991, p.157).

O proletariado estabelece os seus intelectuais como forma de se objetar ao sistema hegemônico concebido pela reprodução de capital. O aparato que a classe trabalhadora emprega não são seus representantes estratégicos arraigados nas relações sociais, mas sim seus atores sociais, que por questões ideológicas estão agregados em uma organização capaz de assimilar as diversas tendências, exprimindo necessidades de sua classe, manifestando uma imensa sede de mudança, podendo nomeá-la de partido político.

O “Príncipe Moderno”, como é chamado o partido político por Gramsci, representa o local onde o proletariado vai procurar superar as divergências entre os dirigentes e os dirigidos e projetar idéias e projetos em busca de uma “sociedade mais justa”. Por conseguinte, a junção da definição do novo intelectual orgânico das classes populares é a síntese de “especialista e político”, isto significando que a função de intelectual deixa de ser tratada como algo isolado e passa a ser vista como universal: “assim o novo intelectual orgânico, o intelectual do proletariado, da técnica – trabalho

chega à técnica –, da ciência e da concepção humanista da história, sem a qual continua sendo especialista e não chega a ser dirigente (especialista + político)”. (1997, p. 151).

Este novo perfil não mostra suficiência apenas no cerne teórico-burocrático, e sim, numa visão mais abrangente, manifesta o seu propósito de espaço e diálogo entre a sociedade civil e a política, em busca de um novo paradigma cultural-ético-político que viabilize alternativas para questões dirigidas aos âmbitos econômico, social e cultural.

Gramsci propõe em toda a sua generalidade teórica um novo conceito de intelectual, o qual é definido por sua função de organizador na sociedade e em todas as esferas da vida social: “por intelectual, cabe entender não somente as camadas sociais tradicionalmente chamadas de intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerce funções de organização em um sentido amplo: seja no plano da produção, da cultura ou da administração pública”. (1991, p. 43).

Com essas variantes, segundo Gramsci, a relação dos intelectuais com o real, isto é, com a classe operária, é em primeiro lugar um fato de consciência, e não a tomada de consciência de sua própria situação nas relações sociais.

Podemos, dessa maneira, analisar que a busca do fortalecimento da consciência da classe operária e a aliança desta com o campesinato e a burguesia são de fundamental importância para o êxito de seus interesses. Porquanto, significa uma forma estratégica do proletariado – as relações de interesses destas classes – para a consolidação de seus ideais, em prol de uma nova sociedade, já que no campo teórico as ações do proletariado estão estabelecidas no campo político-filosófico, que deve se aliar com o campesinato e a burguesia para o fortalecimento da consciência da sua classe, atuando permanentemente nela, e sempre procurando espaço para operar, se possível, na outra classe em busca de uma análise coerente da situação.

Para Gramsci, a construção de uma nova sociedade é muito complexa, pois sempre existirá uma rede de oposições firmadas no contexto histórico de cada sociedade, cabendo ao intelectual orgânico a mediação nas decorrentes transformações

das superestruturas, relacionando-as diretamente às estruturas.

De acordo com Gramsci, o intelectual orgânico não é aquele que se intitula como tal, mas aquele que se torna um intelectual político do proletariado. Não são os intelectuais que permitem a uma classe subalterna tornar-se dirigente e dominante, e sim o Príncipe Moderno, o partido político de vanguarda, dentro do qual são repensadas as funções intelectuais, as relações entre pesquisa e política, e sua tensão recíproca.

Intelectuais orgânicos, para Gramsci, correspondem à função de dominação cultural que procura atingir grupos sociais emergentes, forjados com o crescimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Neste grupo de intelectuais ligados à burguesia urbana ascendente encontram-se políticos, jornalistas, técnicos, empresários atrelados a novas funções econômicas e a sua expansão em todos os recantos da sociedade.

De acordo com GRAMSCI (2001, p.04), “pode-se observar que os intelectuais orgânicos, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são na maioria das vezes especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.

Requião não almeja o poder apenas por questões de *status* ou dinheiro, e sim por questões ideológicas que foram herdadas principalmente de seu pai, com o objetivo de trazer esperança para o povo paranaense, tentar amenizar as desigualdades sociais latentes em nossa sociedade e quem sabe até chegar à Presidência da República, o seu grande sonho.

Roberto Requião de Mello e Silva não havia disputado nenhuma eleição até 1982, pois desde 1964 trabalhava como advogado para estivadores do porto de Paranaguá, advogando depois em benefício de Associações de Moradores. Por criticar o regime militar, foi fichado no DOPS e considerado “esquerdista”, possuidor de idéias extremistas que ameaçavam a dita “ordem” imposta pelo regime.

Requião teve uma ascensão meteórica no quadro político paranaense, direcionando a maioria de suas gestões políticas para as classes menos abastadas,

priorizando as questões sociais, o que se pretende mostrar nas páginas seguintes. Ele ainda deu seqüência à plataforma de seu partido, o PMDB, elaborando discursos e programas direcionados às classes populares, que estavam cansadas da repressão imposta pelo regime ditatorial, refletindo aspirações a mudanças.

3.3.2 “Opção preferencial pelos pobres”

D’ANGELIS (2007) descreve o governador Roberto Requião como utilizador dos preceitos da Carta de Puebla na implementação de suas políticas públicas. Em 1979, houve, na cidade mexicana de Puebla, uma conferência presidida pelo papa João Paulo II, a qual teve como discussão central a redução das desigualdades sociais, ou ainda, a busca por uma sociedade mais igualitária na América Latina:

A opção preferencial pelos pobres constitui o eixo do documento e seu princípio animador (...) Não se trata, pois, do simples necessitado, mas do oprimido e do explorado. Não designa apenas o indivíduo, mas a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido: indígenas e afro-americanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e sub-empregados marginalizados em aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes e a mulher. O documento se refere ainda aos migrantes e às prostitutas (p.1)

Apesar desse documento ter sido elaborado pela Igreja, tornou-se um referencial para os governantes da América Latina que buscavam superar as estruturas injustas vigentes. A Carta propunha ainda que os governantes saíssem de seus gabinetes e fosse a campo para verificar as reais necessidades da população. Nas palavras do autor, governar com a Carta de Puebla, como pretendia Requião significa:

- Agir para transformar as estruturas injustas;
- Promover a pessoa humana, superando na ação as medidas simplesmente assistencialistas;

- Criar condições para que os marginalizados possam ter igualdade de oportunidade;

- Propiciar meios para que as pessoas possam superar a sua condição de dependentes e oprimidos;

- Combater a corrupção e dar transparência à administração pública;

- Respeitar a diversidade e a pluralidade democrática;

- Valorizar o que é público e respeitar o patrimônio que é de todos;

- Colocar os meios públicos a serviço dos mais fracos e oprimidos;

- Usar o poder para servir e não para oprimir.

Confirmando os pressupostos de D'Angelis, o jornal 'Gazeta do Povo' publicou em 2006 um comentário sobre a opção de Requião pelos pobres: "o compromisso assumido por Requião em 2002, o da Carta dos Bispos de Puebla, continuará norteando sua gestão. 'Não é reeleição, é confirmação' tem dito freqüentemente o governador".

Como será apresentado nos capítulos seguintes dessa dissertação, e enfatizado em todo o trabalho, Roberto Requião propõe, na maioria de suas políticas, temáticas preconizando a assistência aos desprovidos economicamente. Pode-se constatar ainda que, de acordo com os preceitos da Carta, descritos por D'Angelis, a ação de Requião é fortalecida principalmente nos tópicos 'valorizar o que é público' (combate à privatização da COPEL e SANEPAR) e 'colocar os meios públicos a serviço dos mais fracos e oprimidos' (visualizado claramente na grande maioria de suas políticas públicas, como os programas 'Luz Fraterna', 'Tarifa Social', entre outros).

4 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Entendemos que Roberto Requião, oriundo de uma família da elite nordestina que veio para o Paraná no século XIX (OLIVEIRA 2001 p.112), tem como principal característica política programas e projetos direcionados às classes subalternas. Este capítulo não pode ambicionar um estudo exaustivo de sua trajetória política, pois necessitaria de um período maior de pesquisas, o que seria inviável neste momento. Portanto, destacaremos alguns programas e projetos que pela sua importância ficaram conhecidos até na esfera nacional, inaugurando o estilo requianista de implementar políticas públicas. Requião entra para a política em 1982, como deputado estadual do Paraná, no governo de José Richa, que tinha como pano de fundo a democratização do poder. Para tanto, propôs uma gestão participativa, realizando, através de suas secretarias, uma série de encontros e debates com organizações sociais, para estabelecer prioridades de sua gestão, conforme a citação de Magalhães:

Foi como que um resgate da cidadania, estimulado a partir dos aparelhos de Estado, que dessa forma se inseriam nos debates que os atores sociais organizados faziam antes apenas nos limites de suas próprias organizações. Seu resultado mais importante foi a desmistificação do caráter tecnocrático das políticas públicas e de suas próprias organizações. (MAGALHÃES, 1999, p.167)³⁴.

Roberto Requião seguiu o modelo adotado por Richa e também pelo PMDB para construir a sua forma de fazer política, escutando as classes populares e elaborando projetos e programas voltados principalmente para o social. Para tanto, Requião advogou, por muito tempo, em favor dos estivadores e das Associações de Moradores, sendo fundador de muitas destas hoje existentes.

Para Max Weber, há duas maneiras de fazer política: ou se vive “para a política” ou se vive “da política”. Então, para que o homem possa viver ‘para’ a política, há a necessidade de ser economicamente independente, e não desprenda sua

³⁴ Tese de Doutorado: Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense.

capacidade de pensamento e trabalho na simples consecução da própria subsistência. Sendo assim, estar disponível é a condição para que o homem possa viver ‘para’ a política.

É evidente, ainda na perspectiva de Weber, que essas duas maneiras de fazer política acontecem simultaneamente, tanto na prática quanto idealmente. Mas essa diacronia faz-se mais perceptível quando o político já adquiriu certo capital econômico e *status* político que o possibilite viver para uma causa. No caso de Requião, segundo seu discurso, ele vive para a política e, conseqüentemente, da política:

Eu faço grande esforço para mudar o referencial da política brasileira. É muito fácil jogar o jogo nacional. Da complacência e da autocomplacência com a corrupção. É muito fácil fazer políticas com furos. Eu tenho feito com agressividade, às vezes, caricaturizando, eu tenho dito que faço com tacape. Não, faço com inteligência, com força, com decisão. E muito mais do que conquistar um cargo público, eu quero mudar os parâmetros da política, da administração pública brasileira. Nós precisamos de referência, eu tento ser uma referência. Eu digo que sou rigorosamente incorruptível porque eu faço política em cima de um ideal muito antigo. Eu faço política desde os 17 anos de idade. Meu pai teve uma dificuldade muito grande de ser político no Paraná sigente com a corrupção, a complacência e a autocomplacência. Era muito duro com ele mesmo e extremamente duro com os outros. Eu sou um pouco mais brando, eu sou duro comigo, mas sou tolerante com as pessoas, mas tento transformar da minha conduta um exemplo. (CORREIO, 05/04/1993, p.03).

Requião se identificou com a política, principalmente, pela influência que teve de seu pai, que, no entanto, não obteve muito destaque no cenário político paranaense, devido à existência de um grupo político que dominava e se alternava na política local. Aos doze anos, Requião já demonstrava sua vocação política, discursando em favor de seu pai, que era candidato a Prefeitura de Curitiba. Esta prerrogativa se insere no contexto de uma família abastada, assim sendo, Requião não necessita “viver da política” como alguns políticos.

Segundo Weber, o homem que pretende ocupar postos políticos deve ser economicamente independente e possuidor de fortuna, para não depender dos proventos proporcionados pela política. O capital econômico Roberto Requião já

possuía um, pois era oriundo de uma família tradicional da elite paranaense. Mas todo político que na concepção weberiana “vive para política”, conseqüentemente, “viverá da política”. E ratifica:

“Quem vive ‘para’ a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘fim de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir o valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação a sua vida. Neste sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma ‘causa’, dá significação a sua vida”. (WEBER, 1967, p.65).

Neste capítulo, faremos nas sete primeiras seções uma breve análise de aspectos relevantes de todos os pleitos políticos de Requião, enfatizando seus principais programas implementados nas respectivas gestões. A oitava seção demonstrará a formação do grupo político que o acompanhará nas diversas ocasiões de sua carreira na política, o que pode ser tratado como uma “teia de interdependência”.

4.1 DEPUTADO ESTADUAL – 1982

Em 1982, Requião foi eleito deputado estadual com trinta e três mil trezentos e quatorze votos, no então governo José Richa, e marcou seu mandato pela independência, denúncia da corrupção e defesa dos interesses populares.

Neste período, viabilizou alguns projetos de lei, regulamentando diversas Associações de Moradores e igrejas em prol das classes populares. Para reafirmar seu título de intelectual orgânico destas últimas e seu caráter crítico e contestador, Requião propôs um projeto, de intensa polêmica, no qual proibia os ocupantes de cargos no Poder Executivo de receber mais de uma remuneração. O projeto foi arquivado. Demais medidas implantadas por Requião (Ver Anexo nº 05).

4.2 PREFEITO (1986-1989)

Roberto Requião foi eleito prefeito de Curitiba em 1985, vencendo Jaime Lerner³⁵, que posteriormente viria a ser um de seus maiores adversários políticos. Após a redemocratização do país, sua vitória representou a vitória do povo sobre as elites. Em seu governo, priorizou as obras sociais em detrimento das obras físicas.

O político afirma que a disputa para a prefeitura de Curitiba era uma questão de ordem familiar:

O meu desejo de ir à prefeitura de Curitiba estava preso ao fato de meu avô ter sido camarista em sua época, quando os vereadores eram chamados de camaristas, e como camarista ter exercido algumas vezes a direção do município. E meu pai, depois, foi vereador e foi prefeito na época das nomeações, nomeado pelo Bento Munhoz da Rocha Neto. Meu pai, posteriormente, veio a perder uma eleição para a prefeitura exatamente para o Ney Braga. Fiquei carregando dentro de mim aquelas idéias que meu pai tinha para a cidade. Na época, uma cidade de 116 mil habitantes, quando foi prefeito. Ele imaginava uma cidade com um cinturão verde de abastecimento e também já tinha uma briga pesada com o pessoal do transporte coletivo. Ele via o transporte coletivo como um serviço a ser prestado à cidade e achava que os empresários se serviam da cidade com mau transporte e preços muito altos. Eu cresci vendo a briga do meu pai contra estes interesses e o seu desejo de realizar um projeto. Até hoje tenho na gaveta da minha escrivaninha a plataforma política para a cidade. (FARIA e SEBASTIANI, 1997, pg. 252) ³⁶.

O primeiro ato oficial frente à prefeitura foi a instituição de uma comissão da Secretaria Municipal dos Transportes, destinada a criar a Empresa Gerenciadora do Transporte Coletivo de Curitiba (EGTC) para trabalhar junto a URBS – idéia que pertencia ao seu pai. Também congelou o preço das tarifas de ônibus e implantou o vale-transporte³⁷.

Sua administração frente à prefeitura de Curitiba priorizou as políticas sociais, destinadas, principalmente, às populações situadas nos chamados bolsões de pobreza.

Foi o primeiro prefeito do país a instituir a Ouvidoria Geral, assim que

³⁵ Roberto Requião recebeu 227.248 votos (45,48%) e Jaime Lerner 208.384 votos (41,70%).

³⁶ Livro: Governadores do Paraná.

³⁷ Criado pelo então ministro Affonso Camargo.

assumiu o cargo; tomou como base experiências que deram certo em outros países.

Quando assumi a prefeitura de Curitiba, nos primeiros momentos de redemocratização do país, percebi claramente a necessidade de abrir, aos cidadãos, a oportunidade de atuar no controle dos princípios da legalidade, moralidade, economicidade e publicidade dos atos da gestão pública, princípios que, ausentes, conduzem aos desatinos que nos acostumamos a ver em todos os níveis da administração pública brasileira.³⁸ (ARTIGO DE REQUIÃO: A OUVIDORIA E O DESAFIO DA CIDADANIA).

A Ouvidoria originou-se do ouvidor-geral³⁹, este utilizado após a emancipação do Estado do Paraná. A Ouvidoria Geral funcionava como uma espécie de fiscal do cidadão contra a prefeitura, competindo ao ouvidor defender os direitos dos cidadãos junto ao poder público municipal. Quanto à formação da Ouvidoria, Requião afirma:

É comum a afirmação de falta a nós, brasileiros, de uma cultura democrática, o que torna difícil a construção de uma democracia sólida e estável. No entanto, olhando o passado recente com visão crítica, reparamos, numa crescente tomada de consciência dos brasileiros, que a partir de uma cultura de resistência ao arbítrio militar, vem se organizando e fortalecendo a sociedade civil, requisito fundamental para organização da sociedade política, na qual ocupa o centro a figura do cidadão. O conceito de cidadania toma corpo, evolui, à medida que se firma a sociedade política impondo limites à tendência de crescimento limitado do poder do Estado.

Requião alterou profundamente a estrutura administrativa da prefeitura municipal com a criação das freguesias (sub-prefeituras). Cada uma destas estabeleceu um conselho comunitário com autonomia administrativa e financeira para executar obras de acordo com as necessidades locais. Com as freguesias, a população participava na definição do orçamento municipal.

Assim, com a população mais participativa na política, foi construído o

³⁸ Artigo de Requião: A ouvidoria e o desafio da cidadania.

³⁹ Chamado de “ombudsman” na Suécia.

maior número de postos de saúde⁴⁰ e creches de toda a história do Paraná. Segundo as palavras de Requião: “As freguesias são o braço estendido do prefeito junto às diversas áreas da cidade”. Elas ficavam incumbidas de mapear as dificuldades e os problemas existentes nos bairros de Curitiba, e repassá-los à prefeitura. Esta, por sua vez, conforme viabilidade orçamentária, atendia a tais reivindicações, trazendo, com isso, melhorias à população.

Requião, seguindo seu perfil político em benefício às classes populares, implantou o “mercado popular”, que levava comida aos bolsões de pobreza a preço abaixo da tabela da SUNAB. Era uma espécie de ônibus itinerante que, em alguns dias da semana, ficava alocado em determinados lugares da periferia de Curitiba. Este programa contava com o apoio da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), que coloca o Programa de Alimentação Popular (PAP) diretamente nas vilas, para atender às populações de baixa renda.

Requião criou a ASSOMA (Associação dos Meninos e Meninas), um programa que revolucionou o tratamento às crianças de rua. Nesta associação, a criança tinha tudo que possibilitava a inclusão social, como apoio às questões de saúde, tratamento psicológico e oferta de cursos profissionalizantes. Outro programa consistia na chamada urbanização das favelas, o qual visava dar mais segurança às pessoas que estavam sob risco de morte constante, em decorrência, por exemplo, de fios de alta tensão em lugares impróprios e falta de água.

Requião inovou no âmbito das contratações realizadas pela prefeitura, adotando o concurso público como forma de seleção, o que não acontecia anteriormente uma vez que tais contratações se davam por indicações. Também centralizou os gastos públicos, promovendo a racionalização do uso de veículos da prefeitura, cancelando um contrato de locação de 130 carros, considerado por ele desnecessário.

Outra medida que gerou muita polêmica foi a redução da carga horária de

⁴⁰ Estes também funcionavam no período da noite.

trabalho no comércio aos sábados, propiciando, assim, um maior descanso para os comerciários.

Salientemos os principais programas de Requião frente à prefeitura que beneficiaram as classes populares. Sobre estes, o político profere:

E como não existe o Capitão América que é um mocinho que sai de casa, bota seus dois 45 no cinto e espanta todos os bandidos do bairro, que dominavam uma população amedrontada, como essa figura, esse herói fascista, o Super Homem, só existe em história em quadrinhos, eu fiz a minha parte, assumindo o papel de intelectual orgânico da população de Curitiba. Eu sentia o problema do transporte, trabalhei com um grupo de técnicos, de amigos, propus uma mudança e mostrei que essa mudança é factível. O transporte coletivo de Curitiba, nesse ano, avançou mais do que nos últimos 100 anos, de gerenciamento, de melhoria de qualidade. Os motoristas passaram a trabalhar seis horas e com salários, o que significa tranquilidade para eles e segurança para a população. A mesma coisa aconteceu com os cobradores, o sistema foi controlado. Então, essa foi a nossa parte: provamos que é possível.⁴¹

4.3 SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO PARANÁ (1989-1990)

Após deixar a prefeitura de Curitiba, Requião foi convidado pelo então governador Álvaro Dias a fazer parte do secretariado do Paraná.

Em tal posto, Requião implantou o Programa Paraná Urbano, que desenvolveu um grande número de obras na área de planejamento urbano em todo o Paraná; isto inclui a criação do PROSAM (Programa de Saneamento Ambiental do Paraná). Este programa, que contou com o apoio do BIRD, pretendia alcançar dois objetivos principais: o desenvolvimento de novos mecanismos de gestão ambiental do meio urbano e a recuperação da qualidade da água na bacia do Alto Iguaçu. Com tal intento, o programa viabilizou algumas realizações, como por exemplo: estruturar uma gestão de recursos ambientais em meio urbano; construir a barragem do Iraí,

⁴¹ Jornal 'O Estado do Paraná', 02/10/1988 p.10.

garantindo o abastecimento da região metropolitana; re-urbanizar as áreas ocupadas nos mananciais; promover o re-assentamento de famílias que estavam localizadas em áreas de alto risco ambiental; a coleta e tratamento do lixo e a utilização do processo de reciclagem.

Com o Prosam, marcamos o início de uma Curitiba nova, de uma Região Metropolitana agora integrada aos padrões do Primeiro Mundo. Com os investimentos realizados pudemos oferecer emprego e vida decente a milhares de irmãos nossos. Trabalho, saneamento básico, água tratada e legislação adequada serão o nosso passe para o amanhã. O caminho do Paraná não é o caminho do desenvolvimento capitalista predatório, nem o da industrialização que arrasa o meio ambiente. Queremos indústrias que ampliem a oferta de emprego e gerem renda, mas não às custas da nossa terra e da nossa água. O nosso caminho é o de um Paraná novo, administrado com inteligência e alicerçado na solidariedade, desenvolvendo atividades econômicas limpas que garantam o crescimento, sem comprometer o futuro.⁴²

Na área da saúde foi implantado o Programa Estadual de Controle da Infecção Hospitalar, a partir do qual todos os hospitais do Paraná foram inspecionados, a fim de se detectar a forma e a qualidade de funcionamento dos mesmos. Com isso, alguns hospitais foram interditados por não oferecerem condições de segurança em relação à infecção hospitalar.

Neste período, foi intensificada uma notória política de vigilância sanitária, que, além de fiscalizar, rigorosamente, os laboratórios produtores de medicamentos, indústrias alimentícias, farmácias, matadouros e casas comerciais, também buscava orientar a população quanto à verificação da qualidade dos produtos consumidos.

Requião propôs a municipalização total dos atendimentos laboratoriais, isto é, todas as consultas prestadas em postos de saúde ficavam sob responsabilidade dos municípios, com o apoio técnico e financeiro do Estado.

As prioridades de Roberto Requião não se resumiram apenas à esfera

⁴² Artigo de Roberto Requião: Parceiros na construção do futuro.

ambiental e da saúde. No setor da segurança dos paranaenses, desenvolveu a operação “Fronteira da Solidariedade”, com a finalidade de reprimir o contrabando, roubo de carros e assalto a propriedades; a operação “Águia”, que cuidava dos assaltos a ônibus; e também a operação “Rodar”, que atuava em Curitiba e Região Metropolitana, intensificando o policiamento nos dias de pagamento.

Também compete mencionar a criação do projeto “POVO” (Policiamento Ostensivo Volante), o qual através de uma equipe de policiais militares, alocada nos bairros, visava coibir a criminalidade, permitindo à população maior segurança em suas localidades.

4.4 PRIMEIRO GOVERNO DE ROBERTO REQUIÃO (1991-1994)

A disputa eleitoral de 1990 foi muito difícil. Nesta eleição estavam o antigo aliado de Requião e ex-governador, José Richa, que era o franco favorito, e Roberto Requião, um campeão de eleições difíceis, que saiu vitorioso no confronto com Richa e foi para a disputa do segundo turno com Martinez, que, embora tivesse feito uma campanha bilionária, não conseguiu vencer Requião.

Nestas eleições, aliado ao cenário nacional (eleições para presidente), Martinez consegue subsídio para sua campanha milionária através, principalmente, do partido e de Collor, também filiado ao PRN. Conseqüentemente, com tanto dispêndio de recursos, Martinez vence o primeiro turno.

O quadro abaixo mostra o resultado do primeiro turno das eleições para o governo do Estado, de certa forma muito acirradas. Martinez vence Requião por pouco mais de 50 mil votos:

CANDIDATOS	SGLPAR	NOMPAR	VOTAÇÃO
JOSE CARLOS DE CASTRO MARTINEZ	PRN/PFL/PDC/PSC	COLIGAÇÃO PRN/PFL/PDC/PSC	1130612
ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA	PMDB/PMN/PT DO B	COLIGAÇÃO PMDB/PMN/PT DO B	1076177
JOSE RICHA	PSDB/PCB/PC DO B	COLIGAÇÃO PSDB/PCB/PC DO B	678402
HENRIQUE PIZZOLATO	PT/PSB	COLIGACAO PT/PSB	192497
JUSSARA TOLEDO CAVALHEIRO	PST	SOCIAL TRABALHISTA	38025
TASSO GOUVEA	PSD	SOCIAL DEMOCRATICO	25877

FORTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.⁴³

No segundo turno, acontece a virada de Roberto Requião, que supera Martinez com quase 400 mil votos. Nestas eleições, as campanhas dos candidatos foram marcadas pelo maciço investimento em marketing político e por agressões constantes entre eles. O aparecimento de uma figura atípica, um “pistoleiro”, vulgo Ferreirinha, contratado para defender as terras da família Martinez de invasões de posseiros, com um depoimento vinculado ao horário eleitoral afirmando que eliminava pessoas a mando de Martinez, foi um dos fatores preponderantes para desgastar a imagem do político, como também para a virada de Requião. O resultado das eleições pode ser verificado no quadro abaixo:

QUADRO 5 - ELEIÇÕES PARA SEGUNDO TURNO DE NOVEMBRO DE 1990

CANDIDATOS	SGLPAR	NOMPAR	VOTACAO
JOSE CARLOS DE CASTRO MARTINEZ	PRN/PFL/PDC/PSC	COLIGAÇÃO PRN/PFL/PDC/PSC	1489172
ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA	PMDB/PMN/PT DO B	COLIGAÇÃO PMDB/PMN/PT DO B	1877282

FORTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.⁴⁴

Pretendemos realçar os principais programas sociais executados por Requião e também salientar o impasse entre este e o Poder Judiciário – primeiro governador do país a desafiar este Poder.

O primeiro ato do governador Roberto Requião no governo do Paraná foi a entrega dos títulos definitivos de propriedade aos agricultores de Pitanga, cuja posse se arrastava por mais de setenta anos. Também assinou o decreto número 22, que designava um secretário especial com a função de ouvidor geral, ao qual cabia a

⁴³ Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

⁴⁴ Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

competência de fiscalizar os atos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; zelar pelas auditorias e análises de custos de todos os órgãos do Poder Executivo estadual; e receber e apurar denúncias, instaurando sindicâncias e inquéritos administrativos.

4.4.1 Políticas Sociais

Roberto Requião em seu primeiro governo priorizou principalmente políticas voltadas às classes subalternas. Já na área da saúde, o político decidiu pela municipalização⁴⁵ dos serviços. Os principais programas foram: Programa ‘Casa da Família’, Programa ‘Panela Cheia’ e Programa ‘Bom Emprego’.

Através do Programa ‘Casa da Família’ – a partir do qual se realizou uma análise sócio-econômica da população, e, conseqüentemente, uma seleção das famílias mais necessitadas –, foram construídas várias casas com prestações a preços populares, possibilitando aos paranaenses a obtenção da casa própria. Nas palavras Requião:

Uma outra área que o Paraná tem despertado a atenção do país é a Política Habitacional. Um primeiro fato a ser assinalado é a coragem com que o governo denunciou o superfaturamento das obras da Caixa Econômica Federal, em conluio com algumas empreiteiras. O que foi objeto da irônica descrença num primeiro momento, tornou-se caso de polícia, com inquéritos civis e criminais em andamento. O outro fato é a consolidação de um programa inovador, que tornou possível a construção da melhor, maior e mais barata casa popular do País - casas de 48 metros quadrados, cuja prestação não ultrapassa 20% do valor do salário mínimo. Podemos anunciar, ainda, a finalização dos estudos para dois novos programas de extrema importância: o Lote da Família, que irá atender Curitiba e Região Metropolitana, e um programa de construção de casa simples, de madeira para dar teto àqueles irmãos mais marginalizados, que habitam sob lonas ou vivem nas ruas⁴⁶.

O programa ‘Panela Cheia’ tinha como objetivo destinar aos agricultores empréstimos para investimentos na cultura agrícola local. A amortização dos mesmos

⁴⁵ Transferência dos serviços de saúde de rede básica para a gerência dos municípios; a descentralização gradativa do poder decisório e execução das ações e serviços de saúde, transferindo-os aos municípios.

⁴⁶ Mensagem à Assembléia Legislativa, 1993.

era feita mediante equivalência-produto, ou seja, produtos agrícolas utilizados como indexador do valor tomado. Essa medida possibilitou aos agricultores, além de crédito facilitado, a recusa dos altos juros cobrados pelas instituições financeiras. Por ser uma inovação no setor primário, este programa tornou-se referência a nível nacional.

Roberto Requião valorizou a importância do primeiro setor para o crescimento econômico do Estado, viabilizando diversas políticas voltadas à agricultura. Afirmou:

Na agricultura, o Paraná demonstrou ser possível e necessário caminhar em sentido contrário à política econômica recessiva. Os programas e as ações desenvolvidas são geradores de renda e de emprego. Uma das iniciativas mais importantes, a expansão do crédito Equivalente Produto, realizado, por exemplo, no Panela Cheia. É uma iniciativa que, além de gerar renda e emprego, recupera o poder de investimento do produtor rural, não o deixando à mercê das incertezas e oscilações da política econômica. Cumpre assinalar, igualmente, os grandes investimentos feitos na preservação dos recursos naturais. A preocupação com a ecologia não é para nós simples retórica; ela se concretiza em ações que, da mesma forma que buscam preservar, visam aumentar a produtividade. Superamos, desta forma, a arraigada oposição entre preservação e produtividade, implementando uma política agrícola integrada com as políticas preservacionistas, com enormes benefícios para a produção e para o futuro das novas gerações.⁴⁷ (Mensagem à Assembléia Legislativa, ano de 1993).

Viabilizando os financiamentos agroindustriais, o Programa ‘Bom Emprego’ tinha como intento industrializar as matérias-primas nos locais onde elas eram produzidas, gerando um maior número de empregos diretos na zona rural, reduzindo, com isso, o superpovoamento das grandes cidades.

Em contrapartida, foi criado o Programa ‘Bom Emprego Industrial’, o qual tinha como finalidade apoiar a implantação e a expansão de estabelecimentos industriais, criando condições para a modernização tecnológica e o incremento do emprego. A sua concepção estrutural preservava os princípios básicos da universalidade de acesso, da automaticidade de enquadramento, da redução dos custos

⁴⁷ Mensagem à Assembléia Legislativa, 1993.

financeiros e da descentralização de investimentos. De acordo com Requião, o ‘Bom Emprego Industrial’ afastava o poder discricionário das autoridades fazendárias ou financeiras do Estado, permitindo que as empresas, uma vez cumpridas as exigências básicas estabelecidas claramente por decreto, estivessem automaticamente habilitadas. Este programa ajudou a coibir as irregularidades que, através das licitações comissionadas, selecionavam projetos, favorecendo determinadas empresas.

Outro programa de extrema importância foi o ‘Força Rural’⁴⁸, o qual visava proporcionar melhorias aos trabalhadores do campo, que, desprovidos de necessidades básicas, viviam em condições sub-humanas. Seguiremos com a justificativa de Requião para o seu lançamento:

Ao lançar o *New Deal*, o presidente Roosevelt disse que se as cidades queimassem, os campos se levantariam e as reconstruiriam, mas, se os campos queimassem, as cidades morreriam de fome. Daí porque, ao sintetizar sua política, Roosevelt afirmava: em cada panela, uma galinha – em cada propriedade, um poste de energia elétrica. O presidente norte-americano, com sua visão de estadista, sabia avaliar a importância do campo para a construção de uma sociedade equilibrada e justa. Se o campo não se modernizar, se a agricultura e a pecuária não evoluírem teremos dificuldades imensas para alimentar nossa gente, e o ingresso no primeiro mundo não passará de miragem.⁴⁹

Com o Programa ‘Paz na Terra’, os conflitos fundiários foram vistos sob uma nova ótica, preconizando a paz entre as classes agrárias. Cabe lembrar ainda do Programa ‘Água Limpa’, o qual objetivava a recuperação dos mananciais do Paraná e, com isso, a preservação do meio ambiente.

Na área de Assistência Social, foram implementados alguns programas voltados ao atendimento à criança e ao adolescente infrator e à população socialmente marginalizada. O eixo central seria o Programa ‘Meu Irmão’, que foi se desdobrando

⁴⁸ Extensão de redes elétricas para o atendimento ao homem do campo, com a ligação elétrica a preços populares.

⁴⁹ Artigo de Roberto Requião: Força Rural.

em outros subprogramas, como o ‘Clube do Irmão Caçula’⁵⁰; ‘Escola Irmão Cidadão’⁵¹; ‘Irmão do Futuro’⁵²; ‘Irmão Aprendiz’⁵³; ‘Irmãozinho’⁵⁴; ‘Irmão Maior’⁵⁵.

Já na área relacionada ao Trabalho e assuntos comunitários, alguns programas tiveram destaque, como o ‘Programa Estadual de Formação Política do Trabalhador’, que tinha como intento proporcionar aos diferentes segmentos de trabalhadores a oportunidade de acesso à formação sócio-política, como forma de fortalecer a organização classista. E também o ‘Programa de Apoio aos Movimentos Populares’, que visava contribuir para a elevação da organização dos movimentos populares.

4.4.2 Política de Segurança Pública

Constitucionalmente, a segurança é direito e responsabilidade de todos e dever do Estado. Ainda que a preservação da ordem pública e a incolumidade do patrimônio não sejam valores absolutos (como o é a preservação da vida), devem ser enfocados sob uma ótica social, recebendo a plena atenção do poder público. A cidadania, coluna mestra da moderna democracia, só se desenvolverá na medida em que as pessoas tiverem garantidos seus direitos fundamentais, o que implica na segurança⁵⁶.

No setor da segurança pública, Requião recorreu ao projeto ‘POVO’, o qual havia criado enquanto secretário do governo de Álvaro Dias. Estabeleceu ainda a ‘Patrulha Escolar’, para coibir delitos na área escolar, e a ‘Operação Paraná Contra o Crime’, que, comandada pelo próprio governador, serviu de ação preventiva contra o crime.

⁵⁰ Programa complementar à família e à escola que visava o atendimento de crianças de 6 a 13 anos que estivessem freqüentando escolas de bairros e cujos pais trabalhavam fora, não tendo condições de dar apoio familiar adequado.

⁵¹ Visava o atendimento de crianças e adolescentes de 6 a 18 anos que não estivessem freqüentando escola formal, com ou sem vínculo familiar.

⁵² Visava o atendimento de adolescentes infratores que necessitavam de atendimento integral e iniciação profissional.

⁵³ Visava a preparação e o encaminhamento profissional de adolescentes oriundos de famílias carentes.

⁵⁴ Visava o desinternamento das crianças de 0 a 12 anos, chamadas de inadotáveis, que estavam destinadas a viverem em orfanatos até atingirem a maioridade.

⁵⁵ Visava o atendimento de pessoas com mais de 60 anos de idade, de famílias carentes ou adultos incapazes.

⁵⁶ Artigo de Roberto Requião: Segurança e Cidadania.

Outros programas como o ‘Fronteira da Solidariedade’, em Foz do Iguaçu e Guaíra, que cuidava das regiões limítrofes do Estado, coibiu principalmente o contrabando e o roubo de carros. A ‘Operação Águia’ visava reduzir os assaltos a ônibus nas estradas paranaenses. A ‘Operação Apolo’, realizada na Região Metropolitana de Curitiba, teve pela primeira vez no Paraná a utilização de um helicóptero em ações preventivas à criminalidade. E também a ‘Operação Rodar’, atuante em Curitiba e na Região Metropolitana, que objetivava intensificar o policiamento nos dias de pagamento, tentando-se evitar assaltos.

Requião reiterou a ordem de suspensão da realização dos “bingões”, vinculados à rádio e à televisão. Esta suspensão foi baseada no fato destas atividades não terem sido normalizadas no Paraná, embora permitidas pela Lei Federal nº 8672. Também tentou acabar com o jogo do bicho, porém, este ficou suspenso apenas por um curto período.

Por iniciativa de Roberto Requião, instituída pela Lei Estadual nº 9619, de 17 de junho de 1991, foi criada a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU), que, segundo Requião, traduzia a consciência da necessidade operacional e social de o Estado contar com um órgão público especialmente destinado a desenvolver uma política penitenciária adequada aos objetivos de custódia e recuperação dos apenados e ações voltadas à promoção e ao respeito ao indivíduo consumidor, na garantia do acesso à justiça ao carente ou no respeito aos direitos humanos e sociais.

Os conselhos vinculados à SEJU eram: Conselho Penitenciário, Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN/PR), Coordenadoria dos Direitos da Cidadania, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/ PR), Defensoria Pública do Paraná, Departamento Penitenciário do Estado – DEPEN, entre outros.

4.4.3 Políticas Culturais e Educacionais

Com a parceria das prefeituras, foram desenvolvidas duas grandes propostas na área da cultura. As ‘Oficinas Integradas de Cultura’ (OIC) e o projeto ‘Paraná da Gente: Terra, História e Memória’. Conforme Requião:

Na área da cultura, nossos esforços se direcionaram para um duplo movimento de interiorização e de projeção. Através das ‘Oficinas Integradas de Cultura’, em parceria com as prefeituras, procuramos dar condições para o desenvolvimento dos valores culturais próprios de cada município. É a interiorização da cultura. Com o ‘Programa de Incentivo à Produção Artística’, o PIPA, em aliança com o Banestado, estamos mostrando o Paraná ao Brasil, permitindo o intercâmbio com valores culturais e artísticos de todas as partes do país. Desta forma, abandonamos o conceito que restringia cultura e belas artes, assumindo-a como um fenômeno global e complexo, do qual o Estado não é “patrocinador” (nem balcão de funcionamento), mas “dinamizador” das possibilidades culturais diversificadas do nosso povo.⁵⁷

As OIC objetivavam difundir técnicas de produção cultural, normalmente de difícil acesso, a largos segmentos da população, em especial nos centros interioranos. Cerca de 120 municípios paranaenses foram beneficiados com este programa, e, de acordo com o interesse demonstrado, eram ofertados cursos teóricos e práticos de artes plásticas, artes gráficas, teatro de bonecos, interpretação teatral, circo, bandas e fanfarras, regência corporal, folclore, dança e direção teatral. Um grande contingente de pessoas, em especial os jovens, teve a oportunidade de entrar em contato com a vastíssima riqueza cultural do Paraná.

Já o projeto ‘Paraná da Gente’ visou fazer, de forma rápida e objetiva, um levantamento do patrimônio cultural⁵⁸ dos principais municípios do Estado. Foi a primeira tentativa abrangente de documentação da história e das memórias regionais, por intermédio de um processo essencialmente participativo, envolvendo a própria comunidade. Com este projeto, o governo contribuiu para que as comunidades paranaenses resgassem os traços de sua história, encontrando suas raízes e identidade

⁵⁷ Mensagem à Assembléia Legislativa, 1993.

⁵⁸ Patrimônios naturais, arquitetônicos, documentais e de manifestações populares.

regional, estimulando-se a defesa da dignidade cultural.

Requião, conforme citação abaixo, explicita a importância do aspecto cultural da população como fator condicionante para o crescimento do Estado:

O homem não se sente realizado apenas com a satisfação de suas necessidades materiais; as dimensões espirituais, culturais têm enorme importância e não podem ser menosprezadas pelos governantes. Não se trata, certamente, de, em nome da cultura, cultivar a aparência, o embelezamento externo, encobrindo a ausência de iniciativas efetivas quanto ao desenvolvimento da vida espiritual de um povo.⁵⁹

O projeto 'Teatro para o Povo', possibilitava, em horários alternativos e com entrada franca, que milhares de pessoas assistissem a espetáculos de qualidade, como ópera, balé, teatro, música e concertos sinfônicos.

Incentivou a promoção de vários festivais de música em Londrina e Cascavel; na capital instaurou o Teatro de Comédia do Paraná. Promoveu a reforma da Biblioteca Pública do Paraná e a reestruturação da TVE, estabelecendo a junção entre cultura e educação.

Solicitou a manutenção do Jornal Nicolau, único periódico litero cultural brasileiro patrocinado pelo poder público, reconhecido nacional e internacionalmente pela sua independência, qualidade e pluralismo ideológico e cultural.

Roberto Requião, com o Decreto nº. 577, tornou pública a documentação do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), transferindo para este todas as fichas do extinto DOPS, com livre acesso para a população.

Na educação, a criação de um programa de capacitação de professores à distância via satélite, por meio da Televisão Educativa (TVE), propiciou aos docentes assistir a programas educativos, debates e trocas de experiências pedagógicas com grandes pedagogos. "Graças à tecnologia avançada, os professores das escolas dos bairros mais humildes do Paraná poderão ter acesso ao que há de mais moderno e

⁵⁹ Artigo de Roberto Requião: Olhando a Cultura.

avançado na pedagogia, melhorando suas aulas e ampliando os seus conhecimentos. E, evidentemente, os maiores beneficiados serão os nossos alunos, que aprenderão mais e melhor com os seus professores.”⁶⁰

Na Mensagem à Assembléia Legislativa, Requião apresentou sua proposta de governo direcionada à educação no Paraná:

Gostaríamos de iniciar nossa reflexão pela educação, embalados pelo honroso Prêmio Educação, obtido em função do reconhecimento dos recursos que o governo direcionou para o ensino público. Alicerçamos nossa proposta de governo em quatro pilares, que orientam todas as ações desenvolvidas: 1) a ampliação e restauração da rede física, garantindo vagas e condições adequadas de ensino a todas as crianças e jovens paranaenses; 2) a capacitação docente que, realizada integralmente pelos três graus de ensino, já aperfeiçoou cerca de cem mil docentes; 3) a participação da comunidade através da gestão colegiada e a experiência pioneira em relação aos demais Estados, dos conselhos escolares implantados em cada escola; 4) a valorização do Magistério. Em relação a este último, somos os primeiros a reconhecer que os níveis salariais ainda são insatisfatórios, no entanto, apesar das imensas dificuldades financeiras, os reajustes concedidos em 92 situaram-se acima dos níveis inflacionários, infelizmente, as defasagens que se acumularam ao longo da história.⁶¹

4.4.4 O Judiciário

Um dos períodos mais conturbados do governo de Roberto Requião deu-se a partir dos conflitos com o Poder Judiciário.

Nos momentos em que as receitas dos Estados brasileiros vêm caindo no ritmo do processo recessivo e em que o Estado do Paraná, ainda que não seja uma exceção, vem fazendo um esforço sério para garantir um salário digno aos professores e demais funcionários, verifica-se uma distorção, intolerável do ponto de vista legal, na composição dos salários dos servidores do Poder Judiciário: todos recebem 225% de gratificação a título de serviços extraordinários, sem nenhum suporte legal. Isto faz com que estes salários, sem lei, disparem na frente dos salários dos demais funcionários dos outros dois poderes, o que, além de não ter amparo legal, agride o princípio do inciso XII do art.37 da Constituição Federal, que estabelece como baliza

⁶⁰ Artigo de Roberto Requião: Educação, um passo à frente.

⁶¹ Mensagem à Assembléia Legislativa, 1993.

os salários do Poder Executivo.⁶²

Os juízes alegavam que seus salários eram os mais baixos da magistratura brasileira. Em contrapartida, o Paraná era o Estado que mais gastava com o Poder Judiciário, pelo fato de conceder aos seus funcionários uma gratificação de 225% a título de trabalho extraordinário sem suporte legal. Os magistrados também acusavam Requião de prática eleitoreira para vencer tal eleição para governador (caso Ferreirinha)⁶³.

Em resposta, Requião consegue aprovar a lei sobre a isonomia salarial dos servidores públicos, gerando muita polêmica, pois alguns juízes entenderam que esta medida foi tomada para prejudicar seus interesses.

Mas, segundo Requião, a lei regia o princípio de que ao trabalho igual deve ser pago salário igual, sem distinções.

Significa valorizar o trabalho de cada servidor público, desde a merendeira que prepara o lanche de nossas crianças nas escolas até os juízes que têm a responsabilidade de administrar justiça à população. Cabe ao governo garantir que a participação de todos seja valorizada, tomando as medidas para que a justiça salarial seja uma realidade, e não apenas uma “boa intenção”. É isto que queremos fazer por meio da isonomia salarial, que não é medida contra esta ou aquela categoria, mas norma da justiça a favor de todos os funcionários públicos do Paraná.⁶⁴

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça resolveu elevar os salários dos juízes, equiparando-os aos deputados, e acrescentar valores a suas vantagens pessoais por tempo de serviço, gerando uma alíquota de 35% a mais do que ganham os deputados. Assim sendo, o aumento também é concedido ao governador, pois o mesmo recebe igual salário ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Requião recusou o aumento alegando que o dinheiro público somente podia

⁶² Artigo de Roberto Requião: Conversa Franca.

⁶³ Não foi comprovada nenhuma prática eleitoreira contra Requião.

⁶⁴ Artigo de Roberto Requião: Isonomia é dever da Justiça.

ser gasto em despesas autorizadas pela lei. Aliás, o governador afirmou não ter acumulado nenhuma gratificação por exercer cargos políticos.

Reconheço que os salários no país têm sido reduzidos, mas o Paraná a cada ano gasta mais com a folha de pessoal. O orçamento do Poder Judiciário saltou de 3% para 6,9% do orçamento geral nos últimos anos. No entanto, os juízes que, no meu entender, como os demais funcionários, devem perceber o melhor salário que a sociedade lhes puder pagar, não constituem uma casta privilegiada acima das dificuldades do país. Recuso aumento sem lei, rejeito salário inconstitucional.⁶⁵

Em resposta a Requião, os juízes, em 26 de novembro de 1992, entregam ao então presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Aníbal Khoury, o pedido de *impeachment* do governador. Acusavam Requião de atentar contra as leis e decisões judiciais, o livre exercício do Poder Judiciário, os direitos individuais e a probidade na administração.

Roberto Requião, em contrapartida, disse que só poderia ser processado por crime de responsabilidade fiscal caso estivesse repassando ao Judiciário recursos superiores ao limite orçamentário de 6%, estabelecido pela Constituição Estadual, e afirmou: “O Estado tem governo e a Assembléia Legislativa e o Judiciário terão que funcionar dentro do orçamento.”⁶⁶

Finalizamos o tópico com uma citação do governador Roberto Requião:

Tenho procurado governar o Paraná com a preocupação constante de zelar pela justiça, não a justiça fria das leis feitas muitas vezes para beneficiar os poderosos, mas a justiça que floresce da solidariedade e da compaixão humana. Várias vezes afirmo que, como governador, tenho o dever de ser a voz dos que não têm voz (nem vez); quero ajudar a destravar o grito de indignação preso na garganta dos que se percebem postos à margem, e isto não é fácil. Nosso país conviveu, por muito tempo, com a triste dicotomia da Casa Grande & Senzala: aos patrões tudo é permitido e possível; aos subalternos cabe sofrer em silêncio⁶⁷.

⁶⁵ Artigo de Roberto Requião: Não aceito este salário.

⁶⁶ Jornal ‘O Estado do Paraná’, 27/11/1992, p.02.

⁶⁷ Artigo de Roberto Requião: A favor do povo.

4.5 SENADOR DA REPÚBLICA (1994-2002)

Como senador, Requião teve a maior votação proporcional da história do Paraná com 2.301.209 votos. O quadro a seguir mostra o resultado das eleições para o Senado, considerando apenas os candidatos do Paraná. Observa-se que a diferença de votos entre Requião e Osmar Dias foi de aproximadamente 900 mil, algo realmente extraordinário:

QUADRO 6 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O SENADO DE 1994⁶⁸

SITUAÇÃO	CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS
Eleito	Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	2301209
Eleito	Osmar Fernandes Dias	PP	1449698
Não Eleito	Antonio Celso Garcia	PRN	896511
Não Eleito	José Carlos Gomes de Carvalho	PTB	695887
Não Eleito	Hélio Moacyr de Souza Duque	PSDB	457367
Não Eleito	Pedro Irno Tonelli	PT	317764
Não Eleito	Luiz Carlos Borges da Silveira	PPR	202320
Não Eleito	Flaminio de Oliveira Rangel	PSTU	80528
Não Eleito	Iran Getúlio Zanini Longhi	PRONA	59551

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.⁶⁹

Requião enfrentou, novamente, problemas com o Judiciário, que cassou seu mandato, assumindo, com isso, o cargo de senador *sub judice*⁷⁰.

Enquanto a justiça invalidava os 72% dos votos obtidos nas eleições para o Senado, Requião desabafava: “Por trás de tudo isso, esta a tendência do judiciário comigo porque eu me recusei a aumentar o salário dos juízes quando era governador e não tinha orçamento suficiente para isso”.⁷¹

Após vários entraves para assumir o Senado, Requião saiu vitorioso perante a justiça eleitoral, que validou sua posse.

Em Brasília, Requião foi presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; relator da CPI dos Títulos Públicos, emitidos para pagarem precatórios; presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e também

⁶⁸ Candidatos do Paraná.

⁶⁹ Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

⁷⁰ Cargo pendente em juízo de deliberação judiciária junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Supremo Tribunal Federal.

⁷¹ Extraído do ‘Jornal do Estado’, 20/11/1996, p.03.

desvendou a chamada ‘Cadeia da Felicidade’, que consistiu no fechamento de três bancos e dezoito corretoras de Títulos e Valores Mobiliários por apresentarem irregularidades.

No Senado, Requião destacou-se por ser um político movido à indignação e de caráter contestador – um período de reflexões sobre a política. Publicou alguns trabalhos⁷² e escreveu vários artigos reflexivos sobre o cenário político na esfera nacional e regional (Ver Anexo nº 05). Também travou alguns conflitos contra o PMDB, seu partido, por apoiar algumas políticas neoliberais executadas por Fernando Henrique Cardoso. Apresentou dezenas de projetos de lei, resoluções e portarias, disciplinando a emissão de Títulos Públicos aos Fundos de Pensão e fiscalizando os crimes de lavagem de dinheiro.

Uma ação política que gerou muita polêmica foi a medida que consistia na quebra de sigilo bancário e determinava:

- a) Quebrar o sigilo bancário de todos os que detenham cargos públicos nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em todos os níveis. Quem tem cargo público, no Brasil, não deve temer o sigilo de suas contas. Esta medida inclui também os dirigentes partidários.
- b) Que as investigações sobre os processos de corrupção não fiquem restritas à CPI do Legislativo, mas que incorporem representantes da sociedade civil, como OAB, ABI, CUT, FIESP, SGT, CNBB e outros.
- c) Que as investigações recuem no tempo necessário e ampliem o âmbito de seus interesses para revelar todos os aspectos do processo de corrupção do país.
- d) Que é fundamental a revelação imediata pela imprensa de todos os fatos e denúncias. Não há, no momento, nada que justifique sigilo perante a opinião pública, que deve se constituir no principal julgador moral deste processo.

⁷² ***Administração Participativa em Curitiba**. Revista do PMDB, v.2, n.5, p.89-94, maio/junho de 1983; ***Há outro caminho: Elementos para uma proposta para o crescimento**. 2. Ed. Curitiba, 1994.17 p.; ***O real e o não-governo**. Brasília: Senado Federal, 1995. 6 p. (discurso proferido na sessão do Senado Federal em 11/08/1995); ***Rússia: Eleições e Máfia**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996, 15 p.; ***Sem medo de sermos brasileiros, há um outro caminho**. Brasília: Senado Federal, 1995.8 p. (discurso proferido na sessão de 19/06/1995).

Este projeto causou muita agitação entre os três poderes. Sobre o fato, Requião afirma:

Passar o Brasil a limpo é imperativo de consciência. Todo cidadão cioso de sua dignidade e direito exige a ruptura com as formas viciadas de fazer política. As denúncias de corrupção chegaram a um tal ponto que não se aceita mais conversa mole e nem meias verdades. A nação está perdendo a confiança em seus representantes e dirigentes. Em sintonia com o anseio por um país limpo, encaminhei ao Conselho Nacional do meu partido, o PMDB, uma proposta que, espero, seja acolhida e posta em prática. Não basta a CPI encaminhar o resultado das suas investigações para a Comissão de Constituição e Justiça e a decisão do Plenário. É preciso ampliar e aprofundar a investigação, abrindo os caminhos, conexões e envolvimento da corrupção no Poder Público. Para isto, algumas medidas são fundamentais. A primeira delas é a quebra de sigilo bancário de todos quantos detêm cargo público, no Judiciário, Executivo ou Legislativo, bem como de quantos sejam candidatos a cargos eletivos. Quem ocupa ou pretende ocupar cargo público não pode, nem deve, querer manter segredo sobre suas posses e negócios. Com certeza, homens honrados, que são a maioria, não hesitarão em abrir suas contas e serão protegidos pela exposição clara dos seus haveres.⁷³

Requião apresentou, ainda, um projeto de lei no qual todo cidadão tem direito de resposta quando agredido por algum veículo de comunicação. Obteve a aprovação do projeto, agradando, principalmente, a classe política.

4.6 SEGUNDO GOVERNO (2003-2006)

As eleições de 2002 foram disputadas em segundo turno, tendo como candidatos Álvaro Dias e Roberto Requião, antes aliados, agora rivais políticos. Álvaro se manteve na liderança durante boa parte do processo eleitoral, mas Requião obteve destaque nos últimos debates, demonstrando uma postura crítica e apresentando propostas mais elaboradas, sendo este o fator decisivo para a sua vitória.

O quadro abaixo, mostra o resultado do primeiro turno das eleições para governador. Pode-se observar que Álvaro Dias vence Requião por aproximadamente

⁷³ Artigo de Roberto Requião: Não existe político meio sério.

270 mil votos, levando as eleições para o segundo turno:

QUADRO 7 – PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002

CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS
Álvaro Fernandes Dias	PDT	1616047
Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	1347353
Rubens Bueno	PPS	362464
José Gladston Bispo	PRONA	1814
Jamul Nakad	PRTB	2869
Severino Nunes de Araújo	PSB	47903
Giovani Gionedis	PSC	26567
Cirus Itibere da Cunha	PSD	3351
Carlos Alberto Richa	PSDB	888837
Claudemir Figueiredo Pessoa	PSTU	5517
Roque Zimmermann	PT	842399
Abrahão Barbosa Emílio Júnior	PTC	1495

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.⁷⁴

Nas eleições do segundo turno, repete-se o cenário das eleições de 1990, e Roberto Requião vence de virada por aproximadamente meio milhão de votos, conforme se verifica no quadro a seguir:

QUADRO 8 - RESULTADOS DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002

CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS	% VÁLIDOS
Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	2681811	55,15
Álvaro Fernandes Dias	PDT	2180922	44,85

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.⁷⁵

Requião assumiu o governo no primeiro dia do ano de 2003, e no discurso de posse estava muito emocionado, principalmente quando lembrou do exemplo de seus pais: “tive com eles ensinamentos de honra e de compromisso com os mais humildes”⁷⁶. É relevante destacar alguns fragmentos do seu discurso de posse ⁷⁷:

Pela segunda vez, pela vontade do povo, assumo o Governo do Paraná. E venho novamente para mudar. O voto dos brasileiros, o voto dos paranaenses foi uma clara,

⁷⁴ Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

⁷⁵ Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

⁷⁶ Jornal ‘Gazeta do Povo’, 02/01/2003, p.03.

⁷⁷ Agência Estadual de Notícias do Paraná.

irretocável manifestação pela mudança. Toda a minha campanha e todo o meu programa de governo tiveram como centro a proposta da mudança. Mudança de prioridades, mudança de estilo. E assim vai ser. Hoje, os olhares dos brasileiros voltam-se para o Planalto Central. Quero acreditar que este primeiro de janeiro não seja apenas o primeiro dia de um novo ano, e sim o dia inaugural de um novo tempo. O primeiro dia da reconstrução de uma sociedade sem fome, sem desemprego, sem miséria, sem exploração, sem a ofensa e a humilhação da exclusão. O primeiro dia da construção da mais bela das utopias que o homem sonhou. A utopia de um país fraterno e feliz. Quero acreditar que hoje seja o primeiro dia da recriação. É claro, nada se faz ou se desfaz em um passe de mágica. Tantos séculos de domínio de determinados interesses não se desmoronam com o sopro do nosso entusiasmo, com o nosso grito, com a nossa vontade de mudança. É apenas, pode ser apenas, o primeiro dia da recriação. As tarefas das transformações são imensas. Incrustaram-se em nossa sociedade tantos privilégios. Tantas distorções fizeram-se usos e costumes. É tão gigantesco o abismo da desigualdade. É tão cruel a realidade da exclusão. É tão empedernida quanto encarquilhada pelo tempo a insensibilidade das elites, eternamente presa de um egoísmo mesquinho, que não vê, que não ouve, que não sente. É preciso que as nossas elites finalmente transformem-se em cidadãos brasileiros. Integrem-se à realidade nacional e deixem de ver o país do alto de seus privilégios. Pode parecer duro afirmar e desconfortável ouvir, mas parte das elites descende diretamente dos que reprimiram os movimentos nativistas, enforcaram Tiradentes, sufocaram os movimentos libertários, impuseram ao país o crime hediondo da escravatura, afastaram por séculos o povo do centro das decisões, parasitaram primeiro a Colônia, depois o Império, por fim a República. Deram o golpe de 64 e chegaram até mesmo a financiar a repressão aos que resistiam à ditadura.

Seu primeiro ato no governo foi assumir a Secretaria de Segurança, por 90 dias, com o intuito de eliminar a chamada “banda podre” da polícia e também valorizar os bons policiais. Para tanto, sua primeira providência como governador foi mudar o estatuto da Polícia Civil e colocar dois membros do Ministério Público no conselho desta polícia, quebrando o protocolo de designar somente delegado de primeira classe no Conselho, o que gera o corporativismo dentro da instituição. Com essa medida, Requião ampliou seu espaço de ação: “no início serei eu quem ficará à frente da Secretaria de Segurança. Temos de fazer uma limpeza nas polícias do Paraná e rever algumas legislações do setor.”⁷⁸

Requião decretou moratória⁷⁹, por um período de 90 dias, para conferência

⁷⁸ Jornal ‘Gazeta do Povo’, 20/12/02 p. 11.

⁷⁹ Suspensão dos pagamentos do governo do Estado.

dos gastos e contratos firmados pela gestão anterior – governo Jaime Lerner. Conforme a análise desta auditoria, Requião anulou os contratos de publicidade do Estado firmados com as agências Master Comunicação e Marketing, Fischer América (Heads), Opus Múltipla, Loducca Publicidade Ltda., Get Propaganda Ltda. e Propeg Comunicação Social e Mercadológica. Tais contratos, com validade de dois anos, foram assinados por Lerner em 2000 e apresentavam irregularidades uma vez que o governo anterior tinha elevados gastos com publicidade. Outro ato notório do governador foi diminuir as taxas de impostos da pequena empresa e zerar as taxas das microempresas, ou seja, isentá-las das taxas para que gerassem mais empregos.

4.6.1 Políticas Sociais

Requião lançou o projeto ‘Luz Fraterna’, na Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo, por ser considerada uma das regiões mais pobres do Estado do Paraná. Este projeto tem como intuito isentar as famílias paranaenses de baixa renda do pagamento da conta de luz. Considerado um dos maiores programas de transferência de renda realizado no Brasil, o ‘Luz Fraterna’ pretendia atingir e atingiu cerca de 200 mil famílias, ou seja, aproximadamente 700 mil pessoas. Os beneficiários deste programa são os consumidores que utilizarem até 100 kWh/mês, estarem cadastrados no programa social do governo federal e ainda não possuírem mais de uma conta cadastrada no mesmo nome. Já o ‘Luz Legal’ visa regularizar o uso da energia elétrica em comunidades que a obtêm de forma clandestina. E o programa ‘Energia Barata’ coloca o Paraná como o Estado de menor tarifa de energia elétrica do país.

A ‘Tarifa Social’, que buscou reduzir o valor da conta de água da população carente, será de cinco reais pelo consumo de dez metros cúbicos ao mês. Para as residências que possuem esgoto, este valor aumenta para R\$ 7,50.

Outro projeto lançado na Vila Zumbi dos Palmares chama-se ‘Direito de Morar e Casa da Família’, coordenado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em parceria com o governo federal e prefeituras locais. Trata-se de um

programa destinado à regularização de favelas e áreas invadidas, e destina-se às famílias com renda mensal média de até três salários mínimos.

De grande impacto social, como prometido na campanha política, o programa ‘Leite das Crianças’, contemplado primeiramente por Cândido de Abreu, é integrado pelas secretarias do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), da Agricultura e Abastecimento (SEAB), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Educação (SEED) e da Saúde (SESA). O programa recebeu no ano de 2003 cerca de dez milhões de reais da SETP e beneficia mais de dez mil crianças diariamente, sendo distribuídos mais de 250 mil litros de leite por mês⁸⁰. Este programa atingiu até 2004 aproximadamente 178 mil crianças paranaenses que recebem 1 litro de leite todos os dias. Já o Programa ‘Paraná em Ação’ torna gratuitos alguns serviços essenciais à população, como a feitura de documentos e certidões de várias espécies.

Os moradores da Vila Audi União, em São José dos Pinhais, foram os primeiros beneficiados com o projeto ‘Luz Legal’. A iniciativa visa levar energia elétrica à população de baixa renda, que reside em regiões irregulares, coibindo os “gatos” que colocam a vida das pessoas em risco.

Com os Decretos nº 246 e nº 247, vários pequenos e micro-empresários estão sendo beneficiados com o programa de isenção de ICMS, ou seja, os empresários oferecem empregos em troca do desconto na tributação. Vale ressaltar também a criação do programa ‘Primeiro Emprego Residência Técnica’, que oferece a possibilidade do ingresso no mercado de trabalho em órgãos públicos aos recém-formados dos cursos de Engenharia e Arquitetura. Através destes programas, Requião pretende viabilizar maiores chances para os jovens entrarem no mercado de trabalho. Também houve o retorno do programa ‘Bom Emprego’, que visa adiar o recolhimento de ICMS num período de até oito anos para investimento e ampliação da produção. Outra política em prol da criação de novas frentes de emprego é o ICMS da luz, isto é, a dilação por quatro anos desse imposto incidente na conta de luz.

⁸⁰Revista: PARANÁ CIDADÃO, outubro/novembro de 2003.

Outra medida que causou impacto no funcionalismo público foi a retomada da carga horária integral de trabalho nas secretarias estaduais e nos órgãos vinculados ao governo do Paraná, devido à solicitação de Roberto Requião junto à Casa Civil de um decreto para acabar com o meio expediente nas unidades administrativas do Estado. O governador salientou: “o cidadão paranaense terá de volta as portas das repartições públicas abertas em horário normal”.⁸¹

O setor financeiro também não escapou das reformulações elaboradas por Requião. Com o *slogan* "dinheiro público em banco público", ele trocou o monopólio do Itaú na movimentação das contas do Estado pelo Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições do governo federal. O Itaú havia herdado as operações financeiras do Paraná no governo Lerner, logo após a aquisição do Banestado, o banco local.

O governo também determinou, por decreto, que todos os veículos do Estado fossem identificados como sendo do Governo do Paraná, a fim de coibir a utilização indevida destes. Nas palavras de Requião: “o objetivo é permitir que qualquer cidadão reconheça facilmente um carro público e, caso constate eventuais abusos na utilização, possa formular denúncias”.⁸²

Já o piso salarial estadual (salário mínimo diferenciado) visa beneficiar os profissionais do Paraná que não pertencem a categorias organizadas e que não têm negociação salarial coletiva com o maior salário mínimo do país, ou seja, R\$437,80. A camada que está sendo mais favorecida é a dos empregados domésticos.

4.6.2 Políticas de Segurança Pública

Requião retomou alguns projetos implantados em suas gestões anteriores, como a ‘Patrulha Escolar’, o ‘POVO’ (Policimento Ostensivo Volante) e o ‘Rodar’.

A ‘Patrulha Escolar’ pretende criar uma maior interação entre a Polícia

⁸¹ Jornal ‘O Estado do Paraná’, 30/09/2003, p.05.

⁸² ‘Jornal do Estado’, 22/01/2003, p.02.

Militar e a comunidade, coibindo a infiltração de gangues e pessoas ligadas ao tráfico nas escolas, vigiando, para tanto, os horários de entrada e saída dos estudantes nas escolas públicas.

No projeto ‘POVO’, a Polícia Militar dispõe de computadores portáteis, que possibilitam um contato direto e rápido com sua base, além de telefones celulares e novas viaturas. São distribuídos aos moradores cartões contendo instruções e os telefones para contatar os policiais da região.

4.6.3 Políticas Culturais e Educacionais

No aspecto cultural, Requião, além de dar continuidade ao programa ‘Teatro Para o Povo’, instituído em seu primeiro governo, lançou o programa ‘Paranização’, que em parceria com o Centro Cultural Teatro Guairá, almeja democratizar e descentralizar a cultura produzida nas regiões do Paraná. O programa visa transformar o Teatro Guairá num centro cultural irradiador, levando a cultura às mais diversas cidades paranaenses e trazendo destas inovações culturais para a capital.

Na questão educacional, Requião mostrou-se preocupado com a chamada “terceirização da educação” e, imediatamente, realizou concursos públicos para suprir a carência de professores no Ensino Médio e Fundamental. Como já havia feito em seu primeiro governo, foram admitidos cerca de 34 mil professores via concurso. Também implementou o Plano de Cargos e Salários para os professores, que tiveram reajustes de 33 a 102%. Na esfera educacional, aconteceu ainda o retorno dos cursos profissionalizantes, que haviam sido extintos no governo Lerner. Também foi criado o portal ‘Dia-a-Dia Educação’, como ferramenta pedagógica interligando professores, alunos e governo. Outra política interessante, implementada a longo prazo, é o ‘Paraná Digital’, a partir do qual se objetiva equipar todas as escolas do Paraná com computadores. É importante citar ainda os projetos ‘FERA’, ‘Com Ciência’ e o retorno dos Jogos Colegiais, como atividades complementares e extra-classe.

Em parceria com a Secretaria da Educação e a Associação dos Magistrados

do Paraná, foi criado o projeto 'Justiça se Aprende na Escola', que, para Roberto Portugal Bacelar, presidente da Associação dos Magistrados, visa a distribuição de cartilhas às crianças, escritas por magistrados, em linguagem simples, contendo conceitos de cidadania, ética, justiça e conscientização sobre os direitos e a forma de exercê-los, construindo-se um novo paradigma educacional, baseado em princípios de ética e cidadania.

Uma característica interessante deste governo é o fato de Requião expor suas realizações e idéias, enquanto governador do Paraná, utilizando-se de cartilhas explicativas e da própria TV Educativa e através da "Escolinha do Governo", com o intuito de prestar contas aos paranaenses. A respeito da postura política adotada, ou da conseqüente aparição na mídia, Requião relata: "Meu humor é negro e pesado. E eu faço do humor pesado e da ironia armas fundamentais da minha atividade política. Fiz isso desde sempre. Mas um dia aprendi com o Gramsci que era muito importante o desgaste das imagens autoritárias, dos donos das mídias, dos mitos da política, das artes; uma boa ironia dissolve as falsas imagens"⁸³.

4.6.4 Os Bingos

Uma das medidas mais polêmicas da segunda gestão do governo Roberto Requião foi o fechamento das casas de bingo e das vídeo-loterias e a proibição dos jogos de azar, como o Pimba. Foram assinados dois decretos pelo governador Roberto Requião, em abril de 2003, revogando as resoluções que permitiam o funcionamento destes jogos.

O governador afirmou que "o governo do Estado não age mais sozinho, sendo necessária a ajuda do Ministério Público e da Justiça", lembrando que, caso haja necessidade, processos criminais e ações civis podem garantir o fechamento das casas de jogos.

Para justificar o fechamento das casas de jogos, Requião utiliza como

⁸³ 'Correio de Notícias', 08/07/1990, p.05.

argumento a lavagem de dinheiro existente em tais estabelecimentos:

O governo do Estado determinou o fechamento das casas de bingo alegando que elas teriam ligação com a lavagem de dinheiro e o narcotráfico, sem apresentar provas que corroborassem com a acusação. Foi essa mesma linha de raciocínio que me levou a requerer a CEI. Quero saber qual a ligação dos secretários de Estado com o bingo e, ao mesmo tempo, investigar se a justificativa do governo é verdadeira ou não.⁸⁴

4.6.5 O Movimento dos Sem Terra (MST)

No Paraná há 72 municípios com IDH abaixo da média brasileira, ou seja, mais de dois milhões de paranaenses vivem abaixo da linha de pobreza. Integrantes do MST estão dentro dessa estimativa. Para Requião, o MST é “um mal necessário” quando consiste em um movimento organizado, podendo auxiliar o Estado na diminuição das desigualdades sociais:

O MST me dá um interlocutor, sei com quem eu falo, posso mediar, posso negociar uma ocupação. Eles fazem besteira, mas, o MST evita o vandalismo desordenado no interior do Brasil. Eu quero que no Paraná tenha o MST. Em Pernambuco existem mais de 30 grupos e virou o caos. Se entre os dois milhões de miseráveis do Paraná não houver o mínimo de organicidade, vou ter assalto a armazéns.⁸⁵

Para demonstrar o respeito do governo com o Movimento em relação aos direitos humanos, quando há a necessidade de uma desocupação, esta se dá mediante a convocação da nacional e internacional, usando a força policial somente durante o dia, e sendo a retirada em questão assistida por um representante do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Requião profere sobre o assunto: “eu não diria que concordo com tudo que o MST (Movimento dos Sem terra, que integra a Vila Campesina) faz,

⁸⁴ Jornal ‘Gazeta do Povo’, abril de 2003, p.03.

⁸⁵ Jornal ‘O Estado do Paraná’, 31/07/2003, p.02.

mas se ele não existisse, a população pobre poderia morrer embaixo da ponte que o capital e os grandes interesses ignorariam a sua existência. Os movimentos sociais são importantíssimos”.

4.6.6 Transgênicos e Pedágios

Roberto Requião proibiu o embarque de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá sob a alegação de que as empresas de biotecnologia ainda não tinham respostas concretas para os possíveis impactos das mudanças genéticas nas pessoas e no meio ambiente, afirmando constantemente em seus discursos que “manter a soberania sobre a multiplicidade das sementes desenvolvidas pelos produtores brasileiros é fundamental para a independência do Estado e do país”, e segue:

A soja transgênica representa a dominação dos nossos agricultores. Nossa reação contra ela no Paraná não é apenas contra o monopólio da Monsanto, mas também para que possamos, progressivamente, evidenciar aos consumidores a qualidade do que é produzido e exportado pelos produtores paranaenses. (...) Se a produtividade da soja transgênica fosse realmente fantástica, poderíamos até pensar em plantá-la, mas a produtividade paranaense é uma vez e meia maior que a americana. (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2005)

O governador proibiu o plantio⁸⁶, a comercialização e a exportação de soja transgênica, e passou a pleitear junto ao Ministério da Agricultura que o Paraná seja considerado ‘Área Livre de Transgênico’. Através de um decreto regulamentado a Lei 14.861/05, Requião determina a rotulagem dos produtos comercializados no Estado que contenham ingredientes transgênicos.

Já nas estradas, Requião vive uma verdadeira guerra judicial. Existem 38 ações em andamento contra as empresas concessionárias, que, segundo ele, conseguiram do ex-governador Jaime Lerner contratos desfavoráveis ao Estado. O

⁸⁶ Apenas 574 produtores do Paraná possuem licença para plantar a soja transgênica, mediante assinatura de um Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento junto ao Ministério da Agricultura.

governador defende o fim dos pedágios, os quais considera "uma aberração", e é contra a transferência das rodovias à iniciativa privada, alegando que o Paraná arrecada o suficiente para as obras rodoviárias.

As atividades norteadas pela ética são diretamente relacionadas a duas formas: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira pressupõe uma crença em algo “visto” como imutável e atemporal, e a segunda se refere à lógica da realidade, da ação movida pelos fatos. Cabe salientar que as duas se relacionam de alguma maneira, apesar de serem independentes.

Através dessa classificação weberiana, podemos visualizar algumas ações de Requião na política seguindo o modelo da ética da convicção, como no caso da formação de seu grupo político, pouco variável em suas gestões, e também pelo formato aderido por ele em suas políticas públicas, que, muitas vezes, se repetem em seus pleitos. Requião utiliza-se dos dois modelos “éticos” de Weber, como no caso dos transgênicos, dos bingos e dos conflitos com as concessionárias do pedágio no Paraná, nos quais segue os pressupostos da responsabilidade do político junto às suas convicções. Isto pode se visualizado na citação abaixo sobre a transgenia:

O Paraná não tem transgênicos. Temos menos de meio por cento da nossa cultura de soja contaminada pela transgenia. Qualquer coisa acima de um por cento faz com que o mercado internacional considere o produto transgênico; estamos vendendo os nossos produtos vinte por cento acima do valor de mercado. Então, por que vamos poluir a nossa safra, perder receita, para estimular um jogo Monsanto de cobrar patentes sobre a agricultura brasileira? A transgenia reduz o Brasil.⁸⁷

4.7 TERCEIRO MANDATO NO GOVERNO DO PARANÁ

Novamente, a disputa política do Estado centra-se em Requião e na família Dias, mas agora é Osmar o principal concorrente. O quadro abaixo mostra o resultado

⁸⁷ Revista Caros Amigos, 2005, p.33.

do primeiro turno das eleições de 2006, no qual Requião vence Osmar por 230 mil votos de diferença:

QUADRO 9 – PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006

Candidatos	Partido	Votos	% válidos*
ROBERTO REQUIÃO	PMDB	2.321.217	42,81
OSMAR DIAS	PDT	2.093.161	38,6
FLAVIO ARNS	PT	506.825	9,35
RUBENS BUENO	PPS	437.689	8,07
MELO VIANA	PV	30.501	0,56
LUIZ FELIPE	PSOL	14.914	0,28
ANA LUCIA PIRES	PRTB	9.993	0,18
LUIZ ADÃO	PSDC	3.023	0,06
JORGE MARTINS	PRP	2.400	0,04
ANTONIO ROBERTO FORTE	PSL	2.119	0,04
IVO SOUZA	PCO	781	0,01

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.⁸⁸

* Percentuais considerando apenas 2 casas decimais.

Um fator interessante que pode ser verificado na contraposição das duas tabelas referentes ao primeiro turno das eleições de 2002 e 2006 é o fato de Requião ter perdido para Álvaro Dias em 2002 por 268.694 votos e, nas eleições de 2006, ter vencido Osmar Dias por 228.056, proximidade numérica que ressalta a competitividade política no Paraná entre Requião e “os” Dias. Porém, o que ocorreu no segundo turno foi completamente diferente das eleições de 2002, a qual Requião venceria por aproximadamente 500 mil votos, como se pode observar a seguir:

QUADRO 10 – SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2006

Candidato	Partido	Votos	% válidos
Roberto Requião de Mello e Silva	PMDB	2668611	50,1
Osmar Fernandes Dias	PDT	2658132	49,9

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.⁸⁹

Nas eleições mais disputadas da história do Paraná, Roberto Requião vence Osmar por apenas 10.479 votos, e discursa em sua posse⁹⁰:

⁸⁸ Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

⁸⁹ Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

⁹⁰ Agência Estadual de Notícias do Paraná.

Por escolha dos paranaenses, assumo pela terceira vez o Governo do Estado. Na verdade, estou pouco interessado em marcas históricas, em recordes. O que importa não é o tempo em que estive e que ainda vou estar no Palácio Iguazu. O que conta são as realizações, o que fizemos no primeiro e no segundo mandato. As obras, e também as palavras. Já que nunca dissocie a ação do discurso. De todas as disputas, desde que fui eleito deputado em 1982, esta foi a mais difícil de todas. Não acredito que, ao longo da nossa história republicana, tenha havido no Paraná um pleito tão renhido quanto este.

O terceiro mandato de Roberto Requião inaugura uma situação inédita no Paraná: pela primeira vez na história do Estado, um governador é eleito três vezes. Anteriormente, Manoel Ribas também tinha estado à frente de três mandatos, mas em dois deles foi como interventor, por determinação do governo federal. Segundo OLIVEIRA (2006), “a reeleição de Requião representa o apoio da população ao compromisso com as políticas sociais e ao esforço de reconstrução do Estado, uma visão totalmente diferente do governo anterior, que era pautado pelos interesses privados”.

Como o terceiro mandato está em andamento, seria inviável intentar uma análise. Pode-se salientar que a plataforma de campanha de Roberto Requião está baseada na continuação e ampliação dos programas implementados no governo anterior – ‘Luz Fraterna’, ‘Tarifa Social’, ‘Leite das Crianças’, entre outros. Uma das propostas mais criticadas seria o programa ‘Estradas da Liberdade’, que visa a construção de estradas alternativas para se desviar das estradas pedagiadas.

Há de se destacar também a relação conflituosa entre o político e os meios de comunicação (em especial a ‘Gazeta do Povo’ e a rádio CBN), que foram alvo de críticas por parte de Requião no dia seguinte a sua reeleição.

4.8 REDES SOCIAIS

De acordo com Oliveira (2007)⁹¹, o estudo dos ricos e poderosos é, antes de

⁹¹ Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº18, jun./dez 2007, p.150-159.

qualquer coisa, o estudo sobre uma ampla rede social (Marques, 1999) e política de interesses. Muitas vezes, as conexões e os capitais sociais e políticos são acumulados ao longo de diversas gerações. No Brasil, a ação social e econômica dos poderosos fundamenta-se em torno do aparelho do Estado, como forma direta e indireta de controle do fluxo de informações, capitais e privilégios essenciais para a reprodução da classe dominante.

As teias de sociabilidade que compõem o campo político são observadas na categoria de ‘configuração’ de ELIAS (1999), que possibilita visualizar as redes que existem entre indivíduos e instituições, ou seja, analisar as interações dos indivíduos dentro de um determinado espaço social, sendo que o conceito de ‘configuração’ inviabiliza uma análise micro-social, ou ainda, egocêntrica, em detrimento de uma perspectiva totalizadora ou macro-social.

A idéia de ‘configuração’ do autor propõe uma forma de teia de interdependência entre os agentes, ou jogadores, orientados e unidos uns aos outros, a qual possibilita uma análise mais realista das relações sociais. “O decurso do próprio jogo tem poder sobre o comportamento e pensamento dos jogadores individuais, uma vez que suas ações e idéias não podem ser explicadas e compreendidas se forem consideradas em si mesmas: precisam ser compreendidas e explicadas no interior da estrutura do jogo”. (p.104)

Considerando as constantes mutações do jogo, devido às relações de poder, decorrentes de um processo no qual o singular e o plural são integrantes de um mesmo espaço, as jogadas e estratégias dos jogadores alteram seus posicionamentos iniciais, interferindo não apenas nos demais jogadores, como também nos outros jogos.

... a configuração formada pelos jogadores é tão concreta como os próprios jogadores. Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo o que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados, ou adversários (p.142).

Visto isso, abordaremos na última seção as características do grupo político⁹² que acompanha Roberto Requião em suas gestões políticas, destacando os secretários do Estado e citando os ocupantes dos demais cargos de confiança no início de cada administração.

4.8.1 Secretariado nas administrações políticas de Requião

Os estudos qualitativos sobre o conjunto das políticas de Requião nos mostram que os critérios políticos e ideológicos de suas administrações têm se mantido firmes, principalmente no que tange os secretariados, tanto dos seus mandatos no governo quanto na prefeitura. Podemos pensar nessas atitudes de comprometimento com sua base e aliados políticos partindo do princípio do risco de mudanças, da “lógica da política”, ou seja, os problemas que alterações poderiam trazer. O conceito de ‘rede social’, como determinante no processo menos diferenciado das classes desprovidas de fortuna, também é importante para se entender tal questão.

HAYES (1992) alerta que o conceito de risco é um campo acadêmico que não tem fronteiras definidas. Conseqüentemente, são comuns as lacunas conceituais nas distintas produções sobre a temática. Como observa o autor, a linguagem utilizada para definir tal conceito precisa ser hermeneuticamente analisada. Introduzido como noção no século XVII, o risco podia designar, numa lógica de jogo, a probabilidade de um evento ocorrer, combinado à magnitude das perdas e dos ganhos que isso poderia acarretar.

A racionalidade individual é a unidade sobre a qual se construiu toda uma trajetória de estudos e de orientação para se evitar riscos em qualquer área, como na política. Segundo essa lógica, o indivíduo devidamente informado será capaz de escolher, dentre muitas opções de ações, aquela que não lhe trará danos.

⁹² Aludiremos aos secretários que foram designados no início de cada gestão.

As influências dessa lógica racionalista, cuja inspiração iluminista se mostra evidente (a razão que liberta o homem das trevas da ignorância e das crendices), autorizam denominar de irracional (ou irresponsável) todos os "desvios" entre o "conhecer" e o "bem agir". A ação designada por WEBER (1992) como "ação racional relativa a fins" seria o tipo ideal deste enfoque: "(...) age de modo racional com relação a fins aquele que orienta a sua ação conforme o fim, meios e conseqüências implicadas nela e nisso avalia racionalmente os meios relativamente aos fins, os fins com relação às conseqüências implicadas e os diferentes fins possíveis entre si" (p. 418).

O conceito de rede social recebeu, na Antropologia Social, diversas designações e classificações (rede aberta, fechada, finita, infinitiva, de baixa ou alta densidade). Tornou-se um conceito extremamente operativo para o estudo das sociedades contemporâneas, sobretudo, por propiciar uma leitura dinâmica das interações sociais, oferecendo, assim, uma alternativa à interpretação "fixista" dos "papéis sociais", preconizada pela teoria estrutural funcionalista.

Nas Ciências Sociais, o conceito de rede social tornou-se um importante instrumento na "teoria da ação social". A definição aqui adotada, na sua forma mais simplificada, define a rede social como "um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos" (BARNES, 1987).

De acordo com MARQUES (2000), todas as esferas e instituições da sociedade estão interligadas por redes sociais, que conectam um indivíduo a outros, formando uma teia de dependência e de trocas recíprocas. "Os vínculos entre pessoas, grupos e organizações constituem em seu conjunto uma rede de relações complexa e dinâmica, que dá base tanto às relações entre agentes públicos e privados quanto às associações entre atores individuais ou coletivos no poder público e no interior da burocracia." (MARQUES, p.287).

Segundo OLIVEIRA (2007), rede política seria uma conexão de interesses envolvendo empresários e cargos políticos no aparelho estatal em diferentes esferas de poder: no Executivo, Legislativo, Judiciário e em outros espaços em função de operações de benefício mútuo e de ações político-financeiras articuladas na

informalidade. Como exemplo, o autor profere:

Esse é o caso de um grande empreiteiro que, ao participar de licitações de obras públicas realizadas por prefeituras e secretarias de governo, tenha conexões com deputados, desembargadores e/ou conselheiros do Tribunal de Contas, bem como com funcionários de segundo escalão e jornalistas, em uma rede política formada para comporem uma unidade de ação político-financeira de mútuo interesse e benefício. (OLIVEIRA, 2007, p. 151)

Podemos pensar que as boas relações entre os indivíduos e as barganhas políticas fizeram e fazem das administrações de Requião um governo com poucas mudanças na estrutura de seu grupo político.

Na prefeitura de Curitiba, em 1986, Requião criou seu grupo político de secretários municipais, os quais desempenharam esforços em sua carreira política. Vários continuam com ele no atual governo.

QUADRO 11 – INTEGRANTES DO GRUPO POLÍTICO DA PREFEITURA EM 1986 E SEUS CARGOS NO SEGUNDO GOVERNO

Nome	Cargo	
	Prefeitura	Atualmente
Adhail Sprenger Passos	Vice-prefeito	Falecido
Goya Campos	Assessor Legislativo	Conselho Penitenciário
Omar Akel	Coordenador de Programas	Diretor-presidente da Mineropar ⁹³
José Maria de Paula Correia	Secretário do Governo	Prefeito de Matinhos
Erickson Diotaveli	Secretário de Administração	Secretário de Estado da Administração
Heitor Wallace de Mello e Silva	Secretário de Finanças	Diretor Administrativo da Sanepar
Gilberto Serpa Griebeler	Secretário Municipal do Material	Diretor-superintendente da Copel
Nilson Pohl	Secretário da Comunicação Social	Diretor Geral da Secretaria de Obras
Stênio Salles Jacob	Secretário dos Transportes	Presidente da Sanepar
Maurício Requião de Mello e Silva	Secretário das Administrações Regionais	Secretário da Educação
Glauco Souza Lobo	Secretário de Turismo	Secretária da Cultura
Omar Sabbag Filho	Secretário de Obras Públicas	Vice-diretor do NIMAD-UFPR
Nizan Pereira Almeida	Secretário da Saúde	Secretário de Assuntos Estratégicos
Carlos Frederico Marés de Souza Filho	Secretário da Cultura	Diretor de Operações do BRDE
Jorge Miguel Samek	Secretário do Abastecimento	Diretor-presidente da Itaipu-Binacional
Elias Abrahão	Secretário do Meio Ambiente	Falecido

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

⁹³ Foi substituído por Paulo Salamuni.

No primeiro governo de Roberto Requião, em 1991, houve mudanças no secretariado, mas seu grupo político se manteve relativamente estável. Alguns nomes já conhecidos colaboraram novamente no governo, como Goya de Campos, Nizan Pereira, Homero Morinobu Oguido (falecido), Elias Abrahão (falecido), Heron Arzua e o atual presidente da COHAPAR, Luiz Cláudio Romanelli, os quais já haviam participado do secretariado do primeiro mandato de Requião. Outro importante nome foi o de Luiz Carlos Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil.

QUADRO 12 – TITULARES NO PODER EXECUTIVO (1991-1994)

Governador	Roberto Requião de Mello e Silva
Vice-Governador	Mário Pereira
Secretários de Estado:	
Casa Civil	Luiz Carlos Caito Quintana
Casa Militar	Cel. QOPN Wantuil Borges
Administração	Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho
Agricultura e Abastecimento	Osmar Fernandes Dias
Assuntos Externos	Sebastião Rodrigues de Souza Júnior** e Mauro Otero Goulart
Assuntos do Meio Ambiente****	José Tadeu Bento França e Eduardo Requião
Assuntos de Ouvidoria-Geral	João Olivir Gabardo
Comunicação Social	Luiz Fábio Campana e Gilberto Serpa Griebeler
Cultura	Gilda Poli Rocha Loures
Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Homero Morinobu Oguido
Educação	Elias Abrahão
Esporte e Turismo	Edson Gradia** e José Afonso Júnior
Fazenda	Heron Arzua
Governo*	Eduardo Requião de Mello e Silva
Indústria e Comércio***, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	Maurício Roslindo Fruet** e Adhail Sprenger Passos
Justiça e Cidadania	Goyá Campos e José Tavares da Silva Neto**
Planejamento e Coordenação Geral	Carlos Kruger Passos
Política Habitacional	Luiz Cláudio Romanelli
Procuradoria Geral do Estado	Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Saúde	Nizan Pereira Almeida
Segurança Pública	José Moacir Favetti
Trabalho e Ação Social	Djalma de Almeida César** e José Durval Matos do Amaral
Transporte	Mário Pereira

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

* Extinta em 1993.

** Deixam o cargo em 1993.

***Separação e criação de nova secretaria, assumida por Jorge Aloysio Weber em 1993.

**** Criação da Secretaria do Meio Ambiente, assumida por Eduardo Requião em 1993.

Entre outros nomes conhecidos, houve afastamentos do governo de Requião

resultantes de desacordos políticos, como Osmar Dias, atual senador, Luiz Fábio Campana, jornalista processado por Requião por manipulação de notícia, e João Olivir Gabardo e Edson Gradia, que apoiaram Beto Richa na eleição para a prefeitura de Curitiba.

QUADRO 13 – TITULARES DO PODER EXECUTIVO (2003-2006)

Governador	Roberto Requião de Mello e Silva
Vice-governador	Orlando Pessuti
Chefia de gabinete	Vanderlei Iensen
Casa Civil	Luiz Carlos Caito Quintana ⁹⁴
Obras públicas	Luís Dernizo Caron
Administração	Reinhold Stephanes
Assuntos Estratégicos	Nizan Pereira Almeida
Assuntos de Ouvidoria-Geral	Luís Carlos Delazari
Comunicação Social	Airton Pisseti
Cultura	Vera Mussi Augusto
Educação	Mauricio Requião de Mello e Silva
Esporte	Ricardo Gomyde
Fazenda	Heron Arzua
Turismo	Cláudio Roprato
Meio Ambiente	Luis Eduardo Cheida ⁹⁵
Justiça e Cidadania	Aldo Parzianello
Abastecimento	Orlando Pessuti
Política Habitacional (COHAPAR)	Luiz Cláudio Romanelli ⁹⁶
Saúde	Cláudio Xavier
Segurança Pública	Luiz Fernando Delazari
Transporte	Waldir Pugliesi ⁹⁷
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Aldair Tarcísio Rizzi ⁹⁸
Indústria, Comércio e Assuntos Mercosul	Luís Mussi
Criança, Emprego e Promoção Social	Pe. Roque Zimmermann
Planejamento	Eleonora Fruet ⁹⁹
Desenvolvimento Urbano	Renato Adur
Administração do Porto de Paranaguá	Eduardo Requião
Detran	Marcelo Almeida
Secretaria do Trabalho	Padre Roque Zimmermann ¹⁰⁰

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Segundo OLIVEIRA (2007), nepotismo, clientelismo e diferentes artifícios

⁹⁴ Substituído por Rafael Iatauro.

⁹⁵ Substituído por Lindsley Raska Rodrigues.

⁹⁶ Substituído por Rosângela Curra.

⁹⁷ Substituído por Rogério Tizzot.

⁹⁸ Substituído por Lígia Pupatto.

⁹⁹ Saiu por divergências com o governo, sendo substituída por Reinhold Stephanes que foi substituído por Nestor Bueno.

¹⁰⁰ Substituído por Emerson Nerone.

são utilizados para as finalidades e resultados das redes políticas, que operam muitas vezes nos limites da legalidade e, por vezes, na ilegalidade. Ressalta o autor:

Redes políticas são de difícil visualização para o próprio Ministério Público, também passível de ser colonizado por redes políticas específicas. Podemos pesquisar em públicos diferentes redes políticas envolvendo parentes, amigos e assessores conectados em esquemas de poder. As redes mudam e transformam-se conforme as alterações da conjuntura e dos governantes. Apresentam múltiplos e diferentes esquemas para distintos governos e atores. No entanto, seguem certa continuidade e revezamento de longa duração, muitas vezes em algumas poucas famílias políticas, e incorporam sempre novos participantes a cada conjuntura, de modo que cada governo e cada legislatura têm novas e velhas conexões em constante formação e transformação. Uma rede política pode ser bastante simples e efetiva. (p. 151)

No segundo governo de Roberto Requião, aconteceram algumas mudanças nas secretarias, porém, o seu grupo político, como já vimos na secretaria da prefeitura, permanece praticamente o mesmo, formando uma rede de relações e “confiabilidade”, vista principalmente pela mídia como uma prática nepotista, por apresentar um grande número de parentes nos principais cargos. Como exemplo, podemos citar: os irmãos Maurício (secretário da Educação), Eduardo (superintendente do Porto de Paranaguá e Antonina) e Lúcia (diretora-presidente da Provopar), a esposa de Requião, Maristela (diretora do Museu Oscar Niemeyer), o sobrinho João Arruda (secretário-geral do PMDB e diretor da COHAPAR), o primo Heitor Wallace de Mello e Silva (SANEPAR), o sobrinho Paiakan de Mello e Silva (TV Educativa), a sobrinha Danielle de Mello e Silva (Secretaria da Administração) e a cunhada Mariane Quarenghi (Museu Oscar Niemeyer), fora as relações familiares com o alto empresariado do Paraná, que formam novas redes.

QUADRO 14 – GRUPO POLÍTICO NO INÍCIO DAS GESTÕES DE REQUIÃO NO EXECUTIVO

SECRETARIAS	1986 (PREFEITURA)	1991 (GOVERNO)	2003 (GOVERNO)
TRANSPORTES	Stênio Salles Jacob	Mario Pereira	Waldir Pugliesi
COMUNIC. SOCIAL	Nilson Pohl	Luiz Fabio Campana	Airton Pisseti
EDUCAÇÃO	Ubaldo Martini Puppi	Elias Abrahão	Mauricio Requião de Mello e Silva
DESENVOL. SOCIAL	Wilson Teixeira		
ADMINISTRAÇÃO	Erickson Diotalevi	Luiz Gastão Carvalho	Reinhold Stephanes
FINANÇAS	Heitor Wallace de Mello e Silva		
MATERIAL	Gilberto Serpa Griebeler		
ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	Mauricio Requião de Mello e Silva		
OBRAS PÚBLICAS	Omar Sabbag Filho		Luís Dernizo Caron
DESENV. URBANO	Alberto Folloni Neto	Homero Oguido*	Renato Adur
CULTURA	Carlos Frederico Marés de Souza Filho	Gilda Poli Rocha Loures	Vera Mussi Augusto
ABASTECIMENTO	Jorge Miguel Sameck	Osmar Fernandes Dias	Orlando Pessuti
SAÚDE	Nizan Pereira Almeida	Nizan Pereira Almeida	Cláudio Xavier
MEIO AMBIENTE	Elias Abrahão	Homero Oguido	Luis Eduardo Cheida
MENOR	Maria de Lourdes Montenegro		
TURISMO	Glauco Souza Lobo	Edson Gradia**	Cláudio Roprato
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS		João Olivir Gabardo	Nizan Pereira Almeida
OUVIDORIA GERAL			Luís Carlos Delazari
CRIANÇA, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL			Pe. Roque Zimmermann
FAZENDA		Heron Arzua	Heron Arzua
INDÚSTRIA E COMÉRCIO		Mauricio Fruet***	Luís Mussi
HABITACIONAL		Luís Cláudio Romanelli	Luís Cláudio Romanelli
PLANEJAMENTO		Carlos Arthur Passos	Eleonora Fruet
CIÊNCIA, TEC. E ENS. SUPERIOR		Maurício Fruet	Aldair Tarcisio Rizzi
JUSTIÇA		Goya Campos	Aldo Parzianello
ASSUNTOS EXTERNOS		Sebastião Rodrigues de Souza Junior	
ESPECIAIS MEIO AMBIENTE		José Tadeu Bento França	
JUSTIÇA, TRAB. E AÇÃO SOCIAL		Djalma de Almeida César	
SEGURANÇA PÚBLICA		José Moacir Favetti	Luis Fernando Delazari

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

*Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

**Secretaria de Esporte e Turismo

***Secretaria sem os Assuntos do Mercosul

Na prefeitura de 1986, havia dezessete secretarias, algumas específicas em relação aos governos, como a de Desenvolvimento Social, Finanças, Material, Administração Regional e Menor.

Quanto aos mandatos de governo de Roberto Requião, existiram algumas mudanças estruturais, pois houveram um aumento relativo no número de secretarias, com intuito de se atingir novas demandas da população. Entretanto, a verba mensal, a base de apoio político e a forma de comando político se mantiveram.

Nesta visão, outra teoria que merece destaque é a idéia de ‘configuração’, de Elias (1999), que se desenvolve no sentido de entrever as redes e suas vinculações entre indivíduos, grupos, instituições e a sociedade global. Esta análise está vinculada ao esforço do autor em elaborar uma explicação em teia que reflita as diversas esferas de interação em que o indivíduo está inserido.

Quanto às acusações de nepotismo, Requião diz: “Não se pode traduzir o impedimento absoluto da nomeação de pessoas competentes (...) apenas pelo fato de elas terem vínculo de parentesco com uma autoridade.”¹⁰¹.

Em abril de 1999, o até então senador Roberto Requião apresentou um projeto de lei que regulamentava oficialmente o nepotismo, desde que justificado. Pela proposta, a nomeação para cargo de confiança “de cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau (...) da autoridade responsável pelo respectivo ato (...) deverá ser publicado [a] acompanhado [a] de exposição de motivos justificando a nomeação e demonstrando, pormenorizadamente, a adequação da formação e experiência profissional do nomeado com as atribuições do cargo em comissão”. Requião rebate as críticas declarando-se “um nepotista militante.”¹⁰².

¹⁰¹ ‘Jornal do Estado’, 22/12/2005, p. 03.

¹⁰² ‘Jornal do Estado’, 22/12/2005, p. 03.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E ANÁLISE DE UM PERFIL ECONÔMICO

Este capítulo pretende relacionar as políticas tratadas no capítulo anterior a uma perspectiva teórica que dê consistência e forneça uma lógica subjacente às políticas implementadas no decorrer das gestões de Roberto Requião. Para tanto, o capítulo constará de três seções. A primeira exporá alguns aspectos relevantes do federalismo brasileiro, com uma pequena ênfase no Paraná, como um instrumento de contextualização histórica necessário para uma análise da política regional. Na segunda seção serão levantadas algumas questões relacionadas à descentralização do Estado e a desigualdades sociais, as quais, juntamente com as abordadas na primeira seção, formarão o cenário de atuação política de Roberto Requião. Posto este cenário, a última seção trará uma exposição dos preceitos do *welfare state*, com a finalidade de incluir as políticas implementadas por Requião nesta corrente de pensamento de meados do século XX.

Quanto às políticas econômicas das gestões requianistas, apresentaremos os conceitos de social-democracia elaborados por Przeworski. Esta explanação será de certa forma, um pouco reducionista já que os preceitos deste modelo se referem a contextos nacionais, e o que se pretende é a apropriação de alguns aspectos para a análise do âmbito regional. Concluiremos este capítulo comparando Requião e suas políticas com os modelos teóricos apresentados.

5.1 TRAÇOS DO FEDERALISMO NO BRASIL

CASTRO (2005), embora tenha como objeto de análise as peculiaridades do setor público estadual paranaense nas quatro últimas décadas do século passado, faz um importante balanço do federalismo brasileiro para então trabalhar com a questão regional. Apropriaremos-nos aqui dos principais aspectos levantados pelo autor nessa questão, tanto nacional como local.

O estudo do federalismo analisa as relações distributivas de poder nas diferentes esferas de governo de um Estado Nacional, ou ainda, estuda a divisão do trabalho entre as unidades federativas, que distribuem direitos e deveres de bens públicos e semipúblicos. Os anéis de poder regional, existentes desde o século XIX, foram os responsáveis pela construção dos arranjos federativos frouxos, além de serem os executores das estruturas governamentais subnacionais. (CASTRO, 2004, p.7)

Esses anéis regionais estiveram presentes desde a independência do país até o início da industrialização (indústria pesada), em meados dos anos 50. Até este período, a polarização do desenvolvimento industrial da federação não foi positiva, já que o mercado interno não era integrador¹⁰³.

Segundo Castro, a descentralização e a autonomia existentes desde a República Velha até 1964, com exceção ao centralismo do Estado Novo, marcaram mais a dificuldade da formação nacional do que um arranjo federativo que propusesse a descentralização e a autonomia das unidades federadas.

A Constituição de 1891, que propunha uma república federativa, possibilitou um maior ativismo dos estados no que se refere à atuação destes nas mais diversas áreas de interesse, utilizando-se de recursos originados de operações e dívida pública, impostos de exportação e empréstimos externos. À União restaram os impostos de importação, o controle de entrada e saída de navios e algumas outras taxas (CASTRO, 2005, p.11).

É nesse ambiente que os complexos agroexportadores de alguns Estados, em especial o cafeeiro, se sobrepuseram a outros. Devido à fragilidade destes dentro do sistema, restou-lhes o abuso da tributação sobre operações interestaduais, criando-se, com isso, barreiras ao desenvolvimento interno e estabelecendo-se a dependência de recursos vindos da União.

¹⁰³ DRAIBE apud CASTRO (2005) coloca o início da indústria pesada e a constituição do mercado interno nacional como o divisor de águas das relações federativas no Brasil, ou seja, a mudança estrutural do federalismo a partir da integração nacional.

No início dos anos 60, esgota-se a forma de Estado e Federação que foi o alicerce da transformação produtiva do país. Pendências como a Reforma Agrária e a inexistência de um padrão de financiamento que comportasse o então “dinamismo” industrial haveriam de ser solucionadas. Enquanto os Estados mais dinâmicos e prósperos queriam mais autonomia, os Estados atrasados exigiam um governo federal forte para que seus interesses pudessem prevalecer nas propostas de planejamento e desenvolvimento; dentre estes encontrava-se o Paraná. Para Draibe, a crise dos anos 60 apresentou a possibilidade da existência das primeiras formas do *welfare state* brasileiro.

Durante a ditadura (1964-1984), segundo Castro, houve uma série de movimentos pendulares caracterizando a centralização e a descentralização, o “progressivo esgotamento do sistema fiscal e a reprodução de práticas de gestão descoladas de parâmetro de disciplina fiscal”. (p. 19)

No Paraná, até meados dos anos 60, não foi possível observar uma reversão do caráter centralizador do crescimento econômico. Em 70, o Estado apresentou uma grande modernização na agricultura e um intenso processo de industrialização e urbanização. Estas transformações tiveram fim ainda no início da década de 80, com o alto índice de desemprego e a recessão econômica.

Em meados da década de 80, o sistema federativo do Brasil entra em crise, principalmente em virtude do colapso do financiamento das unidades federativas, que não mais dispunham de créditos fartos. Sobre este período, Castro comenta:

Em termos federativos, o avanço da democracia efetivamente traduziu-se num aumento da participação dos governos subnacionais na receita tributária total. Contudo, a profundidade da crise e a capacidade política de o governo federal incorporar dívidas dos governos estaduais e municipais ao seu descomunal estoque de dívida condicionaram a autonomia que supostamente seria conquistada pelos governos subnacionais num processo de descentralização fiscal. (p. 26)

Para VARSANO¹⁰⁴, os desafios do federalismo no Brasil são assegurar autonomia financeira e política aos Estados, disponibilizando, ao mesmo tempo, os instrumentos necessários à coordenação fiscal.

Com a Constituição de 1988, e seu caráter descentralizador, os problemas da descontinuidade foram marcas até meados da década de noventa, pois não ocorreu o “enfrentamento global dos problemas de financiamento público, incluídos os governos estaduais” (CASTRO, 2005, p. 27). Esta Constituição, em termos federativos, reforça o poder financeiro e político dos estados e municípios intensificando o processo de descentralização fiscal iniciado com a democratização do país. “Os estados passaram a ser peças-chave na formulação da política tributaria federal ao controlar o principal imposto indireto sobre o valor adicionado do país: o ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), tendo tido sua base ampliada pela incorporação de tributos que antes eram competência da União”. (idem, p.29)

Em meados da década de noventa, com a guerra fiscal entre os estados, Castro comenta que:

A guerra fiscal entre os governos estaduais, na segunda metade da década de noventa, esteve correlacionada à onda de investimentos estrangeiros da indústria automobilística em fase de reestruturação mundial que ocorreu no período, envolvendo a realocação de atividade. Sob uma postura tolerante do governo federal, o embate entre os governos subnacionais e a negociação com as grandes empresas demonstraram uma faceta perversa da descentralização fiscal ocorrida no Brasil. A entrada dos investimentos não obedeceu a nenhuma orientação política nacional nem de política industrial nem de política regional. Diferentemente de outras épocas, as negociações não envolveram o governo federal (este apenas garantia os parâmetros da abertura da economia). O comportamento dos governos subnacionais que entraram na disputa resgatou também uma informação genética do federalismo brasileiro: as autonomias relativas das unidades federativas encobrem a existência de grupos de poder heterogêneos que dificultam a formação de identidades horizontais entre as regiões e, também, no seu interior. A federação da República Velha dava sustentação (precária) aos arquipélagos regionais e suas respectivas oligarquias. Talvez por isso a enorme heterogeneidade regional e as distâncias sociais do país estejam na origem dos gravíssimos problemas de coordenação que afligem o federalismo brasileiro. (p. 32 e 33)

¹⁰⁴ *Apud* CASTRO (2005, p.19).

Rodrigues, citado por Castro (p.34), traça algumas relações comportamentais no que se refere à ações políticas dos governadores no federalismo estadualista. Para ele, os governadores se comportam como um negociador maximizador (não tendo agenda de negociação e raramente faz alianças), são caracterizados por sua ação individual (o coletivo não se faz presente nem no plano institucional, e, tampouco na representação ideológica), e, como última característica, possuem uma agenda oculta (suas ações e suas propostas são dificilmente tornadas públicas).

Com a lei de responsabilidade fiscal, iniciou-se uma nova forma de gestão para os governos subnacionais. Os recém eleitos encontraram um cenário que, segundo Castro,

... parcela expressiva das receitas própria comprometidas com o pagamento de dívidas junto ao governo federal. Sem o poder de comando sobre os investimentos que o sistema de empresas públicas federais “estadualizadas” podia lhes dar na etapa anterior e sem a possibilidade de produzir dívidas usando instituições públicas estaduais, os governos estaduais tiveram que se submeter às metas globais de superávits primários e abdicar de qualquer folga orçamentária mais duradoura. Ao mesmo tempo, se houve alguma mudança na composição política dos blocos regionais de poder, os novos ciclos de governos estaduais terão poucas chances de reverter a força dos contratos realizados durante os anos dourados de “reengenharia” do setor público brasileiro. (p. 35)

Depois da apresentação de alguns aspectos importantes das etapas do federalismo no Brasil, feito como fundamentação para uma análise de cunho político regional, expora-se-á, na seção seguinte, alguns elementos teóricos sobre a descentralização do Estado, priorizando os aspectos determinantes e estruturantes das desigualdades sociais.

5.2 CONTEXTO TEÓRICO SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E DESIGUALDADES SOCIAIS

Na análise de FELICÍSSIMO (1994), referente às novas práticas de ação social e política que tanto a América Latina quanto o Brasil vêm sofrendo, o autor destaca como ponto principal para realizar uma análise a instituição família que é vista como uma unidade de reprodução e de consumo acompanhada pela reemergência de ações e estratégias de sobrevivência por parte dos setores populares urbanos. No que diz respeito à ação coletiva, apareceram novas formas organizativas populares, cujas alternativas adquiriram características diferenciadas por suas demandas e estratégias de ação.

Felicíssimo identifica algumas dessas formas organizativas populares: formas de ação dirigidas ao Estado através dos representantes locais, cujas demandas são orientadas para os municípios e governos estaduais; formas de mobilização menos institucionalizadas e mais expressivas que as anteriores, de emergência mais espontânea diante de determinadas conjunturas críticas que dirigem sua mensagem especialmente à opinião pública como forma de pressão; movimentos que criam opções autogestionárias de produção e abastecimento que não reconhecem o Estado como interlocutor; formas de organização vinculadas a lutas culturais, com modalidades de atuação expressivas e simbólicas; e formas de protestos sociais que incluem medidas de ação direta.

As manifestações e os processos sociais citados acima fundamentam as exigências por mudanças na política urbana, onde ela existir. Evidencia-se que o núcleo da tensão local mais importante e os desafios locais da crise resultam da combinação de um conjunto de fatores, entre eles a fragmentação sócio política, a busca da integração da cidadania política e social e o fenômeno da exclusão social. Tais manifestações causaram impacto em dois setores importantes na articulação do espaço público. Um deles refere-se à produção das Ciências Sociais no Brasil, que se debruçou sobre questões relativas a novas realidades e novos problemas. O outro diz respeito à expressão do choque dessa nova realidade, que foi a difusão e criação de propostas favoráveis à descentralização do Estado, à revalorização do papel dos governos municipais e às potencialidades da participação em escala local.

O autor aponta algumas diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo democratizante. A descentralização na América Latina e no Brasil foi inspirada no modelo neoliberal, estando este representado pelos seus agentes: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. As elites políticas locais, teórica e ideologicamente enfraquecidas por terem renunciado a um projeto nacional, convertem-se em intermediários e praticantes locais das políticas centrais. Trata-se, então, de uma mudança de qualidade das políticas estatais e de uma transferência de recursos públicos para o setor privado nacional e transnacional.

No que se refere ao modelo democratizante de descentralização, ele tem como característica procurar assumir os três eixos da descentralização, ou seja, os eixos político, econômico e administrativo. A sua proposta está articulada com a definição do papel e da função do Estado. O principal desafio desse projeto consiste em oferecer aos movimentos sociais, urbanos e municipais condições para que se transformem em atores diante do Estado, que se descoloniza dos interesses oligárquicos ao mesmo tempo em que se descentraliza e amplia a cidadania.

De acordo com MÉDICI (1996), referenciando a questão de desigualdades sociais e desenvolvimento brasileiro, na América Latina, na década de 80, vários países em desenvolvimento passaram por um estrondoso déficit na taxa de crescimento. A maioria deles estava vivenciando um processo de “redemocratização” devido ao padecimento de anos de regimes ditatoriais.

Citando o caso específico do Brasil, a caminhada rumo ao êxito foi extremamente lenta, visando-se a estabilização, principalmente no âmbito econômico. Alguns elementos podem tentar explicar as fracassadas estratégias brasileiras em direção à estabilização, como é o exemplo da heterogeneidade econômica do Brasil. O fato deste não possuir estruturas homogêneas gera instabilidade no sistema partidário vigente no país, impedindo o pleno desenvolvimento de programas sugeridos pelo governo.

A grande dificuldade que o Brasil encontra para consolidar uma estabilidade econômica é a existência de inúmeras diferenças regionais no âmbito social, partidário,

cultural e, principalmente, ambiental. Apesar de o Brasil encontrar obstáculos para a sua consolidação como um país em desenvolvimento na década de 80, surgiram importantes programas para amenizar a desigualdade gritante e fazer um esboço do crescimento econômico, fatores relacionados à democracia.

MELO (1996), referenciando a temática relativa à descentralização e às mudanças estruturais na gestão pública, faz uma análise sobre a trajetória do conceito de descentralização. Este conceito foi abordado como princípio político pelo pensamento econômico, pela teoria organizacional e pelo pensamento político, tanto socialista quanto liberal.

Nesse contexto, a esquerda sempre privilegiou a centralização, e não a descentralização, no que se refere à idéia de um setor público centralizado e intervencionista, a mesma está associada à tradição social-democrata do chamado estado de bem-estar social keynesiano. De acordo com Melo, a idéia de descentralização é assimilada pela de desmonte do Estado central e pela redução da atividade produtiva e regulatória deste. O conceito tem sido desagregado em várias dimensões ou noções correlatas, como as de devolução (transferência ao nível intergovernamental do poder das decisões sobre as esferas financeira, administrativa e programática), desconcentração (descreve um mecanismo de encargos e tarefas entre unidades administrativas ou políticas subnacionais) e delegação (quando apenas algum grau de poder decisório é transferido).

Segundo Melo, tais efeitos são produzidos em virtude da ausência de certos pré-requisitos para a centralização e resultam de um conjunto de fatores: as burocracias locais de baixa qualificação, que muitas vezes acarretam em perda de eficiência gerencial; a transferência de receitas públicas sem responsabilidade de geração de receitas, o que rompe o vínculo entre o benefício e o custo; a indefinição e ambigüidade quanto à determinação de competências entre as esferas do governo devido à generalização de competências concorrentes; a perda de capacidade regulatória e de formulação de políticas por parte do governo central pelo desmembramento de estruturas setoriais centralizadas e relativamente insuladas da

competição política; a descentralização fiscal, com transferência de impostos importantes para o nível dos Estados e Províncias, o que minou a capacidade do governo central de levar a cabo políticas de estabilização e reformas fiscais; a porosidade do governo local em relação a elites locais e províncias, acarretando maior corrupção e clientelismo; e a fragmentação institucional e proliferação de municipalidades ou entes administrativos no âmbito local.

A partir da década de 80, a descentralização constitui-se num princípio ordenador de reformas do setor público que tiveram efetivamente abrangência internacional. A descentralização passou a fazer parte de vários governos conservadores ou social-democratas. No que se refere à relação entre a descentralização e as políticas sociais no Brasil pós-constituente, o resultado destacado na agenda da década de 90 constitui-se nos efeitos perversos da descentralização fiscal brasileira.

5.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAL-DEMOCRATAS NAS POLÍTICAS REQUIANISTAS

Nesta seção trataremos alguns elementos teórico-histórico da social-democracia, e, num segundo momento, dada essa instrumentalização teórica, propõem-se relacionar as políticas requianistas à uma perspectiva do *welfare-state*.

5.3.1 Contextualização e elementos da política econômica social-democrata

Foi a partir da crise de 1929 que o capitalismo provou a todos não ser uma máquina auto-ajustável. Desde então, os governos tiveram que intervir na economia para que esta pudesse funcionar de forma mais estável.

Embora as políticas intervencionistas sejam atribuídas a Keynes, elas já eram aplicadas em vários países antes da publicação de seu livro ‘Teoria geral do emprego, juro e moeda’, em 1936. Além disso, a idéia de que o capitalismo estaria sujeito a crises cíclicas já estava presente na obra de Marx. Segundo PRZEWORSKI (1991),

“ainda se debate se as políticas econômicas aplicadas na Suécia teriam sido desenvolvidas autonomamente a partir de Marx via Wicksell, ou se foram aplicação das já divulgadas idéias de Keynes”.

As idéias keynesianas pregavam o gasto do governo para ativar a demanda agregada, podendo ser este gasto executado de diversas formas, como, por exemplo, através de subsídios aos grandes capitalistas, do esforço de guerra ou de programas sociais. Os social-democratas, no entanto, preferiram ativar a demanda por meio dos gastos sociais. Com isso, apareceu o *Welfare State*¹⁰⁵, forma de organização social que consistia num grande “acordo” entre classes e que propiciou uma fase de prosperidade, fortalecendo o sistema capitalista e enfraquecendo a possibilidade de uma revolução proletária.

Considerando a factualidade de o socialismo sair vitorioso frente ao capitalismo, foi necessária uma transformação na maneira de implantar reformas de âmbito econômico nas gestões políticas. Como afirma Przeworski: “a ‘revolução social’ antevista pelos social-democratas fazia-se necessária porque o capitalismo era irracional e injusto. E a causa fundamental dessa ineficiência e injustiça residia na propriedade privada dos meios de produção.” (*op. cit.*, p 47)

Segundo Przeworski, a mediação pacífica entre o capitalismo e o socialismo seria a social-democracia, a qual oferecia crédito aos pequenos burgueses, pensões aos empregados do colarinho branco, salário mínimo aos operários, proteção aos consumidores, instruções aos jovens, salário-família às famílias, enfim, não se ocupava em lutar pelos objetivos específicos de uma classe (como o operariado), mas sim pela coletividade, ou seja, os pobres, os consumidores, os usuários de transporte público etc.

De acordo com Przeworski, a estrutura dos sistemas capitalistas instituídos

¹⁰⁵ O *welfare state*, uma das marcas de prosperidade do pós-guerra, representou em termos gerais um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Em relação à economia, rompia com a lógica do mercado, pois previa a segurança do emprego, direitos de cidadania, justiça social, solidariedade e universalismo. Já em relação à política, foi parte de um projeto de construção nacional, dentro da “democracia liberal”, contra repressões, como a fascista e a bolchevista. (Esping-Anderson, 1995).

pelos social-democratas esteve pautada nos seguintes preceitos:

- a) O Estado responsabiliza-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas privadas, mas que se fazem necessárias para a economia como um todo;
- b) O governo regula, especialmente por meio de políticas anticíclicas, o funcionamento do setor privado;
- c) O Estado, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado.

No entanto, a partir do final da década de 70, o *welfare state* entrou em crise e com isso apareceu um refluxo da onda liberal anterior à crise de 1929, o chamado neoliberalismo. Governos conservadores voltaram ao poder de posse das reformas neoliberais, que pregavam a redução dos gastos do Estado ou o aumento dos tributos, a não intervenção no mercado, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a privatização dos serviços públicos, entre outros aspectos. O *welfare state* foi o fator impulsionador do capitalismo no período expansionista do pós-guerra, tanto na opinião de conservadores quanto de progressistas (SOUZA, 1997). Atualmente, muitas das premissas que guiaram a construção desses *welfare states* não são mais vigentes. Como problemas de inflação; hoje o emprego garantido mais pelo setor de serviços do que pela indústria, o provedor familiar cada vez mais depende de mais pessoas, não só do “homem”, o rápido envelhecimento, enfim, problemas que surgiram nas sociedades modernas, capitalistas, urbanas e globalizadas, que o pensamento inicial de construção do *welfare state* já não dá mais conta.

Do ponto de vista político, surgiu um acordo entre classes e governo em torno da conciliação da política econômica e da política social. A partir de 1965, este modelo começa a entrar em crise. A mais apontada foi a crise financeira, ou seja, a incapacidade do Estado de cobrir os déficits oriundos dos gastos. Com isso, para manter-se, o Estado teria que cobrar mais tributos, o que para muitos geraria inflação e acabaria provocando desemprego e mais necessidade de gastos. Inúmeros progressistas criticaram os conflitos na legitimidade dos gastos e na eficiência do Estado para fazê-

los. Para Harvey¹⁰⁶, citado por SOUZA (1997), o modelo era rígido e não podia responder às novas demandas que começavam a aparecer por volta da década de 70. Entre os pontos de rigidez, o autor destaca:

a) rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção de massa, que impediam maior flexibilidade de planejamento e presumiam um crescimento estável, de mercados de consumo, invariante;

b) rigidez dos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista);

c) rigidez crescente dos compromissos do Estado na medida em que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade em um momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos;

d) rigidez do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-72.

O estado do bem-estar se organizou de maneira altamente burocratizada e centralizada por, dentre outros motivos, instrumento do estado, as forças armadas, haver resolvido dois grandes problemas (a vitória na segunda guerra e a crise de 1929). Uma tecnocracia assumia grandes responsabilidades, o que acabou trazendo grandes problemas, tanto na ótica progressista quanto conservadora. Para os adeptos da primeira, isso acabou distanciando as demandas sociais das políticas sociais, e para os conservadores o que foi um gerenciamento dos conflitos acabou suprimindo de certa maneira as necessidades de uma concorrência “saudável” que faria parte da dinâmica do capitalismo. A solução proposta era a de que o Estado do bem-estar seria uma construção destrutiva, devendo voltar-se às soluções dadas pelo mercado, as quais garantiriam a solução de conflitos através da concorrência e da necessidade de sobrevivência, dois grandes pontos estimuladores para que os indivíduos e as empresas não “se acomodassem” e procurassem resolver seus problemas sem depender do

¹⁰⁶ HARVEY, D. Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo Loyola, 1993.

Estado. Este estimulariam os indivíduos a depender cada vez mais de suas políticas sociais. Para os conservadores, o Estado deveria ser descentralizado e a sociedade organizada a fim de que houvesse uma reforma de um estado do bem-estar para uma sociedade do bem-estar. As reformas propostas por ambas as correntes podem ser resumidas no quadro abaixo:

QUADRO 15 – AGENDA NEOLIBERAL E SOCIAL-DEMOCRATA

Agenda Neoliberal	Agenda Social-Democrata
Desregulamentação	Desconcentração Político-Administrativa
Privatização	Municipalização
Descentralização/Desconcentração	Sociedade Solidária e Organizada
Redução do Estado/Estado Mínimo	Autogestão, Co-gestão, Participação
Fragmentação do Social	Novas Formas de Organização do Político
Indivíduo/Mercado	Coletivo/Estado

FONTE: SOUZA (1997).

5.3.2 Políticas requianistas e o *welfare state* paranense

O Paraná, assim como todas as unidades federativas do Brasil, possui dificuldades estruturais para uma organização política administrativa efetiva, seja ela do modelo neoliberal, como é a tendência mundial, ou de caráter social-democrata. Como não é o objetivo dessa pesquisa abordar as dificuldades estruturais do Estado para a “aderência” a um modelo político, pois seria objeto para outro estudo, nesta seção pretende-se verificar se os programas implementados por Roberto Requião possuem características da plataforma social-democrata¹⁰⁷, já que este muito criticou o modelo neoliberal de governar:

Não nos deixemos seduzir pela onda neoliberal que, hoje sabemos, simplesmente significou o desmonte da máquina pública em favor dos interesses de setores privilegiados da sociedade. O discurso neoliberal, aparentemente modernizante, na verdade, não passa do mais arcaico patrimonialismo, confundindo a coisa pública com as posses privadas dos detentores do poder. Aqui no Paraná, ao contrário,

¹⁰⁷ Cabe salientar que, de acordo com o objetivo deste estudo, e não reduzindo este modelo, analisaremos o indivíduo Requião enquanto incorporador da social-democracia em seus programas políticos.

optamos por desfazer o mito do ‘fazedor de obras’ em prol de um conceito ético de administração, com criteriosa aplicação dos recursos públicos e estrito controle de gastos. A ousadia, ao invés de aplicá-la nos lances de rapina que caracterizam a onda ‘neoliberal’, preferimos praticá-la na seleção de programas de governo de perfil simples, mas eficazes, em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social, induzindo mecanismos para a melhor distribuição de renda e geração de empregos. Ao lado disso, investimentos públicos pesados na educação, segurança e saúde, garantindo à população os equipamentos básicos para uma vida melhor. (ARTIGO DE REQUIÃO: O PARANÁ E A MODERNIDADE).

Observamos, nesta citação, não apenas a crítica de Requião ao modelo neoliberal, mas sua preferência por políticas que priorizam as áreas de maior interesse à população mais desprovida, fruto este do contexto histórico em que o político em questão está inserido na política paranaense, ou seja, num período de transição entre o regime autoritário e o regime democrático.

Os cidadãos oriundos desse regime acreditam que essa nova conjuntura lhes garante direitos sociais, além dos direitos políticos. As reivindicações relativas ao atendimento da “cidadania social”, conceito elaborado por T.H. Marshall (1964:76) – “um tipo de igualdade humana básica, associada com uma concepção de membro pleno de uma comunidade” –, solicitam que a segurança e as oportunidades sejam compartilhadas por todos. As políticas sociais respondem a essas reivindicações por meio da oferta de serviços básicos de saúde, educação e, principalmente, através da distribuição de alimentos e da manutenção da renda.

Esta democracia não se constitui unicamente na garantia dos direitos políticos; seu advento melhorou visivelmente a proteção aos direitos sociais. As reformas econômicas e os gastos sociais não eram vistos como um problema soma-zero, sendo que os gastos públicos com políticas sociais cresceram financiados pelo menos em parte por receitas tributárias maiores (MARAVAL, P.117).

Esses programas de melhorias devem ser processados através das instituições representativas. O processo democrático pode aprimorar a qualidade técnica das políticas de reforma e propiciar bases para o apoio continuado desta. Destarte, a democracia é um valor autônomo pelo qual muitas pessoas lutaram, inclusive, contra

regimes autoritários. Para se consolidar a democracia, através da hegemonia das forças – que necessitam aprender a canalizar suas demandas e organizar seus conflitos nos marcos das instituições democráticas –, as instituições devem exercer um papel eficaz na formulação e na prática de políticas que influenciem as condições de vida: “Desse modo, nossa abordagem social-democrata às reformas orientadas ao mercado requer um direcionamento das reformas para o crescimento, a proteção do bem-estar material contra os custos de transição das reformas e uso pleno das instituições democráticas na formulação e implementação das políticas de reforma”. (PRZEWORSKI, p.211)

Com base na agenda social-democrata de Przeworski, exposta na primeira seção deste capítulo, é possível enquadrar alguns poucos exemplos de programas e medidas implementados por Roberto Requião em sua carreira política até o ano de 2006 nas diretrizes enumeradas. Como exemplo da ‘municipalização’, pode-se mencionar o sistema de saúde, que passou a ser responsabilidade dos municípios, estando o Estado incumbido do gerenciamento e apoio técnico a estes. Dentre as ‘novas formas de organização’ de Requião estão a centralização dos gastos públicos, com a finalidade de prevenir desperdícios e evitar irregularidades, a determinação de concursos públicos para contratação de pessoal no Paraná, e a inovação do programa ‘Panela Cheia’. A implantação de Sub-Secretarias por Requião pode ser entendida como uma medida de ‘desconcentração político-administrativa’; e o aspecto de ‘autogestão, co-gestão, participação’ pode ser ilustrado através da criação da Ouvidoria Geral, como também das Sub-Prefeituras. Na ‘sociedade solidária e organizada’ estão alguns programas como ‘POVO’, ‘Casa da Família’, ‘Primeiro Emprego’, entre outros.

Os projetos implantados por Requião em seus pleitos possuem características social-democratas, originando um novo modelo econômico, rompendo com o paradigma dos sistemas anteriores e contemplando as seguintes diretrizes políticas e programas:

a) Redução em até 40% do preço da energia elétrica, por mecanismos diretos e indiretos, para atrair empresas do Brasil e do mundo para regiões deprimidas do

Paraná;

b) Garantia de preço mínimo para as culturas estratégicas que diversifiquem a agricultura;

c) Isenção de impostos para micro e pequenas empresas, em troca de empregos ofertados por estas;

d) Programa ‘Primeiro Emprego’, que busca incentivar toda a empresa que der o primeiro emprego a jovens por um período de seis meses a um ano, ficando as obrigações trabalhistas por conta do Estado.

DRAIBE (1988) profere que o Welfare State no Brasil foi construído, sendo caracterizado pela centralização política e financeira no governo federal e nas ações sociais, fragmentação institucional, exclusão da população à participação política, o autofinanciamento social, a privatização e o clientelismo que ainda persiste em muitos segmentos sociais. A autora aponta caminhos para as políticas sociais no Brasil:

1º Descentralização político-institucional: é o espaço de discussão de políticas públicas com a população. Porém, segundo DRAIBE, há dois problemas com isso: primeiro esses espaços nem sempre são democratizados, vindo a prevalecer um comportamento político arbitrário; ou seja, uma ligeira tendência em reduzir despesas, e isso pode ser um discurso político;

2º O social: a elevação do grau de participação popular em diferentes níveis de todos os processos de implantação das políticas sociais;

3º Setor privado/ lucro e setor privado/sem lucro: é uma tendência de mudança nos modos de gerir bens e serviços sociais. Alteraram-se as relações entre Estado e mercado público e o privado, assim como, os sistemas de produção e consumo dos equipamentos sociais, podendo ocorrer uma desresponsabilização do Estado.

4º Distribuição de produtos/bens “in natura” à população pobre é o fortalecimento do assistencialismo;

5º Renda mínima: o valor proposto não garante plena cidadania aos indivíduos.

Também no campo econômico, as ações requianistas seguem alguns preceitos expostos por Draibe, suas ações também foram pautadas pela repulsa ao

neoliberalismo, defendendo a idéia de interesse público, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para exercer uma política de perfil social-democrata.

O desenvolvimento é uma política nacional que a sociedade inteira realiza em função do bem comum, ou seja, é uma política que exclui a concentração de renda, o confisco dos salários e a geração de marginalidade social. Essa política não se faz de forma “natural”, obedecendo tão somente às “leis do mercado”, como querem os neoliberais, mas deve ser conduzida pelo Poder Público, cuja existência se justifica exatamente por isto. Quando apresentamos ao País um documento contendo as propostas do Paraná para o Brasil, afirmamos “a retomada das políticas de governo”. Estabelecemos, nesse documento, as linhas gerais de um projeto de crescimento onde o movimento inicial dar-se-ia calcado na articulação entre o aumento da produtividade, dos salários e da produção de bens de consumo populares. A continuação deste movimento, alargando-o para a indústria pesada pressupõe uma política industrial e tecnológica articulada com o capital produtivo internacional. As propostas do Paraná tiveram repercussão, apesar de irem contra a maré neoliberal e conservadora atual. (Roberto Requião, 1991).

Diferentemente de Jaime Lerner, um dos maiores representantes do neoliberalismo¹⁰⁸ no Paraná, cujo governo foi marcado pela privatização de estatais, Requião as defende única e exclusivamente em poder do Estado. Um exemplo relevante para o caso foi a atuação do político ao preservar a COPEL, vetando sua participação em investimentos como minoritária, contrariando a proposta do governo lernista. Requião desenvolveu programas que visam aumentar a renda da população através da redução de gastos com serviços prestados por estatais, como os programas ‘Luz Fraterna’ e a ‘Tarifa Social’.

Quando Requião assumiu pela segunda vez o governo do Estado, deixou bem claro que não daria continuidade aos programas neoliberais de Jaime Lerner e afirmou:

¹⁰⁸ O neoliberalismo defende a privatização do bem-estar, um retorno aos benefícios seletivos, ao invés de universais, e a aceitação de uma maior diferenciação nos ganhos. Já os seus críticos defendem uma estratégia de investimento social, com programas ativos para o mercado de trabalho, treinamentos e educação permanentes, diminuindo as diferenciações do neoliberalismo, construindo assim uma visão social-democrata.

Ganhei as eleições por criticar o modelo neoliberal. Diziam que ele ia modernizar o país, e as organizações empresariais do Paraná embarcaram nessa canoa, deram seu aval. Esse modelo se esgotou. Na região de Curitiba, apesar da instalação de montadoras, perdemos quase 70.000 postos de trabalho. Não pretendo eliminar os benefícios que receberam, mas vou exigir compromissos com o Paraná para mantê-los. Um levantamento que tenho mostra que a Renault, por exemplo, não compra nem a chapa de aço do automóvel no Brasil. Ela não pode ser o disco voador, que fechou e voou de Bruxelas, depois de Portugal, da noite para o dia. O governador de Córdoba, De La Sota, outro dia me disse que a Renault tinha 6.000 empregados no Estado, agora tem apenas 1.500. (REVISTA DA OFICINA DE INFORMAÇÕES, SÃO PAULO, v. 4 n. 46, p. 17, julho de 2003)

Apesar da onda neoliberal que atingiu o Brasil, principalmente a partir dos anos 90, Requião adotou uma postura de oposição ideológica e prática, contrariando interesses das mais diversas esferas políticas, tornando-se, assim, um político respeitado pela firmeza e transparência na defesa dos interesses públicos frente ao grande capital.

Vivemos uma séria crise social. O modelo de desenvolvimento que foi implantando-se em nosso País, ao longo do tempo, privilegiou os mais ricos, aumentando sua riqueza, e ampliou a já larga faixa de pobres e miseráveis. Analfabetismo, desemprego, doenças endêmicas, mortalidade infantil, aumento crescente dos índices de delinqüência infanto-juvenil e de criminalidade, tudo isto é subproduto de um crescimento econômico desordenado, despreocupado da dimensão social do desenvolvimento. Reverter tal situação é uma questão eminentemente política. Dificilmente a mera assistência social será capaz de dar conta da multiplicidade de problemas que são gerados, cada dia, pelo modelo econômico brasileiro. Entretanto, não existe dúvida de que precisamos atender as situações emergenciais. São homens e mulheres, velhos e crianças concretas, de carne e osso, que hoje estão ao desabrigo, passam fome, sofrem com as doenças. As necessidades do cotidiano desse imenso cortejo de irmãos nossos mantidos na faixa da pobreza e da miséria não podem esperar que políticas sociais e econômicas mais abrangentes venham a resolver o problema de forma mais consistente. Essas pessoas precisam ser atendidas aqui e agora. Para isto, os trabalhos de assistência social precisam ser rápidos, eficazes e lúcidos. A experiência tem demonstrado que a centralização das ações nas mãos do Estado, nessa área, dispersa esforços, dilapida recursos. Daí porque optamos pelo trabalho em parceria com os municípios. (ARTIGO DE REQUIÃO: O MUNICÍPIO E A QUESTÃO SOCIAL).

O perfil econômico utilizado por Requião na implementação de seus programas e projetos é de inspiração social-democrata, com o intuito de preservar o patrimônio do Estado e de elaborar políticas públicas, tentando sanar as necessidades básicas da população desprovida de maiores recursos.

Dentre os programas com características do *welfare state* pode-se citar o “Leite das Crianças”. Este se propõe a distribuir um litro de leite às crianças cujas famílias estão abaixo da linha da pobreza. O programa é a junção do governo com a sociedade civil organizada – incentiva o agricultor paranaense, apoiando o produto local, gerando emprego e renda e fortalecendo a agroindústria do Estado.

O leite distribuído recebe um tratamento especial, sendo enriquecido com ferro e vitaminas A e D. O programa visa diminuir a desnutrição das crianças paranaenses e atende, prioritariamente, crianças de 6 a 36 meses. Outro grupo focalizado pelo programa é o de mães nutrizes que estejam participando das campanhas de aleitamento materno e as gestantes com acompanhamento pré-natal. A justificativa do programa está elencada no fato das famílias de baixa renda apresentarem grande incidência de desnutrição infantil, o que compromete o desenvolvimento ósseo, motor e mental das crianças ainda nas fases iniciais de vida e interfere na capacidade de alfabetização e educação.

O ‘Leite da Crianças’ objetiva reduzir as deficiências nutricionais, contribuindo, com isso, para a redução dos índices de morbidade e mortalidade infantil. Dentre as propostas para a efetivação do programa, está a distribuição de leite pasteurizado, o estímulo ao aleitamento materno e a difusão de informação e procedimentos relativos à educação sanitária, nutrição e higiene pessoal.

A distribuição do leite ocorre de segunda à sexta-feira, sendo um litro por criança. No último dia útil, as crianças recebem os dois litros de leite correspondentes ao final de semana. De acordo com a Agência Estadual de Notícias¹⁰⁹, são 1.558 postos de distribuição localizados nas escolas estaduais, além de 507 pontos de

¹⁰⁹ Dados referentes ao ano de 2005.

redistribuição. Quanto aos comitês gestores, constata-se 411 comitês municipais e 2.270 entidades da sociedade civil organizada. Requião menciona que “este não é um programa do PT ou do PMDB, é um compromisso da plataforma de governo e um programa da sociedade inteira para com as famílias mais pobres e crianças carentes de alimentação”, ou seja, os comitês gestores são independentes da influência política ou partidária e compostos pela sociedade civil.

Segundo informações da Secretaria de Estado da Saúde¹¹⁰, o programa “Leite das Crianças” diminuiu a desnutrição infantil no Paraná em 90%. Ainda segundo a repartição, o município de Cerro Azul, localizado na região metropolitana de Curitiba, está entre os que obtiveram maior evolução nutricional: com aproximadamente 16 mil habitantes, o índice de desnutrição infantil passou de 14% em dezembro de 2003 para 2% em maio de 2004.

Seguindo a linha de políticas sociais implementadas por Roberto Requião podemos citar o programa “Luz Fraterna”, como já foi trabalhado visa a diminuição e até mesmo a gratuidade da luz, para a população de baixa renda. A “Tarifa Social da Água” também segue a mesma linha, ou seja, programas que cerceiam o “assistencialismo”.

Já a intensa luta de Requião contra as concessionárias de pedágios reforça a defesa do “patrimônio público” em detrimento da terceirização. A questão dos transgênicos, também pode ser vista como uma forma de “proteção” dos pequenos agricultores locais.

¹¹⁰ Dados referentes ao ano de 2004.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos reconstituir a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva, um dos “atores políticos” mais expressivos do cenário político paranaense. Sem o entendimento da participação política de Roberto Requião, que perdura desde 1982 até os dias atuais, fica inviável entender o contexto atual da política do Estado. Sendo assim, ao restabelecermos esta trajetória, pensamos ter dado uma contribuição para a compreensão da política paranaense contemporânea e estimulado novos trabalhos referentes ao político em questão. Além disso, intentamos demonstrar como Requião consolida seu poder, marcando a esfera paranaense com um estilo próprio de governar.

A problemática central que norteou este estudo diz respeito ao levantamento dos elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião. Através da análise desses traços, podem ser abordados aspectos relevantes para o entendimento das tomadas de posição do ator político em questão dentro do campo político paranaense.

Através dos elementos genealógicos trabalhados, verificamos que a instituição ‘família’ constituiu um dos elementos de maior relevância para a formação do *habitus* de Requião, principalmente quanto ao apreço pela política, que já estava “inculcado” em seus antecessores. A começar por seu bisavô Justiniano, grande intelectual que teve uma passagem muito produtiva pelo Paraná, influenciando vários intelectuais locais. Justiniano se destacou ainda pela forte militância na crítica das oligarquias tradicionais regionais, participando ativamente da formação do primeiro partido operário do Paraná, em 1890, com idéias que disseminavam um direcionamento às causas em defesa dos operários. Enfim, foi possuidor de idéias muito adiantadas para a época, sendo excluído dos cargos e das principais decisões referentes ao Estado.

O avô de Requião, Coronel Wallace de Mello e Silva, também teve uma breve passagem pela política paranaense como Camarista e Deputado Estadual. Já

Wallace Thadeu, o pai de Requião, foi prefeito de Curitiba por poucos meses, por indicação de Bento Munhoz da Rocha, em 1951, e, em 1954, candidatou-se ao mesmo cargo, sendo derrotado por Ney Braga. Nas palavras de Requião: “papai perdeu uma eleição em cima de muito idealismo”; esta derrota foi preponderante para que Requião tivesse vontade de entrar para a política paranaense. A família Mello e Silva foi a grande impulsionadora na formação do capital político de Roberto Requião. Já a família Requião contribuiu para a constituição do capital econômico, pois seus membros eram basicamente comerciantes e donos da maior loja que existia na cidade de Curitiba, A Nacional.

Possuidor de um bom capital econômico e político, Roberto Requião teve condições de cursar paralelamente dois cursos superiores: Direito e Jornalismo. No período de estudante, Requião participou efetivamente dos movimentos estudantis, sempre deixando transparecer seu estilo contestador de proferir discursos em prol de uma causa que ele achava justa. Como foi mostrado neste trabalho, Requião entrou tardiamente na esfera da política paranaense, apesar de ter anteriormente lançado as bases para a preparação de um campo propício dentro da política através da militância no movimento estudantil e nos movimentos populares.

Sua estréia na política se deu como Deputado Estadual em 1982, num cenário favorável para quem elaborasse e proferisse discursos que levassem à população “o mínimo de cidadania”, já que esta estava carente de direitos básicos devido ao regime autoritário vigente na época. Outro aspecto enaltecido neste estudo é a relação que Requião teve e tem com o PMDB. Esse político foi remanescente do extinto MDB – nas palavras de Requião “o MDB velho de guerra” –, que no período da redemocratização se torna o atual PMDB. Requião, como vimos, foi o filiado nº 1 deste partido. Atualmente, tem se discutido muito sobre a “fidelidade partidária”; a relação de Requião com o PMDB é um caso “atípico” na política no que tange a sua lealdade para com seu partido e à identidade que o político mantém com o mesmo. Quando se fala em PMDB no Paraná, logo se remete à imagem de Requião.

Em 1985, Requião foi eleito Prefeito da cidade de Curitiba, transformando-se

no primeiro prefeito do país a instituir a ouvidoria, um avanço em termos de participação para a época. Também, como foi visto, priorizou a política de descentralização, dividindo o município em freguesias, a adoção de programas de cunho social e até mesmo a implementação de algumas idéias que seu pai havia proposto para Curitiba no período em que fora candidato, como, por exemplo, a criação de uma Empresa Gerenciadora do Transporte Coletivo de Curitiba.

Em 1989, Requião assumiu o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná, no governo do até então aliado Álvaro Dias. Nesta secretaria, Requião implantou o ‘Programa de Saneamento Ambiental do Paraná’ (PROSAM) e, no mesmo período, criou o projeto ‘POVO’ (Policimento Ostensivo Volante), que está na pauta de Requião até os dias de hoje.

Na conturbada eleição de 1990, Requião saiu vitorioso, elegendo-se governador pela primeira vez. O político lançou seu nome tanto na esfera regional quanto na esfera nacional, mediante a implementação de notáveis programas como o ‘Panela Cheia, o ‘Força Rural’ e o ‘Bom Emprego’, legitimando seu modelo de governar através de programas direcionados a questões sociais. Neste período, o governador desafiou o Poder Judiciário, caso inédito na política brasileira, o que lhe rendeu muitos percalços e a fama de “político briguento”.

Nas eleições de 1994, frente ao Senado Federal, Requião obteve a maior votação proporcional da história do Paraná, como já foi observado, e novamente voltou a se incomodar com o Poder Judiciário, que expediu um mandato para sua cassação. Após sair vitorioso, Requião pôde assumir seu cargo de Senador, presidindo várias CPIs e instaurando medidas polêmicas, como a quebra de sigilo bancário de todos os ocupantes de cargos públicos nos três poderes. Este período foi bastante frutífero para Requião, que fez várias reflexões sobre a política.

Nas eleições de 1998, Requião sofre a primeira derrota em sua carreira política, perdendo para Jaime Lerner as eleições de Governador do Estado, voltando, assim, para o seu cargo de Senador. Já em 2002, Requião assume pela segunda vez o governo do Estado, numa eleição muito disputada contra seu ex-aliado Álvaro Dias.

Este governo foi marcado por grandes batalhas com as concessionárias de pedágios e por questões relacionadas aos produtos transgênicos. Citamos a teoria weberiana da ética da convicção e da ética da responsabilidade, e analisamos que Requião não dissocia uma ética da outra. Nesta gestão, alguns programas obtiveram grande destaque – como o ‘Leite das Crianças’; o ‘Luz Fraterna’, ‘Tarifa Social da Água’ –, além de ser instituído o ‘Salário Mínimo Diferenciado’. Novamente analisamos que o político em questão prioriza programas direcionados às classes subalternas.

No ano de 2006, Requião disputa a reeleição para o governo de Estado contra seu ex-secretário da Agricultura, Osmar Dias, e novamente sai vitorioso, mas, dessa vez, por uma diferença de apenas dez mil votos, sendo esta a eleição mais acirrada da história do Paraná. Requião entrou para a história do Estado como sendo o primeiro governador a estar à frente do Executivo por três mandatos (eleições diretas). Como este governo está em andamento, não trabalhamos com as políticas implementadas no período em questão, mas destacamos a relação tensionada de Requião com a mídia, as acusações de “nepotismo” e citamos a relação conturbada do político com o Judiciário, porém agora com o Ministério Público.

No que cerne à questão dos discursos proferidos por Roberto Requião, vimos que o mesmo mantém uma certa coerência e continuidade desde sua estréia na política. Salientamos alguns “clichês” que o acompanham em sua trajetória como “O MDB velho de guerra”, “O intelectual orgânico das classes populares”, “Meu governo é de esquerda”, “Governo para os pobres”, “Sou um existencialista sartreano de esquerda”, entre outros. Enfatizamos também que os discursos pronunciados por Requião, na maioria das vezes, não são dissociados de sua prática política.

Em suma, neste trabalho procuramos realizar uma breve análise das políticas públicas implantadas por Requião nas suas administrações. Realçamos, sobretudo, o perfil requianista de gestor político tecnicamente preparado e politicamente ousado, e encaixamos a maioria de suas políticas num perfil que lembra a social-democracia.

Através de seus principais programas, direcionados à área social, vimos a importância de se manter as estatais nas mãos do Estado como instrumentos para

garantir algumas necessidades básicas à população mais carente, oferecendo a esta preços reduzidos e até, dependendo da situação, a gratuidade de serviços, uma vez que os gastos do Estado são limitados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Também podemos destacar a valorização atribuída por Requião ao homem do campo, principalmente através da implementação de programas como 'Força Rural' e o 'Panela Cheia', que procuraram valorizar diferentes culturas agrícolas.

Nas gestões políticas de Roberto Requião, pode-se observar que a maioria de seus projetos e programas não apresentam maiores mudanças de uma administração à outra, sendo direcionados essencialmente em prol das classes desprovidas de recursos.

Observamos, conforme o perfil político utilizado por Roberto Requião na concretização de sua prática política, que dentro de cada área de interesse populacional destacaram-se alguns projetos políticos que foram marcas do estilo requianista de governar. Essas transformações foram novamente implantadas na atual gestão, reafirmando-se que a política requianista é fiel a uma plataforma e prioriza a descentralização econômica e a estatização no Estado, embora Requião, no que versa a questão da autoridade, seja considerado um centralizador.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. W de. **Paraná político de cabo a rabo**. Noé. Curitiba:, 1999.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Forense Universitária. Rio de Janeiro : 1983.
- ATIENZA, M.. **As razões do Direito**: teorias da argumentação jurídica. 2. ed. São Paulo: Editora Landy, 2002, 352 p.
- BARDIN, L. (1977).**Análise de Conteúdo**. Lisboa/ Portugal: Edições 70.
- BARNES, J. A. **Redes sociais e processo político**. In: **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- BARREIRA, I.A.F.A **Política de Perto: Recortes Etnográficos de Campanhas Eleitorais**. *Rev. Sociol. Polit.*, March 2006, no.74, p.1-17.
- BEGA, M.T. **Participação Comunitária: Dimensões da Institucionalização**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP. São Paulo, 1990.
- _____. **Sonho e Invenção do Paraná: Geração Simbolista e a construção de identidade regional**. Tese de Doutorado em Sociologia, USP. São Paulo, 2001.
- BOLONGHESI, R. **O Paraná adora odiar Requião**. Artigo publicado na Folha de Londrina, 2004.
- BORDENAVE, J. E. D. **Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Vozes: São Paulo, 1982.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo. Companhia das letras, 1996 p.292).
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- _____. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2003.
- _____. **Razões práticas**. Papirus, Campinas, 2004.
- _____. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1997.
- BREPHOL, M. M. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED. 2001.
- BRESSER, L.C.P, MARAVALL,J.M., PRZEWORSKI,A. **Reformas Econômicas em Democracias novas: uma proposta social-democrata**. Nobel: São Paulo, 1996.
- CALDERÓN, F E LECHNER, N: **Modernização e Governabilidade**. in: dines, a.et.al, Sociedade e Estado superando fronteiras.FUNDAP: SÃO PAULO, PP.111-145, 1998.
- CARNEIRO, D; VARGAS, T.. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: BANESTADO, 1994.
- CASTRO, D. **Mudança, Permanência e Crise no Setor Público Paranaense**: um balanço da trajetória estadual na segunda metade do século XX. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp: Campinas, 2005
- CORDEIRO, V. M.. **Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CORRÊA, A. S.. **Imprensa política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2006.

D'ANGELIS, W. **Puebla: a opção preferencial pelos pobres e o governo popular do Paraná**. Artigo publicado na Folha de Londrina, 2007.

DAHL, R. A. **Um prefácio à teoria democrática**. Zahar: Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999 (1971).

DÓRIA, P. R.. **Liderança, autoridade e contexto político: o caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. **“Welfare State”, Crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6 vol. 3, fev. 1988.

DRAIBE, S. **Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas**. IPEA: Brasília, 1990.

DUVERGER, M. **Sociologia Política: elementos da ciência política**. Coimbra: Almedina, 1983.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Lisboa, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. São Paulo: Lua Nova, 1195.

FARIA, E. e SEBASTIANI, S. **Governadores do Paraná: A História por quem Construiu a História**. Curitiba: Sisiani. 1997.

FELICÍSSIMO, J.R.A. **A descentralização do Estado frente às novas práticas e formas de ação coletiva**. São Paulo: São Paulo em perspectiva. 1994.

FERREIRA, J.C.V. **O Paraná e seus Municípios**. Cuiabá: Memória do Brasil. 1999.

GLUCKSMANN, C.B. **Gramsci e o Estado: Por uma Teoria Materialista da Filosofia**. São Paulo: Paz e Terra. 1980.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tempo brasileiro: Rio de Janeiro, 1989.

HAYES, M. V. **On the epistemology of risk: language, logic and social science**. Routledge: London, 1992.

HELLER, M.I. **Resistência Democrática: A repressão no Paraná**. Paraná: Paz e Terra. 1988.

KUNHAVALIK, J.P. **Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória Social e Política e sua gestão no governo do Paraná**. Monografia de graduação do curso de Ciências Sociais. UFPR. 1995.

- _____. **Ney Braga: trajetória política e bases de poder.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1999.
- LASSWELL, H.D. **Power and Personality.** New York: Norton, 1946.
- _____. **O Processo Social** Zahar: Rio de Janeiro, 1965.
- _____. **As elites revolucionárias.** Elizart Livros: Rio de Janeiro, 1965.
- LIMA, M. C. (2004). **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** São Paulo: Saraiva.
- MAGALHÃES FILHO, F. de B.B. **Da construção ao desmanche:** análise do projeto do desenvolvimento paranaense. Doutorado em sociologia, USP, 1999.
- MARQUES, E. C. **Estado e Redes Sociais:** permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Ed. Revan: Rio de Janeiro, 2000.
- MEDICI, A.C. e MACIEL, C.M.P. **A dinâmica do gasto social nas três esferas de governo: 1980-92.** IN: ALVARES A, Rui de Britto et all. Descentralizações e políticas sociais. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- MELO, M.A. **Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”:** efeitos perversos da descentralização? São Paulo: São Paulo em perspectiva. 1996.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 13-68.
- MIGUEL, L. F.. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, June 2003, no.20, p.115-134.
- MINAYO, M. C. S. de. Quantitativo versus qualitativo, subjetivo versus objetivo. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.
- NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense.** v.6- Imprensa Paranaense.1950.
- O'DONNELL, G.. **Democracia Delegativa.** in: Novos Estudos, Nº. 37, PP. 5-32, 1996.
- _____. **Uma outra Institucionalização.** IN: LUA NOVA, Nº. 37, PP.5-32, 1996.
- OLIVEIRA, R.C. **O Silêncio dos Vencedores:** Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo. 2001.
- _____. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano9, nº 18, jun.?dez.2007, p. 150-169.
- PETRACCA, O. M. **Liderança.** In:BOBBIO **Dicionário de política.** Brasília: Editora da UNB, 1997.
- POULANTZAS **Poder Político e classes sociais.** GRALL: Rio de Janeiro, 1985.
- _____. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** 1985, editora GRAAL Rj).
- PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras.1991.
- SCHWANDT, T. A.. **Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa:** interpretativismo, hermenêutica e construtivismo social. In: DENZIN, Norman K.;

LINCOLN, Yvonna S.. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. 2ª edição. São Paulo: Artmed; Bookman, 2006.

SOUZA, M.T.A. **Argumentos em Torno de um "Velho" Tema:** A descentralização. Dados, 1997, vol.40, nº 3.

WEBER, M. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix.1967.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 1992.

FONTES DOCUMENTAIS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, Curitiba, 1990-1991.

DOSSIÊ DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PARANÁ, Governo do Estado, (1992) Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado 1992 da 1ª Legislatura pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná, Curitiba, 174 p. 04/11/1992.

PARANÁ, Governo do Estado, (1993) Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado 1993 da 1ª Legislatura pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná, 07/07/1994.

PARANÁ, Governo do Estado, (1994) Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado 1994 da 1ª Legislatura pelo senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná, 05/12/1995.

PARANÁ, Governo do Estado, (1994) Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado 1994 da 1ª Legislatura pelo senhor Mário Pereira, Governador do Paraná, 05/12/1995.

REVISTAS

REVISTA DA OFICINA DE INFORMAÇÕES

REVISTA CARTA CAPITAL

REVISTA CAROS AMIGOS

JORNAIS DIÁRIOS

CORREIO DE NOTÍCIAS DO PARANÁ

DIÁRIO POPULAR
FOLHA DE LONDRINA
FOLHA DE IMPRENSA
GAZETA DO POVO
INDÚSTRIA & COMÉRCIO
JORNAL DO ESTADO
O ESTADO DO PARANÁ

ARQUIVOS CONSULTADOS
ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ
BIBLIOTECA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ
BIBLIOTECA DO IPARDES

ARTIGOS DE ROBERTO REQUIÃO
A FAVOR DO POVO
A OUVIDORIA E O DESAFIO DA CIDADANIA
CONFRONTAR PARA TRANSFORMAR
CONVERSA FRANCA
FORÇA RURAL
ISONOMIA É DEVER DA JUSTIÇA
NÃO ACEITO ESTE SALÁRIO
NÃO EXISTE POLÍTICO MEIO SÉRIO
OLHANDO A CULTURA
O MUNICÍPIO E A QUESTÃO SOCIAL
O PARANÁ E A MODERNIDADE
PARCEIROS NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO
O PMDB NA VIRADA DA HISTÓRIA
SEGURANÇA E CIDADANIA

SITES CONSULTADOS

CASA CIVIL: <http://www.pr.gov.br/casacivil>

SENADO: <http://www.requião.senado.com.br>

Agência Estadual de Notícias: <http://www.aenoticias.pr.gov.br>

APÊNDICE

a) PREFEITURA (NO INÍCIO DA GESTÃO)

Procuradoria Geral do Município: Edson Tavares da Silva;
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba: Jaime Ricardo Paciornick;
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba: Adhail Sprenger
Passos;
Instituto de Administração Municipal: Claudio Gamas Fajardo;
Cidade Industrial de Curitiba: Gilberto Batalha;
Companhia de Habitação: Sergio Norberto Ritzmann;
Fundação Rural de Educação e integração: Milton Buabssi;
URBS: Stenio Salles Jacob;

b) PRIMEIRO GOVERNO (NO INÍCIO DA GESTÃO)

Vice-Governador: Mário Pereira
Procurador Geral do Estado: Carlos Frederico Marés de Souza Filho;
Procuradoria Geral da Justiça: Luiz Chemim Guimarães
Chefe da Casa Militar da Governadoria: Coronel Wantuil Borges;
Assessor Especial de Governo: Eduardo Requião
Chefe de Gabinete do Governador: Reinaldo de Almeida César Sobrinho
Casa Civil CC: Luís Carlos Caíto Quintana

c) SECRETARIADO POLÍTICO DO SEGUNDO GOVERNO (INÍCIO DA GESTÃO)

Arquivo Público: Daisy Lúcia Ramos de Andrade;

Teatro Guaira: Nitis Jacon;
PROCON: Algaci Túlio;
Provopar: Maristela Requião;
IAP: Lindsley da Silva Rosca Rodrigues;
Paraná Turismo: Jorge Demiati;
DETRAN: Marcelo Almeida;
Paraná Esporte: Ricardo Crachineski Gomiyde;
IASP: Carlos Alberto Lima;
DER: Rogério Wallbach Tizzot;
DECOM: Cezar Benoliel;
Departamento de Imprensa Oficial do Estado: João Carlos de Almeida Formighieri;
CODAPAR: Ney Amilton Caldas Ferreira;
COHAPAR: Luis Cláudio Romanelli;
TECPAR: Mariano de Matos Macedo;
Suderhsa: Darcy Deitos;
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina: Eduardo Requião;
Ferroeste: Martin Roeder;
CRE: Luis Carlos Vieira;
Junta Comercial: Julio Maito Filho;
Comec: Edson Strapasson;
Copel: Paulo Pimentel;

Casa Civil - CC - Luís Carlos Caíto Quintana, deputado estadual reeleito pelo PMDB, já ocupou as funções como chefe da Casa Civil, no primeiro governo de Requião, de 1991 até 1994. Bacharel em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Santo Ângelo, RS, iniciou sua vida pública como vereador e em 1982, elegeu-se pela primeira vez deputado estadual pelo PMDB. Em 1989, foi relator da Constituinte Estadual, ocupou por três vezes as funções de líder de seu partido na Assembléia. Foi presidente da CPI dos Bingos, em 1994 e em 1997, presidente da Comissão Estadual

do Mercosul. Atualmente, exerce as funções de 2º vice-presidente da AL.

Chefe de Gabinete do Governador – Rodrigo Rocha Loures, empresário e ocupa pela primeira vez esta função.

Diretor do BRDE II - Amadeu Gears, advogado, vice-presidente estadual do PPS e membro do Diretório Nacional do partido. Foi deputado estadual e federal pelo MDB e PMDB.

COPEL - Paulo Pimentel foi candidato ao Senado pelo PMDB nas últimas eleições. É empresário. Como Governador do Estado na década de 60, fundou o BADEP, TELEPAR, IAPAR, as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Coordenação da Região Metropolitana - COMEC - Edson Strapasson, deputado estadual reeleito. É formado em Engenharia e foi prefeito de Colombo, em 1992, pelo PMDB. Neste período assumiu a presidência da ASSOMECA.

Paraná Esporte – Ricardo Gomyde, foi vereador do PC do B.

Superintendente do Porto de Paranaguá: Eduardo Requião

d) GOVERNO 2007

Vice-governador - Orlando Pessuti

Casa Civil - Rafael Iatauro

Chefia Gabinete - Mário Bacellar

Planejamento - Nestor Bueno

Trabalho - Emerson Nerone

Transportes - Rogério Tizzot

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Lígia Pupatto

IAP e Meio Ambiente - Rasca Rodrigues

Paraná Esportes - Milton Alves

Paraná Turismo - Herculano Lisboa

COHAPAR – Rafael Greca

Cultura e Fundação Teatro Guaíra - Vera Mussi

Detran - Davi Pancotti

ISEP - Maria Célia B. F. de Melo

SANEPAR (Presidência) e (Diretoria) - Stênio Jacob

ANEXOS

ANEXO 1 – FOTOS EXTRAÍDAS DO DOSSIÊ DE REQUIÃO (DOPS).....	138
ANEXO 2 – FRAGMENTOS DO MANIFESTO PROFERIDO POR JUSTINIANO DE MELLO E SILVA	141
ANEXO 3 – COMO A IMPRENSA ANALISA REQUIÃO.....	149
ANEXO 4 - AVALIAÇÃO DO 1º E 2º GOVERNO DE REQUIÃO.....	151

ANEXO 1 – FOTOS EXTRAÍDAS DO DOSSIÊ DE REQUIÃO (DOPS).

FIGURA 1 – FICHA DE REQUIÃO NA DOPS E COMO DEPUTADO ESTADUAL EM 1982



Fonte: Arquivo Público do Paraná

FIGURA 2A – CERTIDÃO DE REQUIÃO NA DOPS


 Estado do Paraná

=DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL=



=CERTIDÃO=

Certifico, em cumprimento à determinação do Senhor Doutor Delegado de Ordem Política e Social, Bél. Ozias Algauer, em atendimento ao ofício 1.027 do Deptº de Polícia Federal, que revendo nos arquivos desta Especializada, encontrou-se a ficha de **ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**, filho de Wallace Tadeu de Mello e Silva e de D. Lucy Requião de Mello e Silva, idade 23 anos (1965), brasileiro, estudante, (22/6/65)- na época que encontra-se entre-parêntese, foi extraído o histórico que segue, dos Autos do IPM instaurado após a revolução de 31/3/64, pela 5ª RM, como segue: "Elemento nitidamente esquerdista.- Manteve contactos com ROMÃO SILVA, comunista confesso e com vários estudantes esquerdistas. Manifestou-se de acôrdo com o manifesto da UPE, de 1ª de abril de 1964, contrário à Revolução.- Ativo propagador de idéias extremistas no meio estudantil. Continúa trabalhando contra a Revolução, com o grupo liderado por Luiz Carlos Meinert e Otto Luiz Sponholz.- Declarou-se COMUNISTA publicamente durante a sua campanha para a presidência do Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo.- Em Londrina, num Congresso da Faculdade de Filosofia local, tentou apresentar uma tese de cunho comunista, só não o fazendo por injunções de terceiros, do Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo.- Compareceu armado de revólver, à Reunião da UPE, no dia 1º de abril de 1.964.- Assíduo frequentador das reuniões extremistas do Diretório Central dos Estudantes.- Segundo outra testemunha, o revólver acima dito, era de brinquedo, porém o objetivo, era desmoralizar as autoridades que intervissem na reunião.- Foi expulso do Partido Acadêmico Progressista, por frustrar os ideais democráticos do Partido, conforme ficou gravado pelo acadêmico José Spani Vidal.- Segundo outra testemunha, foi expulso do PAP, porque fez, sempre, questão de frizar que é comunista.- ROMÃO SILVA, testemunhando, diz que estava presente na sede do DCE em 1/4/64, e que o indivíduo é um dos melhores amigos dentro da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.- 18-10-65:- Escreveu um artigo num boletim da UP, com o título: DIDÁTICA DO SUPPLICIO, e, QUEM SAO OS DIABOS NO INFERNO DA REPUBLICA DOMINICANA.- Por ocasião do XXI Congresso Estadual de Estudantes promovido pela UPE nos dias 27,28 e 29 de outubro 1965, como componente da facção esquerdista do conclave, atacou a revolução de 31/ de março, com os slogans: "DEMOCRACIA, DEUS E A LIBERDADE", "DITADURA MILITAR", "RÓLHA", "ESCRAVIZAÇÃO" como sendo a nova ordem das cousas no País. Veio a criticar o Governo da República, defendendo princípios esquerdistas e também um voto de repúdio à Revolução, à colocação

-continúa.- --

FIGURA 2B – CERTIDÃO DE REQUIÃO NA DOPS (CONTINUAÇÃO)



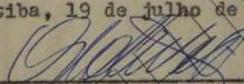
Estado do Paraná

-continuação- (ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA).-

ção de luto na sede da Entidade, como represália ao Ato Institucional nº 2, que foram rejeitados pela maioria democrática do Congresso.- Em uma relação de indivíduos a que se refere o ofício 97/IPM/UNE-UBES, - consta o nome do fichado, como elemento que esteve ligado, integrou - ou atuou na UNE em época anterior a 31 de março de 1.964.- Em 26/9/66 foi arquivado Auto de Declarações prestado pelo fichado em 18/3/66.- Em 15-10-66- O fichado tomou parte na passeata estudantil de 17/3/66, nesta Capital, como sinal de luto e repúdio à ação da Polícia Mineira, em recente trote de calouros em B.Horizonte, juntamente com seu irmão EDUARDO.- Em 17-9-66, o fichado foi um dos líderes da passeata estudantil realizada nesta Capital, em sinal de protesto e repúdio pela ação da Polícia dos outros Estados da Federação, contra estudantes.- / Em 22/9/66, tomou parte na passeata estudantil, tendo sido um dos oradores, tendo criticado violentamente ao Governo Federal e demais Autoridades". Nada consta mais na referida ficha.

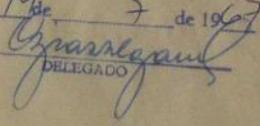
O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 19 de julho de 1.967.-



E s c r i v ã o



VISTO
Curitiba, 19 de julho de 1967

DELEGADO

ANEXO 2 – FRAGMENTOS DO MANIFESTO PROFERIDO POR JUSTINIANO DE MELLO E SILVA

SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, ocupo a tribuna, hoje, para trazer ao conhecimento do Senado da República, em versão resumida, o manifesto do Partido Operário, fundado em Curitiba, capital do meu Estado-Paraná.

Partido nascido das classes até ontem segregadas da comunhão política quer agora concorrer com sua atividade inteligente e sobretudo com a probidade pessoal e política para transformar as normas seguidas pelas minorias governantes e dar ao povo genuína representação dos seus direitos e interesses. Não há a contestar que o primeiro dever dos homens que se propõem a intervir eficazmente na direção política do Estado é proceder à arregimentação e organização sistemática de suas forças e traçar os lineamentos de seu programa, que não deve ser puramente especulativo e abstrato, mas suscetível de realização imediata ou remota, e inspirar-se na possibilidade de ação individual e comum.

Em cada cidade, vila ou paróquia, cumpre aos mais dedicados de nossos companheiros convocar os membros da classe operária e eleger uma comissão diretora, segundo o plano que acharem mais conveniente e mais prático.

Ora, nós que empreendemos a política do povo pelo povo, até este momento impraticada, senão desconhecida no Estado, teremos que vencer as mais árduas dificuldades, porque a maioria dos nossos conterrâneos ou está viciada pelos usos estabelecidos, ou não chegou ainda à compreensão dos seus verdadeiros interesses, completamente separados daqueles que têm agora prevalecido no Governo.

O partido criado deve, em todas as conjunturas, manter a sua autonomia e defender-se das velhas facções e atrair pela seriedade e constância do seu procedimento, as simpatias e mesmo o apoio das massa popular.

Se o que queremos para nós é o que exatamente deve constituir a principal preocupação do maior número, nenhum empeco se oferece a confraternização da classe operária com outras classes igualmente pungidas pelo sentimento do bem público e refratárias à inspiração dos antigos partidos.

Os industriais e comerciantes têm conosco ligações e atividades estabelecidas por tradição e sofrimento comuns. Os orçamentos, poupando a ociosidade abastada, carregam duramente sobre o comércio e as indústrias produzindo, conseqüentemente, a crise, que se pode chamar da nudez e da fome, na porção menos afortunada do povo. Os impostos lançados sem discernimento sobre os gêneros de primeira necessidade tornam difícil a situação do proletariado, mas também paralisam o comércio. Não falamos dos lavradores, dos cultores do solo, porque estão em nossas fileiras e para

eles se voltam nossos cuidados fraternais. Não se pode admitir, não se deve tolerar o sistema pernicioso, que perpetua o sofrimento e a miséria de uma classe numerosa, despojada da terra em benefício de um direito nominal e estéril, incompatível com a grandeza e a prosperidade do Estado. A propriedade é, para nós, sagrada, mas este título não merece a detenção arbitrária do solo nas mãos dos indolentes, sob a jurisdição da preguiça. Ora, a distribuição caprichosa, discricionária da terra pelos conquistadores não pode constituir barreira inexpugnável para impedir a ascensão da massa trabalhadora à independência e à abastança. Ela é uma injustiça no presente, como foi uma usurpação no passado. A fatalidade histórica deve converter-se em direito para achar guarida na consciência honesta. Estados conservadores, como a Inglaterra e a Áustria, admitem a expropriação de latifúndios em proveito da cultura e não põem sob a égide das leis a propriedade territorial que permanece desaproveitada.

Os nossos compatriotas, que exercem a atividade agrícola em condições acanhadas e precárias ou que jazem na indolência por falta de terrenos apropriados à sua cultura, devem reclamar dos poderes públicos medidas protetoras do direito natural sacrificado indevidamente ao monopólio de uma minoria ociosa.

Até hoje, tinha-se como corretivo do pauperismo, infelizmente naturalizado nas terras brasileiras pela legislação do privilégio, a caridade dos ricos, a **philanthropia** dos bons corações. É tempo de obter das leis, dos processos da política, espaço largo e franco para a organização da solidariedade econômica, para o **regimen** social da cooperação.

O filósofo alemão Eduardo von Hartmann entreviu que o fim do futuro deve ser tornar inútil a beneficência privada e as obras voluntárias da caridade e substituí-las pela organização definitiva da solidariedade social.

Também a civilização industrial, que uma certa filosofia descobre envolta na penumbra do futuro, tem como base fundamental aquela necessidade que o gênio de Goethe lobrigou na urdidura moral da nossa época. Doravante, diz ele, aquele que não se volta à prática de uma arte ou ofício achar-se-á mal. O saber não é mais um recurso no turbilhão dos negócios humanos; antes que se tenha tomado conhecimento de tudo, escapa-se a si mesmo.

Assim, queremos para as novas gerações uma educação integral e positiva.

O imortal tribuno da Revolução Francesa, Mirabeau, dizia, com o ímpeto da sua eloquência, mas também com admirável critério:

"Os povos livres vivem e movem-se. É de mister que eles aprendam a servir-se das forças de que recobram o uso. A ciência da liberdade não é tão simples como pode parecer ao primeiro golpe de vista; o seu estudo exige reflexões; a sua prática, precauções anteriores; a sua conservação máxima, medidas, regras invioláveis e mais severas que os caprichos mesmos do déspota."

Ora, senhores, é de uma boa educação pública somente que deveis esperar esse complemento de regeneração que fundará a felicidade do povo sobre suas virtudes, e suas virtudes sobre suas luzes.

Da boa organização da justiça depende a efetividade dos direitos, a segurança dos bens e a conservação da liberdade. Mas podemos dizer, com Bergasse, que o poder será mal organizado se os juízes não responderem pelos seus atos. Se há homens, diz esse jurisconsulto, que, no exercício de seu ministério, importa cercar o mais possível da opinião, isto é, da censura da gente sã, são os magistrados: quanto maior for o seu poder, mais deve ter ao seu lado o primeiro de todos os poderes, aquele que não se corrompe nunca, o poder terrível da opinião. Fazemos votos para que o Estado organize uma magistratura eletiva e temporária; mas, antes de tudo, trabalharemos para que a justiça seja gratuita e ministrada sob a forma de juízo arbitral obrigatório. Essa fórmula exclui absolutamente as chicanas e delongas, as rapinas e manobras criminosas usadas no foro. Todos os processos e causas terão solução rápida e definitiva, sem que se precise recorrer aos bons ofícios da advocacia mercenária.

O advogado exercerá função pública retribuída e terá a seu cargo o exame e a fiscalização dos atos judiciais para promover a responsabilidade dos juízes prevaricadores.

Convém lembrar - ou não esquecer - de um dos processos formais mais recomendados pelos economistas atuais: a especialização do imposto. A cada serviço deve ser afetada a quota da imposição, de modo que os contribuintes vejam quando esta é excessiva e possam fiscalizar a sua aplicação.

Determinados serviços, e a retribuição que lhes deve ser afetada, tem-se facilitada a intervenção do juízo público na distribuição e aplicação da renda.

"A lei social não foi feita para enfraquecer o fraco e fortificar o forte. Ela trata de pôr o fraco ao abrigo das empresas do forte e, amparando com sua autoridade tutelar a integralidade dos cidadãos, ela assegura a todos a plenitude do seu direito" (Jornal de Instrução Social de Sieyér).

O serviço dos seguros tornar-se-á a função por excelência do Estado, o emblema da proteção coletiva sobre o indivíduo, proteção que não se manifestará mais senão por benefícios e para que, através dela, se escude a liberdade.

Não se pode por em dúvida a influência do trabalho, quer sobre os indivíduos, quer relativamente ao destino das nações.

A vantagem moral oferecida pelo trabalho é de formar um laço de simpatia entre o homem rico e o homem pobre, lembrando a ambos que o trabalho é uma condição da vida humana. "Trabalha! dizia Phoclyde, tu deves pagar a vida pelo teu trabalho. O preguiçoso rouba à sociedade".

Tão severo pensamento foi exposto por Louis Blanc, quando fulminou este anátema: "Aquele que não trabalha é um ladrão"!

Incluímos no nosso programa a abolição do direito de sucessão na linha colateral e a limitação das quotas hereditárias para as grandes fortunas.

Evitaríamos o espetáculo dessas fortunas colossais, escandalosas, que irritam as massas indigentes. Segundo Stuart Mill, Bentham e outras autoridades afirmam que, se não existissem herdeiros nas linhas ascendente e descendente, a propriedade de um caso de intestado deveria pertencer ao Estado. Poucas pessoas sustentarão que haja alguma razão sólida para que as economias de um avarento sem filhos vão, pela morte desse, enriquecer um parente afastado que nunca o viu.

"Se eu tivesse de formular" - acrescenta Stuart Mill -, "preferiria limitar não a possibilidade de cada um legar, mas aquilo que cada um poderia receber por legado ou herança."

Política e administração são idéias que se chocam e colidem, apesar da conciliação aparente que historicamente as aproxima. Pensamos que já seria uma grande fortuna achar quem poupasse dinheiro público.

Para aqueles que se habituaram a viver constantemente à sesta e bebem à alegria pela taça das contribuições públicas, o melhor dos administradores é aquele que mais prodigaliza, que imita o agrônomo celeste, borrifando a natureza. Não esqueçamos a observação de Montesquieu sobre os imperadores romanos: Os piores foram aqueles que mais deram. Por exemplo: Calígula, Cláudio, Nero, Othão, Vitellio, Commodo, Heliogabala e Caracalla. Os melhores, como Augusto, Vespasiano, Antonino, Marco Aurélio e Pertinax foram os econômicos.

Sairemos vitoriosos desta luta?

Não é grande infortúnio perder a batalha quando se tem a consciência do próprio valor. Mais desgraçada é a sorte de quem não luta porque não tem coragem, que se deixa esmagar porque não possui a alma livre e perde os foros de cidadão.

Saúde e fraternidade.

Esse é o manifesto de criação do Partido dos Operários, fundado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 22 de junho de 1890. O manifesto foi escrito pelo sergipano de Divina Pastora, meu bisavô Justiniano de Mello e Silva.

A comissão era composta por operários e intelectuais curitibanos: Agostinho Leandro, Presidente; João Crisphim, Secretário; Giacomo Giordano, Carlos Guertner, Domingos Gravine, José Jorge, Rodolfo Wolvi, Bento Braga, Antonio Schneider, Miguel Berlaçua, José Alexandre Marques, João Evangelista da Costa, Domingos Frizola, Pedro Falci, Rafael Contador, João Leandro R. da Costa, João Alvim D'Oliveira, Gabriel Chorriol, Vicente F. de Araújo, Gustavo Menning e Carlos Leinig.

O Sr. Pedro Simon - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon - Nobre Senador Roberto Requião, confesso a V. Ex^a que li com atenção a cópia do manifesto que V. Ex^a teve a gentileza de me ceder ainda no dia de ontem. V. Ex^a está fazendo uma revelação de uma importância histórico-política que talvez nem V. Ex^a nem a Casa estejam se dando conta. Penso que é um momento do maior significado este que estamos vivendo, saber exatamente o que ocorreu em 28 de junho de 1890...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Há cento e sete anos, Senador.

O Sr. Pedro Simon - ...logo após a Proclamação da República. No Império, nunca tivemos partido constituído, com conteúdo e com representatividade. No ano seguinte, em Curitiba, nasce um manifesto do Partido Operário. Numa época em que a palavra comunismo não existia aqui, a **Rerum Novarum** ainda não havia chegado, a preocupação com o social era zero, os escravos haviam sido libertados recentemente, ver um documento como este, com um acentuado conteúdo social, essas perspectivas e tamanha profundidade, sinceramente me deixa arrepiado. V. Ex^a o descobriu nas coisas velhas de sua família. Fiquei sabendo que a figura mais importante desse documento, Justiniano de Mello e Silva, Relator do documento, é bisavô de V. Ex^a. Realmente, é um momento impressionante e de grande significado. Penso que o Instituto Histórico e Geográfico, a Fundação Getúlio Vargas, as Universidades, os professores de Ciência Política, as pessoas que analisam e fazem o histórico das idéias sociais e da organização político-partidária do Brasil têm que receber e ler esse documento. Temos no Rio Grande do Sul - e V. Ex^a deve conhecer - o documento que lançou o castilhismo. Era um documento positivista. Fundamentado nele, foi redigida a Constituição feita por Júlio de Castilhos para o Rio Grande do Sul, baseada nas idéias do positivismo francês, registradas em praticamente todos os documentos da nossa história, pela importância e pelo significado que o positivismo teve naquela época. Aquele foi o tempo dos Líderes, primeiro Borges, depois Júlio de Castilhos, em seguida Getúlio Vargas, inclusive no Governo, com as Lideranças que vieram com ele do sul, defensores do positivismo. Os conceitos sociais e o conteúdo das idéias do bisavô de V. Ex^a, sinceramente, deixam-me profundamente emocionado. Creio que o Senado, a Biblioteca do Senado, as Revistas **Veja** e **ISTOÉ**, a imprensa e, de um modo muito especial, as universidades devem receber, debater e analisar esse documento. Quero felicitar V. Ex^a pelo pronunciamento que está fazendo e por ter descoberto esse documento. Pode até ser, Senador Roberto Requião, que esse documento esteja perdido nos arquivos históricos e geográficos. Afinal, foi publicado no **Jornal 7 de Março**. Nunca ouvi falar desse histórico documento e a mim me parece que poucos têm conhecimento dele. Quem diria! O nobre Líder do PT, V. Ex^a, o Lula e tantos companheiros lançaram um partido revolucionário, o PT, sem saber que havia sido fundado o Partido dos Operários na Cidade de Curitiba, no Paraná, com um programa social, há cem anos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A defesa da reforma agrária é o que me impressiona.

O Sr. Pedro Simon - É emocionante!

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A questão da reforma agrária preocupava os pensadores sociais brasileiros em 1890, e não foi resolvida até hoje.

A data da fundação do Partido e do manifesto é 22 de junho. Ele foi publicado num semanário, no sábado, 28 de junho de 1890.

O Sr. Pedro Simon - A reforma agrária, o banco popular, o tributo sobre as heranças, que até hoje não se consegue. Naquela época já era lançada a importância de um fórmula de arrecadação, o tributo sobre as heranças.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Tributo sobre o qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso, antes de ter perdido a memória, refletiu e formulou um projeto de lei.

O Sr. Pedro Simon - Felicito V. Ex^a também pelo seu bisavô. Deve ser uma honra muito grande; deve ser uma emoção, uma alegria muito grande. V. Ex^a, que já se orgulhava da sua família, que, lá do Sergipe, foi construir, organizar e desenvolver o seu Paraná, de repente, vê um documento como este. Por ser amigo de V. Ex^a, eu me emociono; imagine V. Ex^a, que é o próprio bisneto. Hoje é um dia muito importante para o Senado Federal e para a Nação brasileira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador Pedro Simon, o que se destaca para mim nesse processo todo é uma verdade da qual esse documento, sobre o qual li um pequeno excerto ou resumo, já que ele é bem mais amplo na sua forma original, publicada em 7 de março, em um jornal de Curitiba. Trata-se do fato de que os intelectuais do Brasil, os homens que construíram a nacionalidade nessa época, há cento e tantos anos, desenvolverem suas atividades e terem aprendido o conhecimento que aprenderam como é o caso do meu bisavô, homem que falava 17 línguas e 27 dialetos, no Nordeste, filho de Divina Pastora, moreno, mestiço de brancos, índios e negros, formado na Universidade de Pernambuco com passagens por universidades argentinas.

A minha surpresa, no entanto, não é o que o estudo da História do Brasil já demonstrou para todas as pessoas que quiseram entender com clareza. O Brasil foi construído do Nordeste para o Sul, e isso deveria conter essa idéia de supremacia da inteligência e da tecnologia dos estados sulistas. O Brasil foi costurado pela linha forte da nordestinidade.

Enquanto a colonização americana era feita com violência dos revólveres, das conquistas da terra, de assassinatos em massa, no Nordeste do Brasil, na Bahia e em Pernambuco, universidades erigidas em pedra lavrada formavam os melhores intelectuais do planeta; as universidades jesuíticas, as universidades que se suportavam em diversas ordens religiosas formavam homens que dominavam a cultura do mundo no momento.

No entanto, uma surpresa agradável para mim foi saber que nessa época a preocupação social dos meus ascendentes tinha a dimensão que este manifesto oferece. E, mais ainda, o texto do manifesto, e a este fato não me referi, mas temos a notícia de que o Partido Operário foi fundado também em São Paulo e no Rio de Janeiro na mesma época. Era um movimento nacional do qual não temos registros históricos, mas que demonstra que uma parte da intelectualidade acreditava na necessária participação dos movimentos dos trabalhadores na organização política do Estado. E uma das recomendações do manifesto é que, cada vez mais, encontrem trabalhadores qualificados e inteligentes.

É uma antecipação, Senador Pedro Simon, da idéia do intelectual orgânico de Gramsci, para que se candidatassem esses intelectuais da classe operária, que talvez não tivessem passado por uma universidade, mas que eram capazes de pensar os problemas da sua classe e propor a eles soluções da sua classe e do País.

O manifesto sugere que essa gente, essa espécie de gente, os intelectuais da classe operária deveriam necessariamente participar do processo eleitoral e ocupar cargos na direção da República. Sobre essa visão se fundou, recentemente na História do Brasil, o Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy - V. Exa. mostra, na sua descoberta do documento histórico, uma afinidade muito grande com os propósitos de 22 de junho de 1890, porque quase 90 anos depois vem a ser fundado o Partido dos Trabalhadores, no dia 10 de fevereiro de 1980. É interessante observar como algumas idéias avançadas e novas pertencem à humanidade há muito tempo. Será, pois, muito importante - inclusive me proponho a ajudá-lo nessa tarefa - conhecermos um pouco mais sobre a maneira como se originou o Partido Operário, em 1890, e o motivo por que não continuou por muitas décadas, mas foi um partido tão importante nas décadas seguintes, ou seja, como que se apagou por uns tempos, mas felizmente ressurgiu sob uma forma que guarda identidade fantástica com o manifesto que V. Ex^a acaba de ler. O Partido dos Trabalhadores, quando fundado em 1980, já tinha, na sua memória mais recente, a história dos partidos operários, como o Partido Comunista, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista e outros. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores avaliou que era necessário formar-se levando em conta aspectos muito interessantes, parecidos com os que constam no manifesto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador Eduardo Suplicy, uma idéia excepcional a da criação do Partido dos Trabalhadores, uma idéia excepcional a da criação dos partidos operários, mas na época errada.

Em 1890, se minha memória histórica não falha, Curitiba era uma cidade de quatro mil habitantes e o operariado de Curitiba provavelmente não tinha a pujança, o grau de organização e a possibilidade de arregimentação, por falta de plantas industriais de

médio e grande portes, que ocorreram em São Paulo, quando o Partido dos Trabalhadores foi criado.

Agora, o interessante é a proposta da aliança de operários, intelectuais e os trabalhadores do campo. É a aliança operário-camponesa que a Revolução Russa veio propor muito mais na frente, mas colocada de uma forma não sectária, porque procura uma unidade com os industriais nacionais e os próprios comerciantes, em cima de um fator que eles entendiam que poderia estabelecer um canal de comunicação: a dedicação ao trabalho.

O Sr. Eduardo Suplicy - Eu gostaria de registrar que não apenas pela ligação com o seu bisavô, mas pela trajetória de V. Ex^a, pelo que tenho conhecido no dia-a-dia aqui no Senado, considero que V. Ex^a tem muita afinidade com os propósitos que constam desse manifesto que, no meu entender, são muito próximos dos propósitos maiores que fizeram o Partido dos Trabalhadores ser fundado e existir. Espero que nessa direção caminhemos juntos por um bom tempo, por muito tempo, em benefício do Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, era essa a comunicação que gostaria de trazer ao Senado da República

ANEXO 3 – COMO A IMPRENSA ANALISA REQUIÃO

QUADRO 8 – ARTIGO ILUSTRATIVO DA IMAGEM NA IMPRENSA

O Paraná adora odiar o Requião

Sobre a psicologia e sua influência no comportamento da humanidade ainda fico com a constatação do "seo" Zé Eduardo, dono desta 'Folha': "Nunca precisei de psicólogos ou terapias pra cabeça. Não sofro dos nervos", diz, com o conhecido sotaque acaipirado. Tem razão o "seo" Zé. Mas quando se pertence a um grupo de pessoas, mesmo sendo 9 milhões como é a população do Paraná, ninguém resiste a observar certas atitudes à luz da psicologia, mesmo sendo totalmente chucra no assunto.

Em quase 30 anos de jornalismo e em permanente contato com os nomes que dominaram o ambiente político no mesmo período, nunca ouvi paranaense algum, em ambiente particular, falar bem do governador Roberto Requião. De Foz do Iguaçu até o Litoral, de Jacarezinho a Francisco Beltrão, na mesa do bar ou na cadeira do dentista, em qualquer lugar, quem tem oportunidade e, desde que garantido pelo anonimato, fala mal do Homem.

Eu e eu mesmo

Recentemente, talvez já convencido por tantos anos de convivência com os contrários, o próprio Governador fez uma auto-imolação e disse que era, sim, "um sujeito irascível, irritadiço, de difícil trato". Tudo palavras dele e sobre o quê ninguém discorda.

Quando um curitibano de classe média, desses criados com iogurte de morango e papinha de Neston, quer se mostrar corajoso diante dos amigos diz algo assim: "na frente do meu chefe, sou meio Requião, falo tudo, vou pras cabeça". Não faz uma coisa nem outra, mas os amigos captam a mensagem. É pura auto-afirmação.

Raiva e voto

Ora, qualquer político se esmera em vender uma imagem pública simpática, agradável, otimista, corajosa e honesta, quer dizer, honesta nem precisa. Mas, digamos que os políticos mostram o melhor de si para seduzir o eleitor. É do jogo. Então, como se explica que, fazendo tudo errado, dando todos os motivos do mundo para o fuxico generalizado e contra, ele construiu uma das mais bem sucedidas carreiras políticas do Paraná?

Quando foi eleito senador, com uma grande votação, seus adversários diziam que haviam votado em Requião só para mandá-lo, por oito anos, para Brasília, a mais de 1 mil quilômetros do Paraná. O argumento era bom e crível. Mas o

tempo passou e eis que Requião voltou e venceu o simpático, bonitinho e sempre plastificado Álvaro Dias, que cuida mais da aparência do que "perua" em noite de gala. E voltou como Governador para o Palácio Iguçu.

Tudo ao contrário

Na parte que nos cabe neste latifúndio, a imprensa "odeeeia" Requião. É um sentimento generalizado e recíproco, que pode ser descrito como um encontro inesperado entre uma barata e um ser humano: ambos ficam tensos, erguem as antenas e se preparam para o pior. Os jornalistas desdenham as piadinhas dele, sempre sarcásticas, e o Governador, quando questionado sobre qualquer assunto incômodo, é capaz de agarrar e torcer o dedo de jornalista até quase quebrar. Não que muitos não mereçam.

E, se foi de propósito ou não, o assessor escolhido para lidar diariamente com os jornalistas, fazer a ponte e o Palácio Iguçu e a Imprensa, é um coleguinha chamado Benedito Pires, stalinista, barbudo, mal-humorado, intempestivo e absolutamente antipático, ou seja, dadas as circunstâncias, a perfeição em pessoa. Mais uma vez, a aposta foi exatamente contrária ao que orienta qualquer manual de bom relacionamento com a imprensa.

Perdoa-me por me odiar

A beligerância entre Roberto Requião e os paranaenses não é resultado de disputas políticas ou diferenças ideológicas. É claro que a classe média curitibana mais empedernida e o pessoal do Lerner faz o sinal da cruz quando Requião aparece. Mas a outra parte, aquela que vota nele, também faz. E, engraçado, a crítica é pessoal, quase íntima, como se fosse alguém da família. E dá-lhe histórias de comportamentos requianistas, muitas delas já parte do folclore político local.

E, mesmo sem qualquer base psicológica ou, no popular, sem entender nada dessas paradas de inconsciente coletivo, é fácil concluir que o paranaense, na verdade, adora odiar o governador Requião. Toda vez que fala mal, xinga ou critica, se sente corajoso e estabelece um vínculo de simpatia com o vizinho que, imediatamente, vai concordar com ele e contar mais uma história sobre os desmandos ou atitudes do Governador. E assim, nesta relação de ódio e ódio, Requião se manteve e se mantém na cabeceira da cena política do Paraná há 30 anos. Na hipótese mais pessimista, encerra sua carreira como senador da República. Depois, vai virar nome de avenida, de escola, de estrada e tema de livro. E entrar pela história como mais um ilustre paranaense. Prova incontestável que fuxico e cara feia não fazem mal a ninguém. Só promovem.

ANEXO 4 - AVALIAÇÃO DO 1º E 2º GOVERNO DE REQUIÃO

QUADRO 6 - AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE ROBERTO REQUIÃO NO PRIMEIRO GOVERNO

Paraná		Curitiba	
Avaliação	%	Avaliação	%
Ótimo e bom	60%	Ótimo e bom	51%
Regular	24%	Regular	26%

FONTE: DIÁRIO POPULAR 28/07/1993

QUADRO 7 - AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE ROBERTO REQUIÃO NO SEGUNDO GOVERNO

AVALIAÇÃO	%
ÓTIMA 7%	7%
MUITO BOA 5%	5%
BOA 40%	40%
REGULAR PARA BOA 21%	21%
REGULAR PARA RUIM 09%	1%
RUIM 7%	7%
PÉSSIMA 7%	7%

FONTE: O ESTADO DO PARANÁ 06/06/2004 P. 05.